

Empresa de Trens Urbanos de
Porto Alegre S.A.- TRENSURB

Relatório de Gestão
do Exercício de 2012

Porto Alegre/2013



 **TRENSURB**
Cidades mais próximas, pessoas mais unidas.

Ministério das
Cidades

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAIS RICO E PAIS COM FUTUREZA

MINISTÉRIO DAS CIDADES
EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO
ALEGRE S.A – TRENSURB

Relatório de Gestão do exercício de 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e 121/2012, Portaria TCU nº 150/2012 e Norma de execução nº 01/2013 aprovada pela Portaria CGU nº 133/2013.

Unidade Responsável:

GEPLA – Gerência de Planejamento Corporativo

Porto Alegre, 2013

SUMÁRIO

PARTE A - CONTEÚDO GERAL.....	11
1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE	12
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	13
1.2.1 Competência Institucional.....	13
1.2.2 Objetivos Estratégicos.....	13
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL	15
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	21
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO.....	22
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS	23
2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES.....	24
2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE	24
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	25
2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES.....	26
2.4 INDICADORES.....	30
3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	40
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	40
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....	43
3.3 REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES	51
3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria.....	51
3.3.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos	52
3.3.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos.....	54
3.3.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores	56
3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO.....	57
3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU	57
4 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	58
4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMA DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ	58
4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da Unidade	58
4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	58
4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	60
4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	62
4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	74
4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.....	75
4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA	89
4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	89
4.2.2 Programação de Despesas	89
4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes.....	89
4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital.....	90

4.2.2.3	Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.....	90
4.2.2.4	Análise Crítica.....	91
4.2.3	Movimentação de Créditos Interna e Externa	92
4.2.4	Execução Orçamentária da Despesa	94
4.2.4.1	Execução da Despesa Com Créditos Originários.....	94
4.2.4.1.1	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	94
4.2.4.1.2	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	95
4.2.4.2	Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	98
4.2.4.2.1	Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação.....	98
4.2.4.2.2	Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação.....	98
5	TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	100
5.1	RECONHECIMENTO DE PASSIVO	100
5.1.1	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	100
5.1.2	Análise Crítica.....	102
5.2	PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	102
5.2.1	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	102
5.2.2	Análise Crítica.....	102
5.3	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS.....	104
5.3.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	104
5.3.2	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três últimos Exercícios	105
5.3.3	Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes	105
5.3.4	Informações Sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	106
5.3.5	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....	106
5.3.6	Análise Crítica.....	106
5.4	SUPRIMENTO DE FUNDOS	107
5.5	RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ.....	107
6	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	107
6.1	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS.....	107
6.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	107
6.1.1.1	Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada.....	108
6.1.2	Qualificação da Força de Trabalho	109
6.1.2.1	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segunda a Idade.....	110
6.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segunda a Escolaridade ..	110
6.1.3	Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	111
6.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	113
6.1.4.1	Qualificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.....	113
6.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões pagas pela Unidade Jurisdicionada	113
6.1.5	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	113

6.1.6 Providências Adotadas nos casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	114
6.1.7 Informações sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação	114
6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC	114
6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio Físico	115
6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos	115
6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	116
6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	119
6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão	119
6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público	119
6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados	119
6.2.4 - Informações sobre a contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	120
6.2.5 - Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	121
6.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários	121
7 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	122
7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS	122
7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	126
7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	126
7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	126
7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis sob a Responsabilidade da UJ	126
8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	129
8.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	129
9 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	131
9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	131
9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	134
10 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	135
10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	135
10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	136
10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	137
10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	148
10.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	150
10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93	159
10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	159
10.3.1.1. Análise Crítica	159
10.4 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	160
11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	161
11.3 DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS (LEI 4.320/64)	161
11.5 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS	182
11.5.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida	182

11.5.2 Composição Acionária da UJ como Investidora	183
11.6 PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE.....	184
12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ	186
PARTE B - CONTEÚDO ESPECÍFICO.....	188
13 UNIDADES JURISDICIONADAS PATROCINADORAS DE ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	189

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – TRENSURB – Relatório de Gestão Individual.....	12
Quadro A.3.1 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da Unidade	43
Quadro A.3.2 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	53
Quadro A.3.3 - Síntese da Remuneração dos Administradores	54
Quadro A.3.3.1 - Síntese da Remuneração dos Administradores	55
Quadro A.3.3.2 - Síntese da Remuneração dos Administradores	56
Quadro A.3.4 - Detalhamentos dos itens da Remuneração Variável dos Administradores -N.A.	56
Quadro A.4.3 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ.....	60
Quadro A.4.4 - Ações vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	62
Quadro A.4.4.1 - Ações vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	63
Quadro A.4.4.2 - Ações vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	64
Quadro A.4.4.3 - Ações vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	65
Quadro A.4.4.4 - Ações vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	67
Quadro A.4.4.5 - Ações vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	67
Quadro A.4.4.6 - Ações vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	68
Quadro A.4.4.7 - Ações vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	69
Quadro A.4.4.8 - Ações vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	70
Quadro A.4.4.9 - Ações vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	71
Quadro A.4.4.10 - Ações vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	72
Quadro A.4.4.11 - Ações vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	73
Quadro A.4.4.12 - Ações vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	74
Quadro A.4.6.1 - Ações vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ.....	75
Quadro A.4.6.2 - Ações vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ.....	76
Quadro A.4.6.3 - Ações vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ.....	77
Quadro A.4.6.4 - Ações vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ.....	78
Quadro A.4.6.5 - Ações vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ.....	79
A fonte de financiamento para essa Ação é a 0250 (Recursos Próprios). Esta Ação não tem produto, pois não existe previsão física.....	80
Quadro A.4.6.6 - Ações vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ.....	80
Quadro A.4.6.7 - Ações vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ.....	81
Quadro A.4.6.8 - Ações vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ.....	82
Quadro A.4.6.9 - Ações vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ.....	83
Quadro A.4.6.10 - Ações vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ.....	84
Quadro A.4.6.11 - Ações vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ.....	85
Quadro A.4.6.12 - Ações vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ.....	87
Quadro A.4.6.13 - Ações vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ.....	88

Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	89
Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes	89
Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital	90
Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	90
Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	93
Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	94
Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	95
Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação	98
Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação	99
Quadro A.5.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	100
Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	102
Quadro A.5.3 – Caracterização dos Instrumentos de transferências vigentes no exercício de referencial	104
Quadro A.5.4 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios ...	105
Quadro A.5.5 – Resumo dos Instrumentos de Transferências que Vigerão em 2013 e Exercícios Seguintes	105
Quadro A.5.6 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ NA Modalidade de Convênio, Termos de Cooperação e de Contratos de Repasse – N.A.	106
Quadro A.5.7 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse – N.A.	106
Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	107
Quadro A.6.2 - Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ - Situação em 31/12	108
Quadro A.6.3 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de Dezembro)	109
Quadro A.6.4 Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12 ...	110
Fonte: Sigam-Web (Sistema de Gestão de Recursos Humanos)	110
Quadro A.6.5 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12	110
Quadro A.6.6 - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores	111
Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de Dezembro - N.A.	113
Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12 - N.A.	113
Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	114
Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	114
Quadro A.6.11 – Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC	115
Quadro A.6.12- Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art.14 da IN TCU 55/2007) - N.O.	115
Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro - N.A.	115
Quadro A.6.14- Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada - N.O.	119
Quadro A.6.15 – Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência da Realização de Concurso Público ou de Provimento Adicional Autorizados - N.O.	119
Quadro A.6.16 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de Terceirizados - N.O.	119
Quadro A.6.17 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	120
Quadro A.6.18 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra – N.O.	121
Quadro A.6.19 - Composição do quadro de estagiários	121
Quadro A.7.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	126
Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros - N.A.	126

Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ.....	127
Quadro A.8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada.....	129
Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	131
Quadro A.9.2 - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	134
Quadro A.10.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	135
Quadro A.10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	136
Quadro A.10.3 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI	137
Quadro A.10.4 - Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício	148
Quadro A.10.5 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR	159
Quadro A.11.3 - Composição Acionária do Capital Social.....	182
Quadro A.11.4 - Investimentos Permanentes em Outras Sociedades	183

LISTA DE TABELAS

Tabela I - Unidades Organizacionais (UO's)	16
Tabela II - Média de Passageiros Transportados	32
Tabela III - Perfil dos usuários	38
Tabela IV - Quadro resumo - Indicadores econômicos	39
Tabela V - Estruturas de Gestão	40
Tabela VI - Canais de Comunicação	48
Tabela VII - Ferramentas Canais de Comunicação	49
Tabela VIII - Canais de Relacionamento	49
Tabela IX - Padrões OIT (Organização Internacional do Trabalho)	116
Tabela X - Histórico Taxa de Frequência e de Gravidade de Acidentes de Trabalho	116
Tabela XI - Quantitativos Acidentes de Trabalho	116
Tabela XII - Índice de Absenteísmo	118
Tabela XIII - Rotatividade anual	118
Tabela XIV - Admissões e desligamentos	118
Tabela XV - Pesquisa de Clima Organizacional - Índice Geral	118

LISTA DE FIGURAS

Figura I - Organograma	15
Figura II - Gráfico Mapa de Processos	21
Figura III - Sistema de Gestão baseado em Indicadores de Desempenho	25
Figura IV - Gráfico Evolução Passageiros Transportados	31
Figura V - Gráfico MKBF (Níveis A, B e C)	33
Figura VI - Gráfico Evolução Expansão Linha 1	34
Figura VII - Gráfico Evolução Índice Satisfação Geral	37
Figura VIII - Análise de ambiente externo	47

PARTE A - CONTEÚDO GERAL

(DN 119/2012 e DN 121/2012 - ANEXO II – TCU)

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE

Quadro A.1.1 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – TRENSURB – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério das Cidades			Código SIORG: 42672
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A			
Denominação abreviada: TRENSURB			
Código SIORG: 00958		Código LOA: 56201	Código SIAFI: 275060
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Sociedade de Economia Mista			
Principal Atividade: Transporte metroviário			Código CNAE: 4912-4-02
Telefones/Fax de contato:	Fax: (051) 3363.8000	(051) 3363.8040	(051) 3363.8216
Endereço eletrônico: marcia.zorn@TRENSURB.gov.br			
Página da Internet: http://www.TRENSURB.gov.br			
Endereço Postal: Av. Ernesto Neugebauer, 1985 Bairro Humaitá Porto Alegre – RS CEP: 90.250-140.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 3.115, Art. 5º, de 16 de março de 1957.		Última revisão Estatuto Social: 20/07/2012	
Decreto nº 84.640, de 17 de abril de 1980 e Estatuto Social.			
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
NPG-ORG-101 (Regimento Interno da TRENSURB)		Última revisão: 01/05/2012	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
A TRENSURB através do Regimento Interno fixou sob a forma de Sistemas os chamados Manuais de Processos que estabelecem e disciplinam a execução de atividades, procedimentos e práticas de serviço para as atividades de: Organização, Pessoal, Patrimônio, Contábil, Finanças, Operação, Manutenção, Suprimento, Assuntos Comerciais, Jurídico, Projetos, Tecnologia da Informação e Serviços Gerais. Para cada “sistema” há correspondente manual de procedimentos. Todas as Normas da empresa estão publicadas no Portal Notes - Intranet. As informações aos usuários estão disponíveis através de canais publicados em mídia impressa e por meio eletrônico, tais como: periódico “Notícia na Linha” (Jornal tipo mural, colocado em painéis nas estações e no interior dos trens, seu conteúdo aborda temas de interesse dos usuários: dicas e orientações operacionais, campanhas sociais, ações e realizações da empresa), Guia do Usuário (Guias informativos apresentando os principais serviços da TRENSURB: horários, tarifas, linhas de integração, intervalo entre trens, pontos de atração junto às estações), Central de Atendimento e Portal da Internet.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
275060	Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
27208	Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
275060		27208	

Fonte: GEPLA (Gerência de Planejamento Corporativo)

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

1.2.1 Competência Institucional

Criada em 1980 e com início de suas atividades em 1985, a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A – TRENSURB é uma Sociedade de Economia Mista, vinculada ao Ministério das Cidades e atua no segmento de transporte urbano e metropolitano de passageiros. A TRENSURB foi constituída mediante autorização do artigo 5º da Lei n.º 3.115, de 16 de março de 1957 e Decreto n.º 84.640, de 17 de abril de 1980, sendo regida por seu Estatuto Social, legislação aplicável as Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/1976, consolidada) e por Regimento Interno e tem como objeto social o planejamento, implantação e prestação de serviço de trens urbanos na região metropolitana de Porto Alegre e o desenvolvimento e implementação de atividades conexas ou complementares às descritas acima.

A TRENSURB por tratar-se de uma sociedade de economia mista, constituída sob a forma de sociedade anônima (S.A.), deve cumprir, portanto, as disposições da Lei n. 6.404/76 (Lei das S.A.), sendo assim, os fornecimentos de suprimentos por compras e contratação de serviços são realizados por processos licitatórios, embasados na Lei 8.666/93. Por ser de capital público, e depender de recursos da união é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, atende, também, as disposições contidas na Lei n. 4320/64 (Lei do orçamento da União).

Seu maior acionista é a União, com 99,79% do capital, seguida do Estado do Rio Grande do Sul, detentor de 0,16% e o município de Porto Alegre 0,04%. A sede administrativa da TRENSURB localiza-se no Bairro Humaitá em Porto Alegre/RS. Sua finalidade precípua é promover a mobilidade urbana, com segurança, pontualidade e responsabilidade socioambiental na RMPA (Região Metropolitana de Porto Alegre).

Em 2012, a TRENSURB completou 27 anos como elemento estruturador do transporte público no eixo norte da Região Metropolitana de Porto Alegre. Dando seguimento a sua missão de “oferecer soluções em mobilidade urbana com segurança, pontualidade e responsabilidade socioambiental”, a empresa transportou no ano em referência 51.930.877 passageiros, contribuindo na diminuição do tráfego rodoviário e dos consequentes gastos de manutenção das vias públicas e poluição atmosférica. Buscando qualificar o cumprimento dessa missão, a TRENSURB busca novas conexões, como a Expansão norte, o Aeromovel e a bilhetagem eletrônica.

1.2.2 Objetivos Estratégicos

Em um ambiente de crescente pressão por resultados positivos, a reavaliação constante das estratégias empresariais aparece como caminho para a obtenção de produtividade e qualidade. Especialmente as organizações públicas devem buscar o aprimoramento de suas instituições através da melhor prestação de serviço a população. Para tanto, o planejamento estratégico demonstra ser fator determinante na operacionalização de diretrizes para a qualidade na prestação do serviço público.

O planejamento estratégico, por sua vez, pode ser considerado como o processo pelo qual gestores públicos visualizam um contexto futuro e desenvolvem procedimentos e operações necessárias para atingir um objetivo.

Considerando estas perspectivas, o Plano de Negócios/Metas da TRENURB é a materialização da proposta de metas para o quadriênio 2012 - 2015, elaborado a partir da orientação estratégica que comandarão as ações da administração da empresa, e ainda, incorpora a adequação do seu planejamento estratégico. A relevância do presente estudo se manifesta na necessidade de se otimizar e racionalizar o serviço público para que este seja prestado de forma eficiente e com planejamento na destinação de recursos .

É importante destacar que as empresas públicas estatais configuram-se em interesses de caráter econômico e empresarial e em objetivos de caráter político e público. Dessa forma as mudanças que se processam na estatal são particularmente importantes no contexto de projeto de desenvolvimento setorial do país.

As diretrizes que fundamentam o Plano de Metas da TRENURB são baseadas nas orientações do governo federal para a administração pública e para as empresas estatais na atual conjuntura econômica. Na busca deste alinhamento o desafio para a TRENURB é ser uma Empresa exemplar em termos de eficiência, quanto à qualidade do serviço oferecido à população e quanto ao desempenho econômico, ou seja, quanto ao custo para entregar esse serviço à sociedade.

Para além do escopo do serviço prestado, outro desafio da Empresa é contribuir com projetos de desenvolvimento no âmbito do transporte público e com projetos de inovação tecnológica do setor de transportes sobre trilhos, fortalecendo assim seu papel institucional.

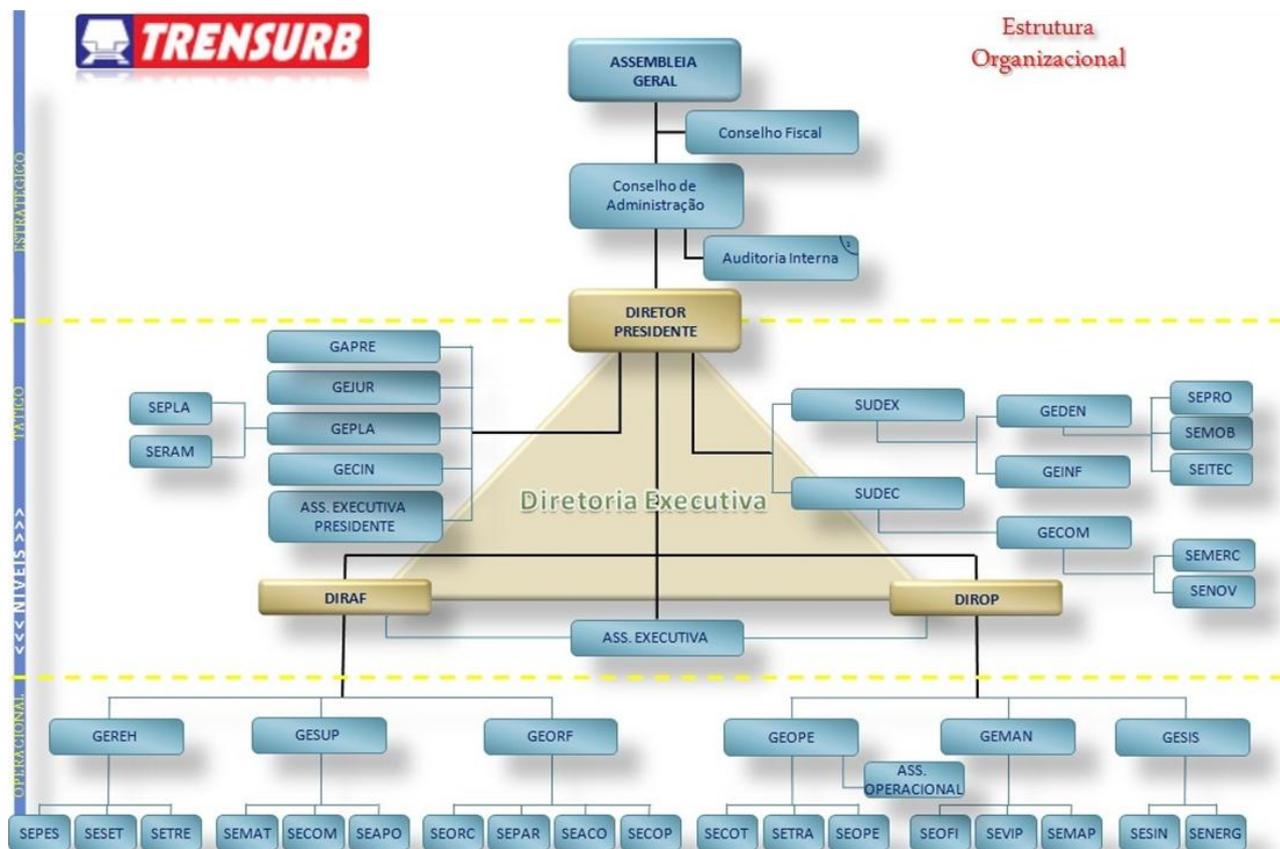
Sendo assim, os novos objetivos de atuação da Empresa são:

- Eficiência Operacional: excelência no serviço aos usuários;
- Eficiência Econômica: redução progressiva da necessidade de subvenção federal;
- Investimento em projetos e inovação tecnológica do setor metroferroviário;
- Compromisso Institucional com o desenvolvimento do transporte público e responsabilidade socioambiental.

O Plano de Negócios/Metas parte da premissa de que no planejamento estratégico e o desempenho da empresa pública devem ser examinados em vários níveis, tendo alguns objetivos gerais de avaliação em comum, bem como objetivos peculiares a cada nível: da Empresa, dos Órgãos Governamentais superiores e da Sociedade.

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Figura I - Organograma



Maio/2012

Tabela I - Unidades Organizacionais (UO's)

SIGLA	UNIDADE ORGANIZACIONAL	ATRIBUIÇÕES
Assembleia Geral	Assembleia Geral	Órgão de deliberação superior da TRENSURB, representativo do corpo de acionistas da Sociedade, quando convocado, tem as atribuições definidas na Lei n.º 6.404, de 15/12/1976 e no Estatuto Social.
Conselho Fiscal	Conselho Fiscal	O Conselho Fiscal é um órgão de fiscalização dos atos dos administradores e da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da empresa, em funcionamento permanente. Ao Conselho Fiscal compete desempenhar as atribuições previstas no art. 163 da Lei n.º 6.404/76, no Estatuto Social, no Regimento Interno e nas demais normas que lhe são aplicáveis.
Conselho de Administração	Conselho de Administração	O Conselho de Administração é o órgão de gestão superior da Sociedade sob a forma de colegiado, convocado para tomada de decisões, relacionadas com as políticas e diretrizes da Empresa, aprovação do planejamento global a ser adotado para consecução dos seus objetivos, além do controle dos resultados globais.
AUDIN	Auditoria Interna	Executar e Acompanhar todas as atividades previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT, Examinar o cumprimento das legislações fiscais, previdenciárias, trabalhistas, societárias e todas aquelas que envolvam as sociedades de economia mista, bem como o cumprimento das Normas de Procedimentos Gerais instituídas pela Empresa.
PRES	Presidência	Exercer a direção geral da Sociedade e controle geral de suas atividades.
GAPRE	Gabinete da Presidência	Assessorar o Diretor-Presidente na análise dos programas de trabalho, planos anuais e plurianuais, recomendando ou propondo soluções e medidas práticas a fim de permitir o melhor desenvolvimento dos mesmos.
GEDEN	Gerência de Desenvolvimento de Engenharia	São conferidas diferentes atribuições que envolvem atividades de estudos e projetos de obras civis, sistemas, soluções de mobilidade urbana e inovações tecnológicas.
SEPRO	Setor de Projetos e Obras Civis	Atividades de Estudos e Projetos: Conduzir e elaborar, direta ou via contratação de serviços, os estudos técnicos de viabilidade e projetos básicos e/ou executivos de engenharia, referentes às atividades de expansão ou de melhorias do sistema em operação no âmbito das obras civis. Atividades de Obras: Elaborar especificações técnicas e Editais de Licitação para a execução de obras civis. Elaborar orçamentos, analisar custos, executar e/ou conferir medições, planejar e controlar obras civis.
SEMOB	Setor de Planejamento e Projetos de Mobilidade Urbana	Desenvolver estudos com o objetivo de expandir o atual sistema da Empresa, para futuras áreas da Região Metropolitana. Desenvolver estudos relacionados a custos e tarifas, demandas e ofertas.
SEITEC	Setor de Projetos de Sistemas e Inovação Tecnológica	Conduzir e elaborar Atividades de Estudos e Projetos referentes às atividades de expansão ou de melhorias do sistema em operação no âmbito das montagens dos sistemas eletromecânicos. Elaborar especificações técnicas para a execução de montagens de equipamentos e sistemas e respectivos critérios de fornecimento, medição e controle. Realizar estudos de Atividades de Inovação e Tecnologia.

GEINF	Gerência de Informática	Propor um Plano Diretor de Informática, abrangendo e integrando todas as áreas que compõem a estrutura organizacional da Empresa. Executar serviços de produção de processamento de dados. Organizar e gerenciar serviços de manutenção e reparação de equipamentos de informática de toda Empresa.
GEJUR	Gerência Jurídica	Representar a TRENSURB, em juízo ou fora dele, em todas as ações, fornecer interpretação legal para todos os assuntos jurídicos que envolvam interesse da Empresa. Colaborar com todos os setores da Empresa em questões de ordem jurídica.
GECIN	Gerência de Comunicação Integrada	Definir estratégias de comunicação da Empresa no plano institucional e corporativo. Planejar, coordenar, executar e avaliar os eventos internos e externos à empresa Assessorar, coordenar e publicar as matérias legais de acordo com a legislação em vigor. Diagnosticar, analisar, planejar, coordenar, executar e avaliar resultados de ações de comunicação social da Empresa.
GEPLA	Gerência de Planejamento Corporativo	Dirigir, controlar, supervisionar e assessorar no planejamento da Empresa, desenvolvendo estudos permanentes visando à tomada de decisões, elaboração de planos de ação e alocação de recursos.
SEPLA	Setor de Planejamento	Executar o planejamento empresarial, supervisionando ou elaborando diretamente projetos, programas de trabalho, planos anuais recomendando ou propondo soluções, medidas práticas e estabelecendo o método de divulgação das respectivas estratégias.
SERAM	Setor de Responsabilidade Socioambiental	Elaborar e promover projetos voltados à prática de uma Gestão de Responsabilidade Socioambiental integrando-os às estratégias organizacionais.
SUDEC	Superintendência de Desenvolvimento Comercial	Elaborar o Planejamento Estratégico da Superintendência em conjunto com as Unidades Organizacionais sob sua direção, estabelecendo objetivos, metas e planos de ações, em consonância aos princípios e diretrizes organizacionais previstos no Planejamento Estratégico da TRENSURB.
GECOM	Gerência Comercial	Coordenar a realização de estudos, pesquisas, projetos e planos para o desenvolvimento comercial. Identificar o potencial de novos produtos para comercialização de créditos de viagem e a viabilidade das áreas destinadas às atividades comerciais associados ao serviço de transporte. Desenvolver estratégias de relacionamento com os clientes.
SENOV	Setor de Novos Negócios	Elaborar, submeter à aprovação e executar estudos, pesquisas, projetos e planos para o desenvolvimento comercial. Gerir o relacionamento com os clientes internos e externos e contratos comerciais, promover e divulgar portfólio de produtos.
SEMERC	Setor Comercial	Elaborar, submeter à aprovação e executar estudos, pesquisas, projetos e planos para o desenvolvimento do sistema eletrônico de comercialização de créditos de viagem através dos cartões eletrônicos e bilhetes. Acompanhar a compensação de créditos entre os sistemas de Bilhetagem Eletrônica integrados e a contabilização das receitas auferidas através do sistema de comercialização de créditos de viagem através dos cartões eletrônicos e bilhetes.

DIRAF	Diretoria de Administração e Finanças	Dirigir e controlar as atividades das Gerências de Recursos Humanos, Suprimento e Apoio, Orçamento e Finanças e Contabilidade e Patrimônio.
GEREH	Gerência de Recursos Humanos	A Gerência de Recursos Humanos é o órgão da Empresa responsável pela orientação, coordenação e controle das diretrizes estabelecidas pela Diretoria de Administração e Finanças para as atividades de planejamento e administração das áreas de Recursos Humanos. Orientar, coordenar e controlar o desenvolvimento das atividades de Recursos Humanos, formulando programas de trabalho dos Setores de Pessoal, Higiene e Segurança do Trabalho e de Seleção e Treinamento, dimensionar seus recursos e submeter esses elementos à Diretoria de Administração e Finanças para efeito de aprovação.
SEPE	Setor de Pessoal	Analisar, avaliar e classificar todos os cargos da Empresa, organizando e atualizando, permanentemente, o Sistema de Remuneração e Desenvolvimento (SIRD) da TRENSURB. Prestar orientação funcional. Cumprir e fazer cumprir, em todos os órgãos da Empresa, as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e de todas as determinações pertinentes, emanadas das autoridades superiores, bem como as Normas Gerais Internas relativas ao pessoal da Empresa. Executar todos os procedimentos de rotinas da folha de pagamento.
SESET	Setor de Higiene e Segurança do Trabalho	Selecionar e aprovar equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de prevenção e combate a incêndio. Inspecionar locais e instalações da Empresa, observando condições de trabalho e visando determinar fatores de risco e acidentes, bem como, prevenir e identificar doenças profissionais. Promover a realização de atividades de conscientização, educação e orientação dos trabalhadores para a prevenção de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais.
SETRE	Setor de Seleção e Treinamento	Estudar, planejar e preparar programas de treinamento de pessoal, de acordo com as necessidades da Empresa. Coordenar e orientar as atividades de treinamento e estágio desenvolvidas na Empresa. Promover periodicamente a avaliação de desempenho dos empregados, visando o acompanhamento profissional e as promoções por merecimento.
GESUP	Gerência de Suprimento e Apoio	Responsável pela orientação, coordenação e controle das diretrizes estabelecidas pela Diretoria de Administração e Finanças para as atividades de compras, suprimento de materiais e apoio.
SEMAT	Setor de Materiais	Executar os trabalhos de recebimento, fiscalização, conferência e estocagem de materiais e equipamentos promovendo exames técnicos e armazenamento dos mesmos em condições convenientes.
SECOM	Setor de Compras	Executar compras de materiais e equipamentos, segundo as normas, planos e programação estabelecidas na Empresa. Promover a realização de licitações relativas a contratações de obras e serviços de engenharia, bem como de fornecimento de materiais e equipamentos, na forma da legislação federal pertinente e normas internas.

SEAPO	Setor de Apoio	Executar, controlar e supervisionar os serviços de limpeza e conservação interna e externa dos prédios, dependências, instalações, móveis e utensílios da administração da Empresa, bem como limpeza e conservação de áreas verdes e arruamentos, exceto pátio da manutenção. Quando estes serviços forem subcontratados deverão ser controlados e supervisionados. Coordenar as atividades de recepção, zeladoria, telefonia e cooperagem.
GEORF	Gerência de Orçamento e Finanças	Órgão da Empresa responsável pela orientação, coordenação e controle da execução das diretrizes estabelecidas pela Diretoria de Administração e Finanças, para as atividades de orçamento, pagamentos, receitas, guarda e aplicação dos recursos financeiros, acompanhamento e controle de contratos, atividades contábeis e de controle dos bens patrimoniais.
SEACO	Setor de Administração de Contratos	Efetuar o controle dos contratos. Revisar os editais e contratos. Orientar e assessorar gestores quanto aos projetos básicos, controles e obrigações contratuais.
SECOP	Setor de Contabilidade	Preparar balancetes e balanços aplicáveis à legislação das Sociedades Anônimas. Coordenar e controlar a aplicação do plano contábil da Empresa. Processar toda a documentação para pagamento e recolhimento de tributos, contribuições, amortização de financiamentos, juros da dívida e demais despesas. Executar todos os trabalhos de escrituração contábil e fiscal.
SEORC	Setor de Orçamento	Cumprir e fazer cumprir as normas orçamentárias aprovadas pelo Congresso Nacional. Controlar a emissão e cancelamento das notas de empenho através do sistema SIAFI e a execução orçamentária receita x despesa, de acordo com o orçamento publicado.
SEPAR	Setor de Pagamentos e Receitas	Controlar as contas a pagar da Empresa e acompanhar sua efetiva liquidação. Centralizar todos os pagamentos da Empresa. Controlar a movimentação da conta bancária e conta única do sistema SIAFI.
DIROP	Diretoria de Operações	Dirigir e controlar as atividades de operação e manutenção dos trens, via permanente, rede aérea e sinalização da TRENSURB.
GEOPE	Gerência de Operações	Órgão da Empresa responsável pela orientação, coordenação e controle da execução das diretrizes estabelecidas pela Diretoria de Operações para as atividades centralizadas de controle operacional, de produção de transporte, venda de passagens, atendimento, informações e segurança aos usuários.
SEOPE	Setor de Operação de Estações	Executar os serviços nas estações de venda de passagens, atendimento e informações aos usuários, controle de entrada e saída de usuários e demais serviços auxiliares desenvolvidos nas estações, segundo padrões de desempenho e qualidade previstos.
SECOT	Setor de Controle Operacional	Comandar e controlar a marcha dos trens na linha, nos pátios e nas estações, e a alimentação e distribuição de energia para os trens. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento de regras gerais de operação, bem como normas e instruções atinentes à execução dos transportes, reportando irregularidades à Gerência de Operações.
SETRA	Setor de Tráfego	Realizar os serviços de transporte metroviário segundo padrões de segurança, regularidade e conforto ao usuário, dentro dos limites de custos operacionais programados, conforme orientações do centro de Controle Operacional.

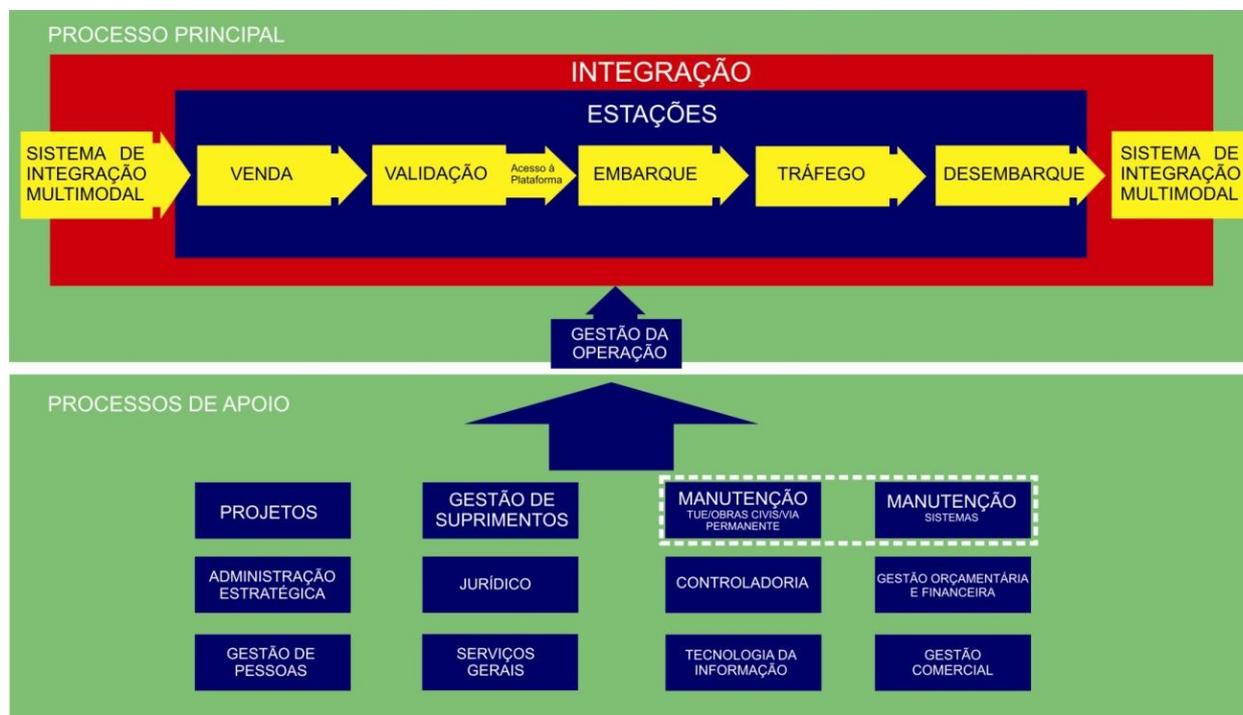
GEMAN	Gerência de Manutenção	Órgão da Empresa responsável pela orientação, coordenação e controle da execução das diretrizes estabelecidas pela Diretoria de Operações para as atividades de manutenção.
SEOFI	Setor de Oficina	Fazer manutenção preventiva e corretiva em equipamentos dos TUE's, revisões dos componentes removidos na Oficina de Manutenção Leve, reparações devido a acidentes com TUE's, manutenção do material rodante auxiliar da Empresa e realizar manutenção corretiva ao longo da V1, V2 e Pátio.
SEVIP	Setor de Via Permanente	Manter a via permanente em condições adequadas para a operação dos TUE's. Promover a Gestão Técnica, o controle da qualidade, fiscalização dos serviços contratados com terceiros no âmbito da Unidade Organizacional.
SEMAP	Setor de Manutenção Predial	Executar a conservação das obras civis da Empresa, a manutenção dos sistemas de ar condicionado e refrigeração, a manutenção do sistema da bacia rodoviária/Pátio, a manutenção dos elevadores, escadas rolantes e plataformas elevatórias, a manutenção em bombas de combate à incêndio e bombas de água de pequeno porte.
GESIS	Gerência de Sistemas	Órgão da Empresa responsável pela orientação, coordenação e controle da execução das diretrizes estabelecidas pela Diretoria de Operações para as atividades centralizadas de manutenção dos Sistemas.
SESIN	Setor de Sinalização	Fazer a manutenção dos aparelhos, equipamentos e demais componentes do sistema de sinalização, telecontrole de energia, telecomunicações sinalização, telecontrole de e bilhetagem automática nos locais onde estiverem instalados ou no laboratório desse sistema. Controlar e conferir sistematicamente dados e informações sobre o desempenho dos serviços de manutenção e submeter os resultados à Gerência de Sistemas. Avaliar sistematicamente, o desempenho de equipamentos e materiais do sistema de energia, telecomunicações e bilhetagem automática, e dos empregados lotados nos órgãos sob sua supervisão.
SENERG	Setor de Energia	Fazer a manutenção do sistema de rede aérea compreendendo, catenárias, postes e estruturas, e aparelhos seccionadores de linhas. Fazer a manutenção do sistema de energia de alta tensão de tração e de grandes equipamentos do sistema de energia, nas subestações e nas cabines de seccionamento e de paralelismo ou na oficina de manutenção. Fazer a manutenção do sistema de energia de baixa tensão e de equipamentos elétricos em geral e geradores de subestações. Fazer a manutenção da cablagem de energia.

Fonte: Regimento Interno da TRENSURB

1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

O sistema processador da Empresa está configurado em treze macroprocessos e classificados em processo principal do negócio e processos de apoio conforme o Mapa de Processos.

Figura II - Gráfico Mapa de Processos



Fonte: TRENSURB

A análise do sistema processador da TRENSURB iniciou em 2006 em conjunto com a Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul (UFRGS). O projeto consistiu na avaliação dos macroprocessos da Empresa buscando identificar e relacionar todas as fases na seguinte ordem:

MACROPROCESSOS → SUBPROCESSOS → FORNECEDOR → ENTRADA → PROCESSO → SAÍDA → CLIENTE.

A TRENSURB continuou a implementação da gestão por processos após o término do projeto ciclo 2006/2007, focando em processos específicos e conforme a demanda das áreas envolvidas ou da necessidade de reestruturação do processo para uma melhor gestão operacional. Em 2012 foi implantado através de Resolução da Diretoria Executiva (RED) o PNP – Programa de Normatização de processos que tem como principal objetivo a normatização dos procedimentos executados pelos macroprocessos mapeados.

O PNP consiste em normatizar os processos internos de trabalho buscando a padronização e a eficácia dos mesmos, priorizando a qualidade dos serviços e a segurança do trabalho. Trata-se de um conjunto de ações organizadas a partir da coordenação da GEPLA (Gerência de Planejamento Corporativo) para padronizar e normatizar procedimentos e práticas de serviço nas unidades organizacionais envolvidas através do modelo padrão de NPG (Norma de Procedimentos Geral).

Todas as atividades internas demandadas com vistas à melhoria contínua dos processos são coordenadas pela Gerência de Planejamento Corporativo que tem entre suas atribuições conforme Regimento Interno, as seguintes:

- Assessorar as áreas na elaboração, revisão e adequação das normas de procedimento geral, com o objetivo de facilitar o entendimento e cumprimento das determinações superiores;

- Assessorar na normatização dos procedimentos e apensar manuais de unidade organizacional necessários para a organização da Empresa, bem como, definir programas de trabalho com o objetivo de reavaliar todas as Normas de Procedimento Geral e Manuais existentes;

- Executar atividades de reestruturação organizacional da Empresa;

- Elaborar estudos e coordenar ações em conjunto com as demais Unidades Organizacionais com vistas à implantação da gestão de processos e da gestão da qualidade;

Além do PNP – Programa de Normatização de Processos, diariamente é enviado ao corpo gestor o Relatório Diário Operacional com dados e informações pertinentes ao processo principal do negócio para análise e conseqüentemente, ajustes para sua melhoria, através de ações corretivas e preventivas. Recentemente se introduziu a este relatório o acompanhamento diário do IEO (Índice de eficiência operacional). A Gestão da Operação é o processo principal no que se refere ao negócio da empresa e ao atendimento aos seus usuários. Sendo assim, seu desempenho é acompanhado diariamente através do Diário Operacional.

1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO

Conforme demonstrado no capítulo anterior, entre os treze macroprocessos, doze estão classificados como processos de apoio.

- ✓ Projetos
- ✓ Administração Estratégica
- ✓ Gestão de Pessoal
- ✓ Gestão de Suprimentos
- ✓ Jurídico
- ✓ Serviços Gerais
- ✓ Manutenção
- ✓ Controladoria
- ✓ Tecnologia da Informação
- ✓ Manutenção Sistemas
- ✓ Gestão Orçamentária e Financeira
- ✓ Gestão Comercial

Estes macroprocessos da empresa são monitorados e controlados por ferramentas de gestão (softwares) que permitem a análise e conseqüentemente ações de melhoria. Controlados por um Sistema de Gestão baseado em Indicadores de Desempenho, conforme descrito no capítulo 2.2, também se destacam os mecanismos de controle que foram implantados para melhoria dos projetos como a gestão de projetos pela Gerência de Planejamento Corporativo, onde através de requisição de abertura de projeto (RAP) e com as condicionantes definidas todos os projetos são enviados para aprovação da Diretoria Executiva.

1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

Os principais parceiros que colaboram ou participam na busca dos objetivos da empresa, estão descritos abaixo.

FORNECEDORES

A TRENSURB visa assegurar a transparência das informações que envolvem seus processos de contratação subordinando-se à Lei 8.666/93 e suas correlatas. Possui canais de comunicação que disciplinam e regulamentam suas contratações, sendo todas publicadas no Portal da Transparência do Governo Federal.

PRINCIPAIS FORNECEDORES

- ▶ AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S/A (Energia elétrica de tração)
- ▶ CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica (Energia elétrica de tração)
- ▶ CMBA Indústria Metalúrgica Ltda. (Mancais de bronze)
- ▶ MPE Montagem e Projetos Especiais S/A (Serviços de manutenção dos TUE's e via permanente)
- ▶ Petrobrás Distribuidora S/A (Graxas e lubrificantes para TUE's e máquinas da via férrea)
- ▶ Plasser do Brasil Ltda. (Peças e componentes de máquinas especiais para manutenção de via férrea)
- ▶ Radial Importadora de Rolamentos Ltda. (Rolamentos diversos, motor alternador, truques, portas, e outros)
- ▶ Faiveley Transport do Brasil S/A (Partes e peças do sistema de freio microprocessado dos TUE's)
- ▶ Metalfresa Indústria Metalúrgica Ltda. (Peças usinadas para manutenção de trens)

EMPRESAS CONTRATADAS

Buscando aperfeiçoar seu parque industrial foi adotado como diretriz estratégica a contratação de empresas para execução dos seguintes serviços:

- Serviço de engenharia e manutenção dos trens;
- Serviço de engenharia e manutenção da via permanente;
- Serviço de engenharia e manutenção da rede aérea;
- Serviço de engenharia e manutenção de obras civis.

FORÇA DE TRABALHO

Compõem a força de trabalho, pessoas que possuem contrato firmado indiretamente e os que trabalham sob supervisão direta da empresa, ou seja, os denominados empregados, ocupantes dos cargos de comissão, estagiários e aprendizes.

GOVERNO FEDERAL

A TRENSURB é uma Sociedade de Economia Mista, vinculada ao Ministério das Cidades que, para atingir seus objetivos e cumprir sua missão, necessita do aporte de recursos do Governo Federal. Caracterizando-se, portanto, como uma empresa economicamente dependente, cujo valor da tarifa e limites de orçamento (dotação orçamentária) são definidos e aprovados pelo Governo Federal.

2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE

O Planejamento Estratégico na TRENSURB foi instituído a partir de 2003 com o objetivo de apoiar e qualificar o processo de tomada de decisão, promover a melhoria do desempenho operacional e econômico da Empresa. O Planejamento Estratégico da empresa, nos últimos anos, utilizou a metodologia do Balance Scorecard (BSC), a qual foi a base para a planificação das ações e projetos e para o alcance dos objetivos e metas que a TRENSURB se propôs, tornando-se o principal referencial da gestão para realização de sua função institucional.

No processo de Planejamento Estratégico da empresa, os objetivos estratégicos são os pilares norteadores para a modelagem do plano, pois servem para direcionar as políticas da organização, promovendo a alocação dos recursos segundo a priorização das ações e projetos para alcançar o desempenho desejado.

Desta forma o Planejamento Estratégico é um processo permanente da gestão. Sua atualização deve ser realizada sempre que novas circunstâncias que afetam a organização e seu ambiente ocorrerem. Seu monitoramento, avaliação e possíveis revisões são necessários para readequar o rumo da estratégia e ajustar o detalhamento e operacionalização das políticas de gestão.

Portanto, a elaboração do Plano de Negócios/Metas para o período de 2012 a 2015 estabelece um conjunto de metas gerais a ser perseguido pela empresa neste período. Trata-se das metas anuais de receitas, despesas e os investimentos necessários, estabelecidos a partir das diretrizes que orientarão as políticas e ações instituídas pela atual administração da Empresa em consonância com o Plano Plurianual (instrumento legal de planejamento de maior alcance no estabelecimento das prioridades e no direcionamento das ações do Governo), conforme ações detalhadas no capítulo 4 (quatro).

2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O Plano de Negócios/Metas foi elaborado tendo como objetivo maior posicionar a TRENSURB entre as três melhores empresas do setor metroferroviário do país, em 2015, considerando a eficiência da qualidade dos serviços, o desempenho econômico e o fortalecimento seu papel institucional, pois mais que transportar pessoas, a TRENSURB tem também compromisso socioambiental com a população em seu entorno.

A principal premissa para a viabilização do plano será o foco da gestão em metas e resultados buscando permanentemente a eficiência do serviço e o aumento da Taxa de Cobertura Operacional – TCO. Estes índices gerais e seu desdobramento serão controlados por um Sistema de Gestão baseado em Indicadores de Desempenho, conforme demonstrado na figura 1.

Figura III - Sistema de Gestão baseado em Indicadores de Desempenho



Fonte: TRENSURB

O Sistema é composto por quatro grupos de indicadores que envolvem todos os níveis da estrutura organizacional e consiste em estabelecer um padrão de controle, acompanhamento, análise e apresentação dos dados dos grupos de indicadores mencionados. Seu objetivo é medir, avaliar e melhorar os resultados quanto visando ampliar a sustentabilidade econômico-operacional da empresa. Cada grupo de indicadores corresponde a:

— **INDICADORES FINANCEIROS:** Correspondem ao conjunto de contas contábeis e seus desdobramentos utilizados no cálculo da Taxa de Cobertura Operacional (TCO). Este indicador de desempenho, TCO, quantifica a sustentabilidade econômica da empresa, relacionando receitas próprias e as despesas de funcionamento. Estão classificados em dois grupos:

- a) Indicadores financeiros de receitas e despesas de custeio e
- b) Indicadores financeiros de despesas de pessoal

— **INDICADORES OPERACIONAIS:** Correspondem aos Indicadores que medem a qualidade do serviço ofertado cujo foco é a satisfação do usuário.

— **INDICADORES DE GESTÃO:** Correspondem aos indicadores cujo objetivo é avaliar o processo de gestão.

Para atender ao objetivo maior alguns pressupostos foram elencados:

- ✓ A ampliação da eficiência operacional envolverá ações e projetos para melhorar o serviço prestado aos usuários.
- ✓ A melhoria do desempenho econômico será alcançada através da redução das despesas operacionais e do aumento da receita.
- ✓ A redução das despesas operacionais envolverá o controle sistemático dos custos e o uso eficiente dos recursos.
- ✓ O aumento da receita própria será alcançado pela ampliação da demanda transportada e o estabelecimento de uma política tarifária permanente a ser definido com os órgãos de decisão e controle federal.
- ✓ A receita própria também crescerá devido à ampliação da receita advinda dos serviços e negócios associados aos equipamentos de transporte da TRENSURB.
- ✓ Para transportar a demanda potencial, serão necessários investimentos na ampliação da frota e em melhorias operacionais no sistema existente, adequando a oferta à demanda prevista.
- ✓ A ampliação do escopo de atuação da empresa, além dos projetos de expansão em curso, incluirá ações e projetos que contribuam para o desenvolvimento de tecnologias inovadoras para setor metroferroviário nacional, o apoio ao uso da tecnologia do Aeromóvel no setor transporte público e a nacionalização de peças e equipamentos.
- ✓ No plano institucional, a empresa continuará contribuindo com a elaboração de políticas públicas para o setor de transporte, ocupando seu lugar como empresa que contribui para a sustentabilidade sócio-ambiental e com ações estruturadas de responsabilidade social.

Quanto a avaliação dos riscos que podem impedir ou prejudicar o atingimento dos objetivos estratégicos, está contemplado no capítulo 3.2 deste relatório.

2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES

Conforme já especificado os novos objetivos de atuação da Empresa são:

- Eficiência Operacional: excelência no serviço aos usuários;
- Eficiência Econômica: redução progressiva da necessidade de subvenção federal;
- Investimento em projetos e inovação tecnológica do setor metroferroviário;
- Compromisso Institucional com o desenvolvimento do transporte público e responsabilidade socioambiental.

A partir deste conjunto de objetivos estratégicos desdobram-se ações e projetos, que por sua vez, relacionam as perspectivas e os objetivos estratégicos com as diretrizes do plano de metas, seus objetivos e identificam-se as atividades e os projetos necessários para atingi-los.

Na sequência, apresentam-se as premissas que nortearam a elaboração desta planificação dos projetos necessários para fazer com que a TRENSURB cumpra sua missão e atinja sua visão de futuro: “Estar entre as três melhores empresas do setor em qualidade de serviços e desempenho econômico”.

1. REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA FUNCIONAL E ORGANIZACIONAL DA EMPRESA

OBJETIVO: Adequar a estrutura organizacional à modernização funcional, tecnológica e de gestão da empresa.

— Consolidação do modelo de relacionamento organizacional e gestão das atividades e serviços contratados.

- a) Conceituar e definir o modelo de relacionamento com as empresas parceiras contratadas;
- b) Adequação do SIRD em função da reestruturação das atividades funcionais decorrentes do modelo de relacionamento e de gestão das parcerias;
- c) Definir as novas competências funcionais e gerenciais para de gestão das parcerias;
- d) Programa de Recursos Humanos para capacitar os gestores para o modelo de relacionamento e de gestão das parcerias;

— Adequação das atividades e estrutura organizacional operacional considerando a modernização tecnológica, as necessidades de novas atividades, tendo em vista as novas funções empresariais, e a definição das atividades e serviços a serem executadas por empresas parceiras contratadas.

- a) Reestruturar as atividades operacionais e de manutenção das unidades organizacionais, tendo em vista a implantação de novas tecnologias e a definição das atividades a serem executadas por empresas parceiras contratadas e as novas atividades emergentes;
- b) Definir a estrutura organizacional das unidades organizacionais considerando a reestruturação das atividades;
- c) Adequação do SIRD considerando a reestruturação das atividades funcionais;
- d) Definir as competências a reforçar e novas a incluir, considerando a reestruturação das atividades;
- e) Programa de Recursos Humanos para capacitação dos gestores e quadro das novas atividades;

— Modernização das atividades e dos processos de trabalho de apoio, com o uso de Tecnologia da Informação – TI.

- a) Definir os processos e atividades de trabalho de apoio atuais que serão reestruturadas utilizando TI;
- b) Redesenho dos processos e atividades de trabalho das unidades organizacionais de apoio com a utilização dos sistemas de TI;
- c) Definir a estrutura organizacional da unidade organizacional de apoio a partir da reestruturação das atividades;
- d) Adequação do SIRD considerando a reestruturação das atividades funcionais;
- e) Definir as competências considerando a reestruturação das atividades;
- f) Programa de Recursos Humanos para capacitar os gestores e quadro de pessoal nas novas atividades;
- g) Redesenho completo da estrutura funcional e de gestão da Empresa.

— Redefinição do organograma, considerando as redefinições anteriores.

- a) A constituição de novas estruturas, tendo em vista as novas atividades organizacionais emergentes: Sistema de Gestão centrado no desempenho operacional e econômico, desenvolvimento de projetos de inovação tecnológica; implantação, operação e manutenção do Aeromóvel, responsabilidade institucional com o desenvolvimento do transporte público, responsabilidade socioambiental, planejamento e engenharia de manutenção; gestão do sistema de comercialização, arrecadação e controle de créditos de viagem, gestão operacional do sistema de integração com os demais modos de transporte.

2. REDUÇÃO DAS DESPESAS OPERACIONAIS, COM CONTROLE DOS CUSTOS E USO EFICIENTE DOS RECURSOS

OBJETIVO: Melhorar o desempenho econômico da empresa, reduzindo a necessidade de recursos de subvenção.

- Redefinição do quadro de pessoal tendo em vista a reestruturação funcional e de gestão da empresa;
- Aprimoramento da gestão dos custos de pessoal com indicadores desdobrados ao nível das unidades organizacionais;
- Controle e acompanhamento detalhado das contas de custeio (diretas e indiretas) estruturado e desdobrado com indicadores ao nível das unidades organizacionais.

3. AUMENTO DA EFICIÊNCIA OPERACIONAL ATRAVÉS DA PREVENÇÃO DE OCORRÊNCIAS OPERACIONAIS CRÍTICAS PARA O USUÁRIO.

OBJETIVO: Melhorar permanentemente à qualidade do serviço prestado aos usuários. Definição de programas de ações para os seguintes aspectos críticos:

- Prevenção de ocorrências com o material rodante, sistemas e equipamentos, bem com a revisão dos procedimentos, relacionados com risco ou à segurança dos usuários;
- Prevenção de ocorrências com material rodante, sistemas, equipamentos, bem como atualização dos procedimentos, relacionados à paralisação da operação;
- Prevenção de ocorrências com material rodante, sistemas, equipamentos, bem como atualização dos procedimentos, relacionados ao atraso na circulação dos trens;
- Redução de problemas de comunicação e relacionamento com os usuários.

4. AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE TRANSPORTE COM A AQUISIÇÃO DE NOVOS TRENS

OBJETIVO: Atender a demanda crescente, aumentar a receita e qualidade do serviço;

- Investimento em frota nova;
- Investimento em melhorias operacionais para atender o crescimento da demanda;
- Investimentos de modernização da frota existente e no sistema de controle de tráfego;
- Investimentos na modernização das estações e acessibilidade.

5. IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE INDICADORES DE EFICIÊNCIA OPERACIONAL E ECONÔMICA

OBJETIVO: Implantar modelo de gestão focado em resultados

- Reorganização da gestão dos indicadores operacionais, visando aprimorar a medição do desempenho das atividades das UO's;
- Implantação de sistema de controle e gestão das contas (receitas e despesas), através do sistema de gestão de indicadores;
- Priorização dos investimentos em serviços e projetos que melhorem a eficiência operacional e econômica;
- Avaliação do desempenho das UO's com base na implantação do sistema de gestão de indicadores de eficiência.

6. AMPLIAÇÃO DA DEMANDA TRANSPORTADA

OBJETIVO: Melhorar o desempenho econômico da Empresa, reduzindo a necessidade de recursos de subvenção.

- Agregação da demanda potencial da Expansão SL-NH;
- Ampliação da integração com os sistemas de ônibus municipais, intermunicipais e regionais;
- Ampliação da integração do sistema de bilhetagem da TRENSURB com os principais sistemas de bilhetagem eletrônica da RMPA;
- Desenvolvimento de projetos para atrair a demanda decorrente do desenvolvimento econômico do eixo de operação.

7. GARANTIA DE POLÍTICA TARIFÁRIA

OBJETIVO: Melhorar o desempenho econômico da Empresa, reduzindo a necessidade de recursos de subvenção.

- Condição para a realização da receita futura prevista;
- Regulação do número de passageiros transportados.

8. DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES E PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS SOBRE TRILHOS E INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS

OBJETIVO: Contribuir novos projetos desenvolvimento tecnológico do país

- Apoio ao desenvolvimento e disseminação do uso da tecnologia Aeromóvel;
- Contribuição para o desenvolvimento de tecnologias nacionais inovadoras para o setor metroferroviário;
- Nacionalização de peças e equipamentos.

9. AMPLIAÇÃO DA RECEITA COM SERVIÇOS, NEGÓCIOS E EMPREENDIMENTOS ASSOCIADOS

OBJETIVO: Melhorar o desempenho econômico da Empresa, reduzindo a necessidade de recursos de subvenção.

- Ampliação dos espaços comerciais ofertados;
- Concessões para construção de empreendimentos associados;
- Ampliação dos espaços de mídia fixa e móvel;
- Estacionamentos integrados.

10. CONSOLIDAÇÃO DO PAPEL INSTITUCIONAL DA TRENSURB

OBJETIVO: Fortalecer a imagem da empresa e ampliar o seu espaço institucional perante sociedade.

- Manutenção do papel institucional ocupado: indutor de políticas públicas para o setor de transporte no contexto metropolitano;
- Exploração do caráter sócio-ambiental correto do serviço prestado. “A TRENSURB é uma Empresa do Bem!;
- Implantação de programa de políticas sócio-ambientais;
- Fortalecimento institucional das políticas assistenciais.

É importante destacar o compromisso assumido pela atual gestão com as metas e objetivos se propôs no Plano de Negócios/Metas. Sua viabilização dependerá da capacidade da alta administração de dirigir a gestão na busca permanentemente de resultados. Portanto, a obtenção dos resultados gerais definidos neste plano de metas, dependerá tanto das ações de responsabilidade da gestão da empresa, quanto de compromissos do governo, especialmente quanto à tarifa vigente.

São esforços como esses, aliados a uma gestão responsável e comprometida com permanente atualização e qualificação de profissionais e serviços, que criam as condições para que a empresa mantenha um índice de satisfação geral de seus usuários de 95,75% conforme última pesquisa de satisfação. Credenciam, ainda, a TRENSURB a ter condições de buscar os objetivos que constam em seu Plano de Negócios/Metas até 2015: ser um exemplo em termos de gestão eficiente, tanto em relação à qualidade dos serviços prestados – tornando-se uma das três melhores empresas do setor no país –, quanto ao alto desempenho econômico – chegando a uma taxa de cobertura operacional de 80% com receitas próprias.

2.4 INDICADORES

Os indicadores de desempenho são elaborados de forma a permitir a gestão equilibrada entre os objetivos estratégicos.

ACÇÕES E INDICADORES DE DESEMPENHO POR EIXO ESTRATÉGICO

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Em consonância com a natureza da atividade da TRENSURB, o processo de modernização é aspecto importante para a ampliação da eficiência operacional que envolve ações e projetos para melhorar o serviço prestado aos usuários.

IEO – Índice de Eficiência Operacional

O IEO é um sistema estruturado internamente que visa realizar o acompanhamento das nossas atividades e que medi nossa eficiência de forma mais sistêmica, aglutinadora e com a menor periodicidade possível de forma a permitir corrigir rumos e falhas com a brevidade necessária para evitar prejudicar a expectativa dos nossos usuários/clientes/cidadãos. Dessa forma se obtém este índice através dos Indicadores Operacionais que correspondem aos Indicadores que medem o grau de eficiência geral dos serviços oferecidos pela TRENSURB.

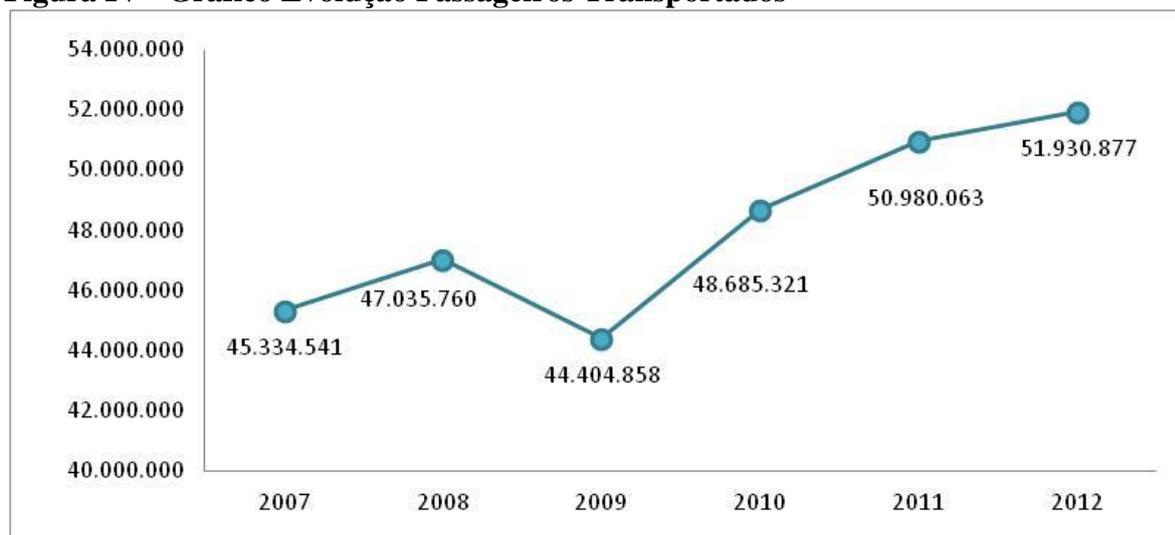
No processo de construção do método, definiram-se os quatro Atributos que seriam medidos, relacionados, de forma estruturada aos Indicadores Chave de Desempenho que os compõe e, ainda, dois ou mais níveis de desdobramento: Itens de Controle e Itens de Verificação, Famílias de Equipamentos e/ou Ocorrências e Sub-famílias de Equipamentos e/ou Ocorrências.

Este sistema está em operação desde setembro de 2012 e apresentou em dezembro um índice de 94,07%.

Passageiros Transportados

Os dados de passageiros transportados são obtidos através da medição nos bloqueios de entrada nas estações pelo bilhete Edmonson e pelos créditos de viagem pela utilização do cartão SIM (Sistema Integrado Metropolitano). No gráfico observa-se a evolução dos passageiros transportados no período de 2007 a 2012.

Figura IV - Gráfico Evolução Passageiros Transportados



Fonte: Diário Operacional TRENSURB

A tabela abaixo demonstra a evolução do número de passageiros transportados no corrente ano por mês, sendo este dado classificado em média dia útil, média sábado e média domingo.

Tabela II - Média de Passageiros Transportados

PASSAGEIROS ENTRANTES	TOTAL MÊS	MÉDIA DIA ÚTIL	MÉDIA SÁBADO	MÉDIA DOMINGO
JAN	3.930.238	153.115	80.383	48.036
FEV	3.460.869	145.463	80.372	46.284
MAR	4.551.719	174.571	97.359	56.092
ABR	4.224.977	178.314	88.225	53.260
MAI	4.424.554	177.679	100.147	56.772
JUN	4.282.814	175.252	98.516	56.288
JUL	4.358.557	167.844	98.111	54.709
AGO	4.865.397	183.697	103.192	55.789
SET	4.282.439	179.784	113.786	67.917
OUT	4.770.399	183.827	103.328	59.854
NOV	4.552.298	187.025	104.942	63.026
DEZ	4.226.616	165.051	114.241	61.869
TOTAL	51.930.877	172.635	98.550	56.658

Fonte: Diário Operacional TRENSURB

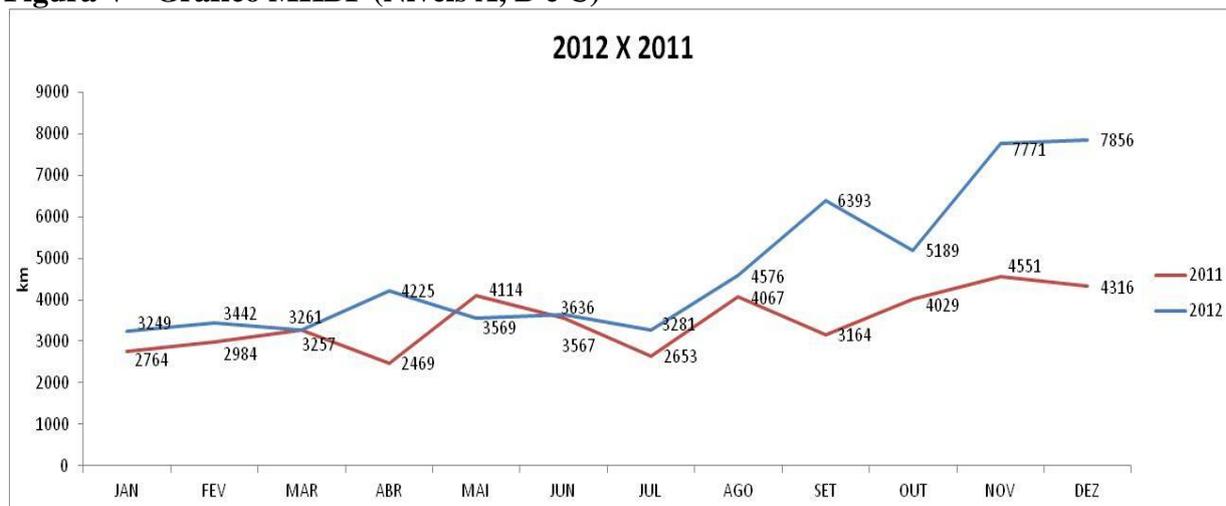
MKBF

A medição do desempenho da manutenção é obtida através do Índice de Quilometragem Média Percorrida por Ocorrência de Avarias da Frota – MKBF, onde o resultado é expresso em quilômetros por avaria, o que significa que se busca aumentar sempre esse índice. A quilometragem média entre avarias demonstra a qualidade do serviço de manutenção dos trens, o que impacta diretamente no serviço ofertado à população e permite analisar e agir proativamente sobre avarias que se repetem e que passam a necessitar ações preventivas, alterando a programação das manutenções existentes.

Registra-se no ano de 2012 um novo recorde histórico deste indicador que é fruto do investimento pesado em Manutenção Preventiva. Eliminou-se a possibilidade de fornecimento de componentes revisados nos anos anteriores, mesmo que estejam operacionais, pois desta maneira aumentamos a confiabilidade da frota.

No gráfico observa-se a evolução mensal deste indicador nos anos de 2011 e 2012 possibilitando sua comparação.

Figura V - Gráfico MKBF (Níveis A, B e C)



Fonte: SGE (Sistema de Gestão Estratégica)

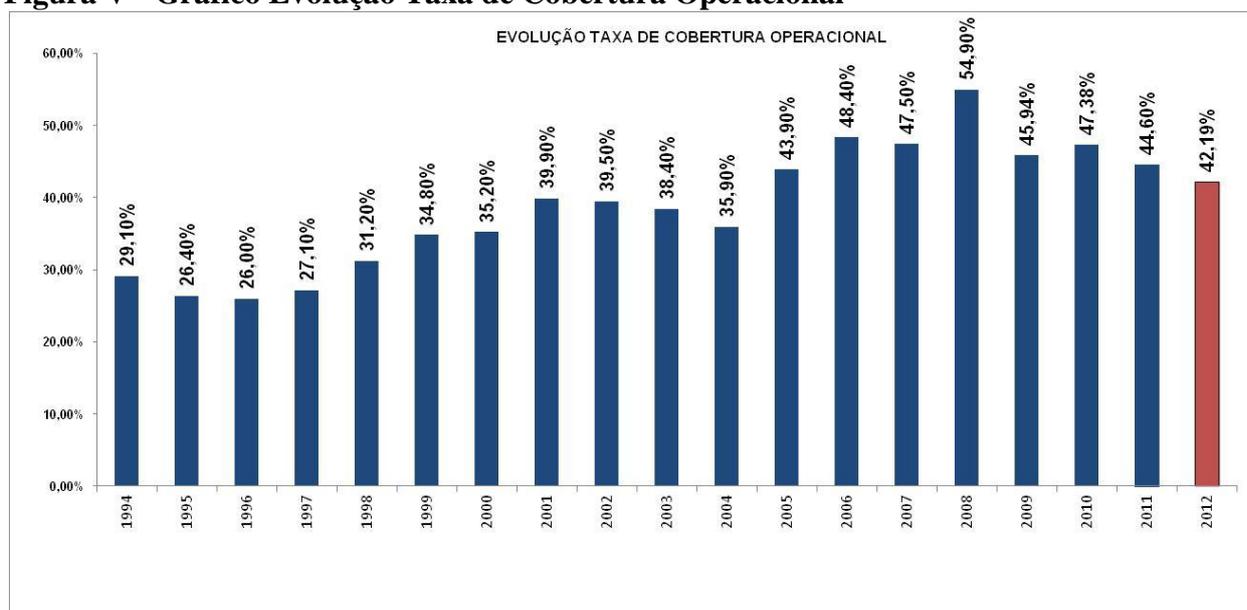
EFICIÊNCIA ECONÔMICA

A melhoria do desempenho econômico da TRENURB significa a otimização das despesas para o funcionamento do serviço e, conseqüentemente, o aumento na arrecadação de receitas, reduzindo a necessidade de recursos de subvenção.

Taxa de Cobertura Operacional

A Taxa de Cobertura é o principal índice financeiro da TRENURB e seu crescimento é um dos objetivos permanentes da Empresa. Este indicador de desempenho representa a sustentabilidade econômica na relação entre suas receitas próprias e as despesas para seu funcionamento. O gráfico abaixo demonstra a evolução histórica deste índice.

Figura V - Gráfico Evolução Taxa de Cobertura Operacional



Fonte: SGE (Sistema de Gestão Estratégica)

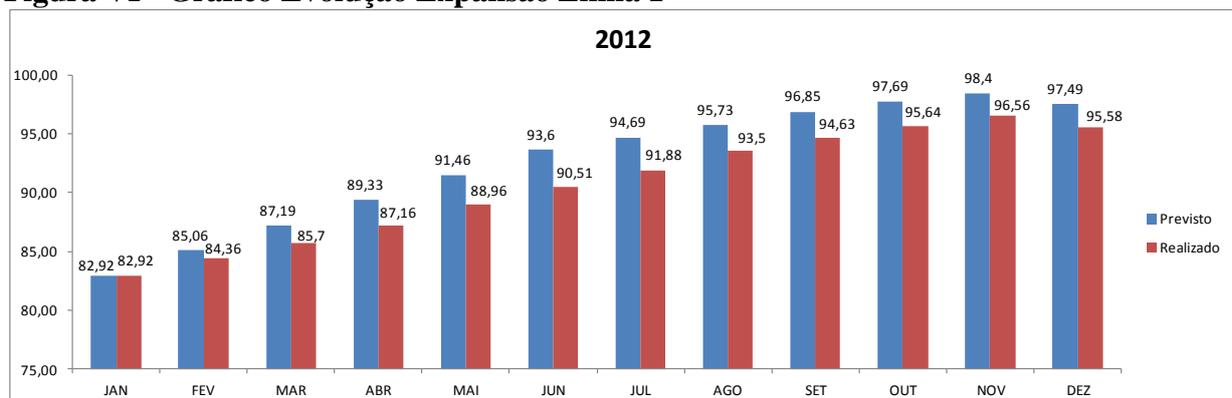
Receitas e despesas é um grupo de contas, compostas pelas principais receitas e despesas da empresa, distribuídas entre: Receita operacional de transportes que é a receita obtida com a venda de bilhetes/créditos (unitários e de integração) e representa 87% do total de receitas. A receita comercial com o objetivo de ampliar as receitas da empresa é obtida através de exploração publicitária e comercial, além de serviços como fibra óptica e máquinas dispensadoras de produtos e valores. A receita financeira são receitas decorrentes de aplicações financeiras, operações de crédito, alienação de ativos e outras. As despesas públicas correspondem a “dependência” de recursos, e devem necessariamente constar no orçamento anual para permitir a sua execução. O acompanhamento dessas despesas é realizado mensalmente através da contabilidade da Empresa, (Sistemas SIAFI e PLACOMP), atendendo as legislações de Empresa de Economia Mista e de Sociedade Anônima. Com esses dados (ou informações) são calculados dois outros indicadores que dimensionam o custo e a receita por passageiro transportado, necessário para comparar desempenhos, da empresa ao longo do tempo e também com outras operadoras de metrô.

O acompanhamento das despesas permite a análise individual de sua evolução, principalmente as de maior relevância, como por exemplo, o custo de pessoal e de energia de tração.

Expansão da Linha 1 (SL – NH)

O empreendimento prevê, no total, mais 9,3 quilômetros da Linha 1, atingindo ao final da atual implantação um total de 43 quilômetros de extensão, de Porto Alegre a Novo Hamburgo. Todo o trecho será estruturado em via elevada e, comportará cinco novas estações. O empreendimento, incluindo a Obra de Expansão e outras Ações Complementares a ela vinculadas, está orçado em R\$ 938,2 milhões. Em 2012, a obra de expansão Norte da Linha 1, atingiu o percentual de 95,58% de execução, sendo previsto o início da operação comercial das estações Industrial, FENAC e Novo Hamburgo, no segundo semestre de 2013. Os índices de execução foram recalculados a partir da formalização do 6º Termo Aditivo (de prazo e valor) ao contrato da Obra de Expansão São Leopoldo-Novo Hamburgo, onde sofreu acréscimo de novos serviços (Atualização Tecnológica do Centro de Controle Operacional).

Figura VI - Gráfico Evolução Expansão Linha 1



Fonte: SGE (Sistema de Gestão Estratégica)

DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Os projetos de expansão do sistema têm o objetivo de aumentar sensivelmente a capilaridade do modal metroviário troncal da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e irão influenciar diretamente a demanda da Empresa.

Projetos Importantes

Implantação do Sistema de Veículos sobre Trilhos Elevados – Aeromóvel

O projeto irá ligar o novo terminal de passageiros do Aeroporto Salgado Filho de Porto Alegre à Estação Aeroporto da TRENSURB. O objetivo da obra é unir operacionalmente uma estação do metrô a um núcleo pulsante de demanda, estendendo a zona de influência ou faixa de domínio do metrô. O projeto contempla a implantação de 1 km de via elevada, a construção de duas estações de embarque e desembarque, a aquisição de dois veículos (150 e 300 lugares) e operação 100% automatizada.

Aquisição de Frota

O investimento de 15 trens modernos de 04 carros para operação com frota mista com esta aquisição ampliará a capacidade de passageiros transportados. O objetivo deste investimento é de proporcionar à população da Região Metropolitana de Porto Alegre um sistema metro-ferroviário de superfície modernizado, visando à melhoria da mobilidade urbana, da qualidade de vida e da redução do tempo e do custo dos deslocamentos.

Modernização da Frota – Climatização

O objetivo do projeto é propiciar ambiente climatizado através de um sistema de ar condicionado aos usuários da TRENSURB, da frota antiga de 25 trens, série 100, atendendo a demanda de conforto térmico, com diminuição das reclamações, com melhoria da qualidade dos serviços ofertados e satisfação da população.

Modernização da Frota – Comunicação Visual e Sonorização

O objetivo geral do projeto é implantar a Modernização do Sistema de Comunicações para ser instalado na frota de 25 TUE's da série 100 da TRENSURB, com potencialidade para dar atendimento aos serviços para substituição do sistema de som que melhora a audição das mensagens, inclusão de equipamentos e dispositivos para orientar usuários com deficiência auditiva (apa dinâmico) ou visual (áudio), instalação de câmeras para monitoramento do interior dos carros e parte externa, mapa dinâmico visual das estações, dispositivos de emergência para comunicação, indicador de destino e outros.

O projeto busca o estabelecimento de uma estrutura de comunicação moderna e tecnologicamente atualizada, para suprir as necessidades sentidas nas áreas de operação, manutenção e principalmente ao atendimento de normas, buscando obter padrão de desempenho, conforto e acessibilidade equivalente às unidades novas de trens a serem adquiridos.

Expansão do Sistema de Novo Hamburgo à Sapiranga

Este investimento tem a finalidade de elaborar estudos e projetos executivos para implantação de 15 km de metrô, em via elevada, visando a expansão da operação do metrô desde Novo Hamburgo até Sapiranga. A necessidade de suprir os deslocamentos entre esses dois pólos, e deles com Porto Alegre, justifica esta expansão do sistema, além de constituir-se em importante alternativa à BR - 116 e RS - 239 no que tange aos seus atuais estados de saturação. Constituir-se-á

ainda em importante fator de otimização dos investimentos anteriores, pelo maior aproveitamento das instalações e equipamentos existentes e redução dos custos operacionais.

Passagem Subterrânea do Sistema de Trens Urbanos no município de Canoas

Este investimento visa à realização de plano funcional e projetos executivos para a implantação de uma passagem subterrânea da linha da TRENSURB na região central do município de Canoas, com uma extensão aproximada de 1,2 km, restabelecendo a integridade do centro histórico proporcionando permeabilidade a área central, diminuição do impacto visual e sonoro, valorização dos espaços públicos, melhoria da qualidade ambiental e satisfação da população.

COMPROMISSO INSTITUCIONAL

A consolidação do papel institucional da TRENSURB tem por objetivo fortalecer a imagem da empresa e ampliar o seu espaço institucional perante a sociedade através da indicação de políticas públicas para o setor de transporte no contexto metropolitano, implantação de programa de políticas socioambientais e do fortalecimento institucional das políticas assistenciais.

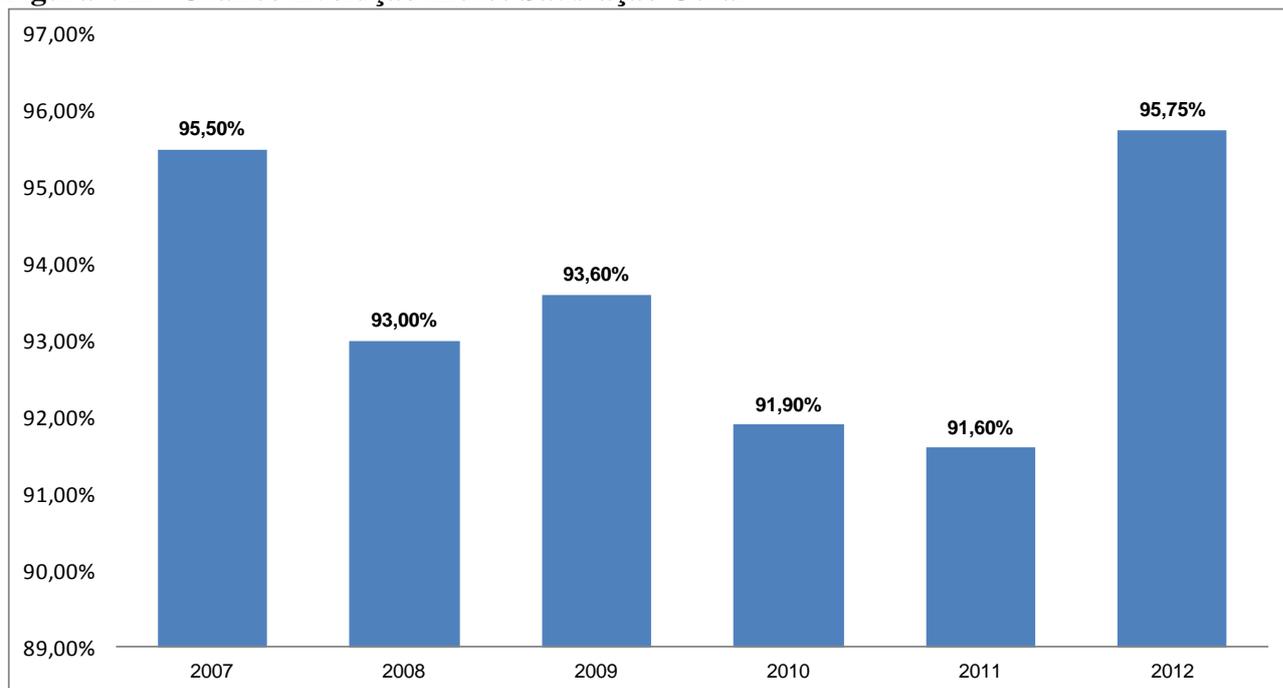
Nível de Satisfação Geral

A TRENSURB alcançou em 95,75% o índice de satisfação geral, sendo o maior número obtido em todos os anos pesquisados. A Pesquisa de Satisfação e Perfil dos Usuários é realizada anualmente através de empresa contratada. A metodologia consiste em uma pesquisa quantitativa estratificada, com aplicação de um questionário estruturado e padronizado, composto por questões fechadas, dicotômicas, escalares e de múltipla escolha.

As entrevistas ocorreram entre os dias 20 e 28 de novembro de 2012 nas plataformas de embarque/desembarque das 19 estações em funcionamento da TRENSURB: Mercado, Rodoviária, São Pedro, Farrapos/IPA, Aeroporto, Anchieta, Niterói/UniRitter, Fátima, Canoas/La Salle, Mathias Velho, São Luís/Ulbra, Petrobrás, Esteio, Luiz Pasteur, Sapucaia, Unisinos, São Leopoldo, Rio dos Sinos e Santo Afonso. A amostra definida durante a execução dos trabalhos para a pesquisa foi de 2.000 questionários distribuídos de forma proporcional, seguindo o critério do número total de usuários por estação.

Para a segunda fase da pesquisa foi utilizado o método de pesquisa qualitativa com grupo de referência estratificada (total de 06 usuários) de diferentes cidades, realizada no dia 19 de dezembro de 2012.

No gráfico observa-se a evolução deste indicador no período de 2007 a 2012.

Figura VII - Gráfico Evolução Índice Satisfação Geral

Fonte: SPQR Consultoria e Tecnologia

Obs.: O índice de Satisfação Geral é uma pergunta formulada diretamente.

Em relação ao perfil socioeconômico dos usuários do sistema TRENSURB, são considerados os itens de gênero, faixa etária, grau de escolaridade, situação ocupacional, renda individual e familiar. A composição de perfil dos usuários da TRENSURB, identificada na pesquisa de satisfação e perfil, realizada em 2012, é em sua maioria composto por pessoas entre 18 e 34 anos, ensino médio completo e possuem renda individual e familiar de até três salários mínimos, conforme figura abaixo.

Tabela III -Perfil dos usuários

Gênero	Porcentagem	Casos
Feminino	54,98	1220
Masculino	45,02	999
Total Geral	100	2219

Classificação Etária	Porcentagem	Casos
Até 17 anos	4,51	100
De 18 a 24 anos	24,30	539
De 25 a 34 anos	21,91	486
De 35 a 44 anos	16,23	360
De 45 a 54 anos	13,03	289
De 55 a 64 anos	7,66	170
Acima de 65 anos	4,51	100
Ns/Nr	7,84	175
Total Geral	100	2219

Escolaridade	Porcentagem	Casos
Analfabeto	0,41	9
Fundamental incompleto	6,67	148
Fundamental completo	12,71	282
Ensino médio incompleto	15,10	335
Ensino médio completo	31,83	706
Superior incompleto	14,43	320
Superior completo	8,30	184
Ns/Nr	10,55	235
Total Geral	100	2218

Renda	Renda individual declarada	Renda familiar declarada
Até 1 sm	12,62	2,61
De 1,1 a 2 sm	29,13	15,96
De 2,1 a 3 sm	15,73	21,15
De 3,1 a 4 sm	5,82	10,69
De 4,1 a 5 sm	1,98	4,51
Mais de 5 sm	1,17	3,25
Não informada	33,54	41,84
Total Geral	100	100

Fonte: SPQR Consultoria e Tecnologia

Ações Socioambientais

O sistema de transporte metroviário caracteriza-se como um meio estruturador do transporte público. Devido a sua alta capacidade e a sua via exclusiva, possibilita que os demais modos de transporte, que transitam nas vias rodoviárias, tenham uma maior velocidade e para tanto, menor consumo de combustível. Paralelamente contribui com a redução do número de acidentes, com a diminuição de mortes nos acidentes fatais, com os gastos de manutenção das vias públicas, com a redução da expansão das vias, com a economia de queima de combustíveis não renováveis (petróleo) e com a redução da poluição, entre outros benefícios.

Ao desenvolver seu serviço de transporte, a TRENSURB utiliza energia limpa e renovável contribuindo para a redução da poluição ambiental. Paralelamente a empresa contribui com a redução do número de acidentes, também contribui com a diminuição dos gastos de manutenção das

vias públicas, custos com saúde pública e diretamente junto ao usuário, nas economias de benefício tarifário e de gratuidade, para determinada camada da população.

Os indicadores econômicos de um sistema de transporte estão vinculados às externalidades que são geradas e que agridem ou possam influenciar o meio ambiente.

Evitou-se a emissão de 3.075 toneladas de dióxido de carbono, 523 toneladas de hidrocarbonos, 200 toneladas de óxido de nitrogênio, 5,99 toneladas de óxido de enxofre e 6,65 toneladas de particulados. Concretizou-se uma economia de aproximadamente 21.232 milhões de litros de óleo diesel e 24.475 milhões em tempo de viagem.

Contabilizou-se uma economia total de R\$ 132,379 milhões a partir da estimação dos custos unitários das externalidades. A tabela abaixo apresenta, para efeito comparativo, as economias auferidas pela comunidade provenientes das economias geradas pela introdução do modal metroviário.

Tabela IV -Quadro resumo - Indicadores econômicos

DEMANDA ANUAL (passageiros)	51.930.877
DEMANDA MÉDIA MENSAL (passageiros)	4.327.573
Km por mês que seria percorrida de ônibus se não existisse o sistema de trem	2.217.298
Necessidade frota de Ônibus sem o Trem (quantidade de ônibus)	251
Poluentes deixados de ser emitidos na atmosfera pela utilização do trem	
	em toneladas
Dióxido de carbono	3075
Hidrocarbonos	523
Nox	200
Sox	5,99
Partículas	6,65
Total	3810
Externalidades (Economia por redução de custo devido a não ocorrência de cada fator listado)	
	Em reais
Custo dos Acidentes com Ônibus	
Danos Materiais	1.957.892,20
Custo dos Acidentes com Automóveis	
Danos materiais	1.685.962,73
Vítimas não fatais	952.840,87
Vítimas Fatais	216.999,72
Economia tempo de viagem	24.473.652,51
Economia de litros de Diesel	21.232.849,21
TOTAIS DAS DESECONOMIAS EM MILHÕES DE REAIS	132,379
Em numero de ocorrências	
QUANTIDADE DE ACIDENTES COM DANOS MATERIAIS -ÔNIBUS	953
QUANTIDADE DE VÍTIMAS NÃO FATAIS	306
QUANTIDADE DE VÍTIMAS FATAIS	0,7
ECONOMIA em consumo de Diesel em litros	10.110.881

Fonte: GEPLA (Gerência de Planejamento Corporativo)

Além dos indicadores calculados a TRENSURB confecciona seu Balanço Socioambiental desde o ano 2000, demonstrando todas as ações socioambientais realizadas pela TRENSURB, entre elas cabe destacar:

- ✓ Empresa certificada pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul;
- ✓ Projeto de Coleta seletiva;
- ✓ Descarte ecológico de lâmpadas fluorescentes;
- ✓ Campanha do Agasalho;
- ✓ Biblioteca Livros sobre Trilhos;
- ✓ Adesão a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P);
- ✓ Projeto Estação Educar;
- ✓ Projeto Futuro Usuário;
- ✓ Ação no Dia Mundial sem carro;
- ✓ Projeto Espaço do Trabalhador;
- ✓ Projeto Quiosques Sociais;
- ✓ Seminário de Ética, Responsabilidade Social e Meio Ambiente conta com um conjunto de palestras realizado desde 2009.

3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Tabela V - Estruturas de Gestão

Estrutura de Gestão	OBJETIVO	PARTICIPANTES	DOCUMENTO DE HOMOLOGAÇÃO
AGE ASSEMBLEIA DE ACIONISTAS	Órgão de deliberação superior da TRENSURB e tem as atribuições definidas na Lei n.º 6.404, de 15/12/1976 e no Estatuto Social.	Representativo do corpo de acionistas da Sociedade	Organograma, Regimento Interno e Estatuto Social

<p>AUDIN AUDITORIA INTERNA</p>	<p>Examinar o cumprimento das legislações fiscais, previdenciárias, trabalhistas, societárias e todas aquelas que envolvam as sociedades de economia mista, bem como o cumprimento das Normas de Procedimentos Gerais instituídas pela Empresa;</p> <p>Verificar a execução do orçamento da entidade, visando comprovar a conformidade da execução com os limites e destinações estabelecidas na legislação pertinente;</p> <p>Verificar o desempenho da gestão da entidade, visando comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos e examinar os resultados quanto à economicidade, à eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos operacionais;</p> <p>Orientar subsidiariamente os dirigentes da entidade quanto aos princípios e às normas de controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas;</p> <p>Examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual da entidade e tomadas de contas especiais;</p> <p>Acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos/unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do TCU;</p> <p>Elaborar e Executar o Plano Anual de Atividades de Auditoria, aprovado pelo Conselho de Administração bem como o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna, a serem encaminhadas ao órgão ou à unidade de controle interno a que estiver jurisdicionado, para efeito de integração das ações de controle, nos prazos estabelecidos na Instrução Normativa CGU e sem a presença do Diretor Presidente conforme estabelecido pela Resolução 03 da CGPAR;</p> <p>Testar a consistência dos atos de aposentadoria, pensão, admissão de pessoal;</p> <p>Verificar se os atos e fatos dos dirigentes estão em conformidade com as políticas, planos e diretrizes estabelecidas na empresa;</p> <p>Comunicar os resultados dos trabalhos de auditoria ao Presidente do Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e a Secretaria de Controle Interno, e certificar-se que foram tomadas as providências a respeito de suas observações e recomendações;</p> <p>Assessorar o Conselho Fiscal e atender aos órgãos de controle externos, quando das suas atuações junto à TRENSURB;</p> <p>Assessorar ao Presidente do Conselho de Administração e o Diretor-Presidente da Empresa quando solicitado.</p>	<p>Estrutura de Gestão</p>	<p>de Organograma e Regimento Interno</p>
---	---	--------------------------------	---

AUDITORIA INDEPENDENTE	Prestação de serviço de auditoria independente, assistência e orientações na preparação de demonstrações contábeis.	Contratados	
CONRAD CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Órgão de gestão superior da Sociedade sob a forma de colegiado, convocado para tomada de decisões, relacionadas com as políticas e diretrizes da Empresa, aprovação do planejamento global a ser adotado para consecução dos seus objetivos, além do controle dos resultados globais.	Conselheiros (incluindo o Presidente da TRENSURB)	-
CONFIS CONSELHO FISCAL	Órgão de fiscalização dos atos dos administradores e da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da empresa, em funcionamento permanente.	Conselheiros (incluindo o Chefe da Auditoria Interna)	-
DIREX DIRETORIA EXECUTIVA	Analisar as estratégias e a performance organizacional da Empresa.	Presidente Diretores Superintendentes	-
COPEP COMISSÃO PERMANENTE DISCIPLINAR	Realizar procedimentos relativos aos processos disciplinares internos decorrentes da relação empregatícia.	Três membros efetivos e três suplentes	REP (Resolução da Presidência) nº 0396/2012
COPEL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES	Preparar a formalização da aquisição de bens, contratação de serviços e da alienação de bens residuais, segundo as normas internas da TRENSURB e a legislação federal pertinente.	Três membros efetivos e três suplentes	RED (Resolução da Diretoria) nº 0006/2002
CPAD COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS	Orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção com vistas a estabelecer prazos de guarda e destinação final do acervo de documentos da TRENSURB, considerando a Tabela de Temporalidade de Documentos - NPG-ORG-207, e a Resolução CONARQ nº 14, de 24 de outubro de 2001.	Um presidente e um analista de gestão dos seguintes processos: a) Assuntos Legais b) Econômica & Financeira c) Tecnologia de Informação d) Recursos Humanos	REP (Resolução da Presidência) nº 0274/2010
CIPA COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES	Finalidade de prevenir acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador.	Cinco membros efetivos e cinco suplentes (indicados e eleitos)	REP (Resolução da Presidência) nº 0334/2012

COMISSÃO PERMANENTE DE REPRESENTANTES PATRIMONIAIS	Controle de todos os bens patrimoniais listados em sua Unidade Organizacional, mantendo atualizada a localização dos mesmos no sistema SICOB. Fazer parte nos Inventários de Bens Patrimoniais da Empresa. Trabalhar em conjunto com a GEORF e SECOP, no fornecimento e troca de informações que se fizerem necessárias à solução de problemas relacionados a bens patrimoniais.	Representantes patrimoniais indicados por cada UO	REP (Resolução da Presidência) nº 0415/2012
COMISSÃO DE INVENTÁRIO DOS BENS PATRIMONIAIS MÓVEIS E IMÓVEIS DA TRENSURB	Realizar o Inventário dos Bens Patrimoniais Móveis e Imóveis da Empresa, conforme artigo. 96 da Lei 4.320/64.	Indicados pela DIRAF	REP (Resolução da Presidência) nº 0416/2012
COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS	Avaliar, analisar e classificar todos os bens e/ou materiais passíveis de alienação através de leilão ou doação.	Indicados pela DIRAF	REP (Resolução da Presidência) nº 0242/2010

Fonte: TRENSURB

3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

Quadro A.3.1 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da Unidade

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X

11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise Crítica:					
A análise crítica encontra-se na forma de texto, no item abaixo do Quadro.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Fonte: GEPLA (Gerência de Planejamento)

Fonte: AUDIN (Auditoria Interna)

ANÁLISE CRÍTICA

A análise crítica utilizou-se da estrutura de informação do Quadro A.3.1 o qual está estruturado em cinco elementos: ambiente de controle; avaliação de riscos; procedimentos de controle; informação; comunicação e monitoramento.

Quanto ao *ambiente de controle* ratifica-se que a administração percebe a importância dos controles internos para alcance dos objetivos. A atual gestão, considerando as diretrizes do Governo Federal para a administração pública e o papel das empresas estatais, como instrumentos da política pública, devendo trabalhar com metas focando nos resultados, vêm buscando melhorar seus mecanismos de controles.

Para a Empresa os indicadores de desempenho são a base para análise do desempenho operacional e estratégico, neste contexto, destaca-se a aprovação, conforme Resolução da Diretoria Executiva RED0007/2012, do sistema de gestão baseado em indicadores de desempenho, cujo objetivo é medir, avaliar e melhorar os resultados quanto à qualidade dos serviços prestados e o resultado econômico (Receitas e Despesas), visando ampliar a sustentabilidade econômico-operacional da empresa.

O modelo de gestão da TRENSURB está orientado para novas práticas gerenciais, com foco em resultados, qualidade de serviços e eficiência de processos. Nesse contexto, o Planejamento Estratégico associado à metodologia do Balance Scorecard (BSC) constitui um plano de trabalho para o alcance dos objetivos e metas a que a Empresa se propõe.

O processo de comunicação das estratégias, metas e planos de ação ocorre de diferentes formas. As principais decisões são tomadas em reuniões da Diretoria Executiva e comunicadas em instrumentos formais pelo Gabinete da Presidência, cabendo à estrutura de gestão formal repassar as informações pertinentes à força de trabalho.

Cabe as gerências e chefias a implementação das decisões tomadas, seu cumprimento é indicador de desempenho da Presidência, sendo controlado e acompanhado pelo seu gabinete. Os Fóruns de Gestores tem como objetivo apresentar resultados, ações, projetos e principalmente as principais decisões de gestão. Sua finalidade precípua é a apresentação da evolução das estratégias adotadas pela alta administração da Empresa, que configura-se por CONSAD (Conselho de Administração), COFINS (Conselho Fiscal) e DIREX (Diretoria Executiva)

Convergindo às diretrizes estratégicas assumidas, é importante salientar que a TRENSURB tem por referencia o Código de Conduta da Administração Federal o qual menciona que as autoridades públicas devem pautar-se pelos padrões da ética, sobretudo no que diz respeito à integridade, à moralidade, à clareza de posições e ao decoro, com vistas a motivar o respeito e a confiança do público em geral. Por tratar-se de uma Sociedade de Economia Mista dispõe de dois documentos pertinentes às apurações disciplinares: um Acordo Coletivo de Trabalho, que dentre os pontos acordados trata da questão disciplinar, e o Regulamento de Pessoal formalizado em norma de procedimento geral classificada como NPG-PES-701, cuja revisão ocorreu em 2012.

Cabe salientar que a Empresa não dispõe de Código de Ética, contudo este instrumento encontra-se em fase de finalização. O processo de construção é de coordenação da Gerência de Recursos Humanos em conjunto com o grupo de trabalho nomeado através de Resolução da Presidência (REP-0352/2012 de 09 de outubro de 2012) que normatizará os procedimentos à cerca das questões éticas nos relacionamentos internos e externos.

A organização do trabalho e a estrutura de cargos da TRENSURB estão definidas no SIRD – Sistema de Remuneração e Desenvolvimento, por este sistema, busca-se acompanhar os salários praticados no mercado.

Esse plano tem o objetivo de oferecer aos gestores uma estrutura de cargos e salários, políticas e procedimentos para o desenvolvimento e progressão salarial, bem como serve de base para a nomeação das delegações de autoridade que são realizadas formalmente por Resolução da Presidência.

Também relacionado à organização do trabalho, destacamos que por meio do Regimento Interno, fixou sob a forma de sistemas os chamados manuais de processos que estabelecem e disciplinam a execução de atividades, procedimentos e práticas de serviço para as seguintes atividades: Organização, Pessoal, Patrimônio, Contábil, Finanças, Operação, Manutenção, Suprimento, Assuntos Comerciais, Jurídico, Projetos, Tecnologia da Informação e Serviços Gerais.

Os manuais de processos são constituídos por um conjunto de Normas de Procedimentos Gerais (NPG) que dispõem sobre a normalização de atividades do processo. Portanto os padrões de trabalho estão descritos em NPG's (Normas de Procedimentos Gerais) sendo sua publicação por meio de Resolução da Diretoria Executiva (RED) e sua divulgação ocorre através do portal Notes no aplicativo Normas Internas.

Em 2012 com a publicação da RED 0028/2012 foi aprovado o PNP (Programa de Normatização de Processos) que consiste em normatizar os processos internos de trabalho buscando a padronização e a eficácia dos mesmos, priorizando a qualidade dos serviços e a segurança do trabalho. Trata-se de um conjunto de ações organizadas para padronizar e normatizar procedimentos e práticas de serviço nas unidades organizacionais envolvidas através do modelo padrão de NPG.

Assim, a Empresa assegura o cumprimento às instruções de trabalho e aos procedimentos e atende pela padronização adequada. Também assegura que os controles internos estejam adequados aos resultados pretendidos, buscando pela melhoria contínua.

Quanto a avaliação de risco cabe destacar a elaboração do Plano de Negócios/Metas para o período 2012-2015. O Plano de Negócios/Metas foi elaborado tendo como objetivo maior posicionar a TRENSURB entre as melhores empresas do setor metroferroviário do país, em 2015, considerando a eficiência da qualidade dos serviços e o desempenho econômico, tomando como premissa principal o foco da gestão em metas e resultados buscando permanentemente a eficiência do serviço e o aumento da Taxa de Cobertura Operacional – TCO.

Portanto, o Plano de Negócios/Metas é a materialização da proposta de metas para o quadriênio 2012 - 2015, elaborado a partir da orientação estratégica que comandarão as ações da administração da empresa. Bem como é o documento base na formalização dos objetivos, suas metas, planos de ação e para o processo de revisão do planejamento estratégico.

Afirmamos também, que o processo de diagnóstico dos riscos empresariais ocorre desde 2003, sendo etapa inicial do processo de revisão do planejamento estratégico. A análise de ambiente externo é realizada utilizando o método SWOT e considerando as dimensões política, socioeconômica e tecnológica. Conforme norma de procedimento geral classificada como NPG-PLA-101 que tem por finalidade estabelecer um conjunto de princípios orientadores para os processos de implantação e/ou revisão do Planejamento Estratégico, esse processo ocorre em um ciclo de quatro anos, e especificamente quanto à análise de ambiente externo envolve:

- Mercados abrangidos pela empresa, características atuais e tendências futuras, oportunidades e perspectivas;
- Concorrência ou competição, isto é, empresas que atuam no mercado, disputando os mesmos usuários, consumidores ou recursos;
- A conjuntura econômica, tendências políticas, sociais, culturais, legais etc., que afetam a sociedade e todas as demais empresas.

O método de análise de ambiente externo, assim como o ambiente interno, consiste na aplicação dos instrumentos de avaliação onde todos os aspectos de cada dimensão deverão ser respondidos considerando a probabilidade de ocorrência da tendência, como alta, média ou baixa; o impacto na Empresa, que poderá ser forte ou fraco e a identificação de ameaça e/ou oportunidade.

O resultado da última análise está classificado em matriz como segue:

Figura VIII - Análise de ambiente externo

	POSITIVO	NEGATIVO
INTERNOS	<p>Criação de um sistema de avaliação institucional de seu desempenho baseado em indicadores.</p> <p>O planejamento estratégico da organização é convergente com as diretrizes do governo.</p> <p>Aumento da Tarifa. (Dimensão Orientação para Resultados)</p> <p>Integração com as principais tecnologias de bilhetagem. (SIM, TRI e TEU).</p> <p>Expansão até NH e Implantação e desenvolvimento da tecnologia aeromóvel.</p>	<p>A lotação dos Trens pode comprometer a imagem da empresa perante os usuários.</p> <p>É preciso melhorias na qualidade das estruturas (estações, layout interno dos trens, etc.)</p> <p>A empresa não possui consciência de custos implantada em todos os setores.</p> <p>Aumento da tarifa. (Dimensão Socioambiental)</p> <p>A Gestão do Conhecimento não permite a transição das gerações profissionais.</p>
EXTERNOS	<p>Foco na eficiência: Redução de custos, melhora no controle dos gastos públicos, racionalização dos processos e melhoraria serviços prestados à sociedade.</p> <p>Alternativas inovadoras de gestão e relacionamento com o mercado.</p> <p>A Copa do Mundo como fator de melhorias em infraestrutura e transportes.</p>	<p>Aumento na expectativa de vida dos brasileiros.</p> <p>Manutenção do Modelo de Transporte que privilegia a mobilidade individual.</p> <p>Crescimento do transporte individual.</p> <p>Constituição de empresas operadoras de transportes pelas grandes empresas do setor de construção.</p>

Fonte: TRENSURB

Portanto, as estratégias são definidas considerando a análise dos ambientes externo e interno e as diretrizes do governo federal para a administração pública e para as empresas estatais. Em 2012, esse processo resultou em um Plano de Negócios/Metas orientado para o desempenho e provocou um realinhamento do processo de revisão do planejamento estratégico que conforme já citado, está em fase de homologação.

Quanto aos *procedimentos de controle* afirmamos que as atividades de controle da Empresa estão adequadas, como já citado anteriormente, a prevenção e detecção de riscos, sendo que neste caso utilizamos do instrumento da análise SWOT; do plano de longo prazo, que evidenciamos o Plano de Negócios/Metas e que o recurso orçamentário destinado está adequado à previsão orçamentária necessária e; que estes controles são abrangentes e estão relacionados aos objetivos que a Empresa se propôs, especificamente convergem aos objetivos estratégicos assumidos, os quais são:

- Eficiência Operacional: excelência no serviço aos usuários;
- Eficiência Econômica: redução progressiva da necessidade de subvenção federal;
- Investimento em projetos e inovação tecnológica do setor metroferroviário;
- Compromisso Institucional com o desenvolvimento do transporte público e responsabilidade socioambiental.

Quanto ao elemento de estrutura *informação e comunicação* podemos informar que as principais decisões são tomadas em reuniões da Diretoria Executiva, durante o recente processo de transição da gestão, as decisões foram centralizadas neste formato. As reuniões da Diretoria executiva ocorrem semanalmente, sempre observando uma pauta mínima, cabendo ao Conselho de Administração a validação e homologação das decisões estratégicas. As decisões são comunicadas pelo Gabinete da Presidência que utiliza de instrumentos formais de comunicação. Cabe as gerências e chefias a implementação das decisões tomadas, seu cumprimento é indicador de desempenho da Presidência, sendo controlado e acompanhado pelo seu gabinete.

Os Fóruns de Gestores tem como objetivo apresentar resultados, ações, projetos e principalmente as principais decisões de gestão. Sua finalidade precípua é a apresentação da evolução das estratégias adotadas pela alta administração da Empresa.

Todas as informações são analisadas pelas diretorias competentes e a gestão das ações é acompanhada, quando necessário, pela Diretoria Executiva. Alguns meios de comunicação disponibilizados pela Empresa tem a função de identificar as necessidades para a melhoria continua dos serviços prestados. Estes permitem acolher críticas, elogios e sugestões, conforme apresentado na tabela abaixo:

Tabela VI -Canais de Comunicação

CANAL DE COMUNICAÇÃO	DESCRIÇÃO	ENCAMINHAMENTOS
Central de Atendimento	Conta com empregados treinados para um atendimento personalizado, buscando esclarecer dúvidas, receber sugestões e reclamações, centralizar o atendimento do sistema Teleusuário, responder as mensagens eletrônicas dirigidas para a empresa e atender as ligações realizadas nas 19 estações, através dos telefones disponíveis aos usuários do metrô.	Todas as reclamações, sugestões ou elogios são encaminhados para as áreas responsáveis e o retorno é passado para o usuário em até 48 horas.
Análise de Mídia	A Gerência de Comunicação Integrada acompanha diariamente as notícias veiculadas em jornais, emissoras de rádio e televisão da Região Metropolitana de porto Alegre.	A Gerência de Comunicação Integrada é responsável pela assessoria de imprensa da empresa.
Fale Conosco	A TRENSURB considera as críticas, sugestões ou elogios fundamentais para a melhoria da qualidade do serviço que oferece e para que possa atender as expectativas de seus usuários. Por isso, disponibiliza através de seu site o sistema Fale Conosco.	Todas as reclamações, sugestões ou elogios são encaminhados para as áreas responsáveis e o retorno é passado para o usuário em até 48 horas.

Fonte: TRENSURB

Através da Gerência de Comunicação Integrada busca-se assegurar que toda a comunicação da empresa seja feita de acordo com o público a que se destina, tanto na linguagem como nos meios utilizados, acompanhando as ações junto à comunidade e mantendo a Diretoria informada sobre todas as atividades. Para tanto são utilizados ferramentas como:

Tabela VII - Ferramentas Canais de Comunicação

CANAL DE COMUNICAÇÃO	DESCRIÇÃO
Jornal-mural (Notícia na Linha)	Quinzenalmente circula nos murais das estações e interior dos trens, abordando temas de interesse do usuário, dicas e orientações operacionais, campanhas sociais e ações da empresa.
Produção de "Press Release"	Diariamente nos meios de comunicação, com circulação na Região Metropolitana e no Estado. Apresenta ações, realizações e questões de utilidade pública que dizem respeito aos usuários e à sociedade.
Guia do Usuário, Guia Ciclista, Guia Etiqueta Urbana	Distribuídos aos usuários apresentando os principais serviços, como horários, tarifas, linhas de integração e canais de comunicação, bem como orientações específicas e relativas a campanhas.
Página da Internet	Em tempo real informa a situação operacional, é atualizada diariamente com informações e ações das melhorias implantadas.
Informativo Interno (Notícias TRENSURB)	Informativo quinzenal impresso ao qual todos os empregados têm acesso. O mesmo já completa 600 edições consecutivas em fevereiro de 2013. Em março de 2012, ganhou uma versão online complementar, com a veiculação de notícias do cotidiano da empresa.

Fonte: TRENSURB

Os canais de relacionamento são definidos pela GECIN de acordo com a tecnologia disponível e das necessidades dos usuários. Os canais são divulgados através de comunicação visual nas estações e trens, guias do usuário, o sítio da empresa e do próprio jornal-mural Notícia na Linha.

Tabela VIII - Canais de Relacionamento

CANAL DE COMUNICAÇÃO	DESCRIÇÃO
Central de Atendimento (CA)	Instalada na Estação Aeroporto, mantém contato direto com os usuários classificando suas demandas em sugestões, reclamações, elogios e informações, recebidas pessoalmente, via telefone ou e-mail, são registradas em sistema próprio e enviadas a área responsável que, então, retorna com os devidos encaminhamentos para contato com o usuário.
Caixas de Sugestões	Disponível em todas as estações, possui formulário apropriado para encaminhamento de sugestões, reclamações, elogios e informações.
Tele-Usuário	Telefones instalados em todas as estações, com linha direta e gratuita com a Central de Atendimento, é necessário apenas levantar o fone para receber informações diretamente da Central do Usuário. No interior dos trens é divulgado número telefônico para realização de chamadas de emergência, este contato é feito diretamente com o Centro de Controle Operacional.
Internet	Com o objetivo de captar informações, há espaço específico para o envio de mensagens no sítio eletrônico. A TRENSURB também mantém contato constante com os usuários via twitter.
Notícia na Linha	São 250 painéis existentes em todas as estações e no interior dos trens. Prioriza informações operacionais e de serviços apresentado em formato de jornal-mural, com atualização quinzenal.
Guia do Usuário	São disponibilizado aos usuários em todas as estações, trazendo informações como horários, tarifas, linhas de integração e canais de comunicação.
Empregados	Nas estações, realizam o atendimento direto e personalizado, são devidamente treinados para atenderem aos diversos perfis de usuários, conduzem as pessoas portadoras de deficiência em seu embarque e desembarque, recebem informações, pedidos de esclarecimento e, em caso de reclamação, quando possível procedem à solução da mesma.
SIC - Sistema de Informação ao Cidadão	Na sede administrativa da Empresa, é uma estrutura física constituída para atender e orientar o público quanto ao acesso a informações; informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades; e, protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações.

Fonte: TRENSURB

Por fim cabe salientar que o estudo da satisfação e perfil dos usuários da TRENSURB ocorre todos os anos com o objetivo de avaliar a satisfação do usuário através de detalhada pesquisa de opinião. Tanto o índice de satisfação geral, quanto os percentuais em relação aos diversos itens são exaustivamente analisados por todos os gestores, que recebem cópia do estudo, a fim de providenciar as melhorias necessárias para satisfação das expectativas e consequente melhora dos índices.

Assim alinhamos toda a informação é identificada, documentada, armazenada e comunicada ao público respectivo. Que esta comunicação atende aos objetivos e diretrizes estratégicas e que se trata de processo fundamental para tomada de decisão da gestão.

Cabe destacar que quanto ao *monitoramento* ratifica-se que o sistema de controle utilizado pela TRENSURB em todos os níveis necessários é adequado e constantemente monitorado. É importante salientar a constituição do CQD (Comitê de Qualidade e Desempenho) que tem como atribuições:

Subsidiar a Diretoria Executiva – DIREX na definição dos IQD (Índice de Qualidade e Desempenho) das UO's, bem como prestar assessoria às UO's e acompanhar o processo de implantação do Sistema de Gestão Baseado em Indicadores de Desempenho, visando garantir a melhoria contínua e o atendimento das metas Empresariais;

- Desenvolver o Programa Pró - Qualidade e Desempenho, que possui caráter estratégico, em razão de seu fundamento básico de garantir a implantação do Sistema de Gestão Baseado em Indicadores de Desempenho;
- Coordenar, apoiar, articular e avaliar as ações do Programa Pró - Qualidade e Desempenho;
- Propor ações corretivas e realinhamentos quando necessário.

O índice de qualidade e desempenho é obtido analisando quatro atributos: implantação do sistema de indicadores, modo de gestão do sistema de indicadores, planos de melhorias e resultados conforme detalhado na sequência.

1 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INDICADORES

1.1 Os indicadores definidos para a UO foram implantados

1.2 Os indicadores implantados estão desdobrados adequadamente para acompanhamento, controle e análise efetiva.

1.3 A apresentação dos indicadores é realizada no padrão solicitado pela empresa.

2 MODO DE GESTÃO DO SISTEMA DE INDICADORES

2.1 Os indicadores e planos de ação são mantidos atualizados pela UO no sistema e padrão solicitado pela empresa

2.2 A chefia promove reuniões sistemáticas com os empregados a fim de compartilhar as informações

2.3 A chefia promove e incentiva trabalho em equipe

2.4 O sistema de gestão é implementado pela estrutura de gestão formal

2.5 Toda documentação necessária (atas de reuniões, planos de ações, análise e solução dos problemas, mudanças de melhoria) é gerada e arquivada adequadamente

3 PLANOS DE MELHORIAS

3.1 Os planos de ação são implementados por uma sistemática regular continuada.

3.2 A comparação entre metas e indicadores é repassada aos empregados.

4 RESULTADOS

4.1 Os resultados pretendidos pelos planos de ação propostos estão orientados às metas estabelecidas para cada indicador.

Por este método buscamos refinar o monitoramento dos controles internos sob uma ótica dos critérios de excelência dos Prêmios de Qualidade como PGQP, ANTP e GesPública, os quais a TRENSURB é adesa.

3.3 REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES

3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria

1) Base normativa da remuneração

Ofício 311/DEST MP, 24 Abril de 2012, inciso IV do art.6º do Decreto 7675, de 20 de Janeiro de 2012 , Ata da Assembléia 27 Abril 2012.

2) Prática de remuneração

Delega ao Conselho de Administração competência para efetuar a distribuição individual dos valores destinados ao pagamento da remuneração dos membros da Diretoria Executiva, observado o montante global e deduzida a parte destinada ao Conselho de Administração, condicionada esta delegação de competência à observância dos valores individuais constantes no quadro A. 3.3.

Fixa os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e dos titulares do Conselho Fiscal em um décimo da remuneração média mensal dos membros da diretoria, excluídos os valores relativos a : cedência , adicional e abono pecuniário de férias , auxílio alimentação e plano de saúde.

3) Composição da remuneração

A) A descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Honorários, cedência, gratificação natalina, adicional e abono pecuniário de férias, auxílio alimentação e plano de saúde.

B) A proporção de cada elemento na remuneração total:

Vide Quadros 3.2 e 3.3

C) A metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

Atualmente, o reajuste é feito através do IPCA acumulado de Abril a Março do ano seguinte. Depois de reajustados e aprovados pelo CONSAD, todos os valores são encaminhados para aprovação do DEST.

D) As razões que justificam a composição da remuneração:

As funções da diretoria executiva têm incumbências e responsabilidades relativas a todos os papéis necessários à administração propriamente dita, bem como conduzir os negócios vislumbrando o futuro, seja no âmbito externo e interno, em nível diretivo ou executivo, através das gerências que lhe são afetadas organizacionalmente.

4) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;

5) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;

6) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da unidade jurisdicionada;

7) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos;

8) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da companhia;

9) Caso exista plano de remuneração dos membros da diretoria estatutária e do conselho de administração baseado em ações, descrever:

a) termos e condições gerais;

b) objetivos do plano;

c) número máximo de ações abrangidas;

d) condições de aquisições de ações;

e) forma de liquidação;

f) efeitos sobre os direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações, quando o administrador sair do órgão.

10) Em relação à remuneração variável, comentar sobre:

a) os mecanismos de remuneração variável (% lucros, bônus, ações, opções de ações, etc.);

b) os indicadores/métricas de desempenho usados no programa de remuneração variável;

c) os níveis de premiação-alvo (pagos em caso de cumprimento de 100% das metas);

d) a descrição dos benefícios oferecidos.

Itens 4 A 10 – NÃO SE APLICAM.

3.3.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

Quadro A.3.2 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Valores em R\$ 1,00

Conselho de Administração															
Nome do Conselheiro(a)	Período		Remuneração												
	Início	Fim	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Macedo, A. C.	27/04/2012	-	0,00	0,00	0,00	1.943,76	1.943,76	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	3.494,49	1.996,85	19.363,11
Nascimento, C.	04/10/2012	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.996,85	2.496,06	1.996,85	6.489,76
Konzen, F.	01/01/2012	-	1.943,76	1.943,76	1.943,76	1.943,76	1.943,76	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	3.993,70	1.996,85	25.693,60
Kasper, H.	01/01/2012	-	1.943,76	1.943,76	1.943,76	1.943,76	1.943,76	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	3.993,70	1.996,85	25.693,60
Souto, J.C.	01/01/2012	06/03/2012	1.943,76	1.943,76	1.943,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.831,28
Foresti, L. F.	01/01/2012	14/09/2012	1.943,76	1.943,76	1.943,76	1.943,76	1.943,76	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	0,00	0,00	0,00	17.706,20
Lima, L. C. B.	01/01/2012	24/04/2012	1.943,76	1.943,76	1.943,76	1.943,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.775,04
Gomes, M. O.	27/04/2012	-	0,00	0,00	0,00	0,00	1.943,76	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	3.328,08	1.996,85	17.252,94
Muniz, R. O.	01/01/2012	06/02/2012	1.943,76	1.943,76	1.943,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.831,28
Cavalheiro, A. J. S.	03/08/2012	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.996,85	1.996,85	1.996,85	2.828,87	1.996,85	10.816,27
TOTAL CONSAD			11.662,56	11.662,56	11.662,56	9.718,80	9.718,80	9.984,25	9.984,25	11.981,10	11.981,10	11.981,10	20.134,90	11.981,10	142.453,08

Conselho Fiscal															
Nome do Conselheiro(a)	Período		Remuneração												
	Início	Fim	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Oliveira, A. B. (T)	01/01/2012	26/04/2012	1.943,76	1.943,76	1.943,76	1.943,76	1.943,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.718,80
Peixoto, C. R. (T)	01/01/2012	25/01/2012	1.943,76	1.943,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.887,52
Monteiro, F. A. (T)	27/04/2012	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	3.161,68	1.996,85	15.142,78
Filho, J. A. C. (T)	27/04/2012	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	3.161,68	1.996,85	15.142,78
Cavalcante, L. H. F.S (T)	01/01/2012	-	1.943,76	1.943,76	1.943,76	1.943,76	1.943,76	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	3.993,70	1.996,85	25.693,60
Bitencourt, O. L. L. (S)	01/01/2012	-	0,00	0,00	1.943,76	1.943,76	1.943,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	499,21	0,00	6.330,49
TOTAL COFINS			5.831,28	5.831,28	5.831,28	5.831,28	5.990,55	5.990,55	5.990,55	5.990,55	5.990,55	5.990,55	10.816,27	5.990,55	75.915,97

Fonte: Sigam-Web (Sistema de Gestão de Recursos Humanos)

*Considerados somente Conselheiros com ficha financeira no período.

3.3.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

Quadro A.3.3 - Síntese da Remuneração dos Administradores

IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO			
Órgão: Diretoria			
Remuneração dos Administradores	EXERCÍCIO		
	2012	2011	2010
Número de membros:	3**	3	3
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	779.711,46*	927.291,29	907.937,51
a) salário ou pró-labore	756.560,70	912.434,93	895.226,87
b) benefícios diretos e indiretos	23.150,76	14.856,36	12.710,64
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)		0	0
a) bonus			
b) participação nos resultados			
c) remuneração por participação em reuniões			
d) comissões			
e) outros			
III – Total da Remuneração (I + II)	779.711,46	927.291,29	907.937,51
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			

Fonte: Sigam-Web (Sistema de Gestão de Recursos Humanos) / SIAFI*

** Alteração do Diretor de Administração e Finanças em Julho 2012.

Quadro A.3.3.1 - Síntese da Remuneração dos Administradores

IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO			
Órgão: Conselho de Administração			
Remuneração dos Administradores	EXERCÍCIO		
	2012	2011	2010
Número de membros:	6*	6*	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	142.453,08	136.495,35	141.149,56
a) salário ou pró-labore	142.453,08	136.495,35	141.149,56
b) benefícios diretos e indiretos			
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	0	0	0
a) bônus			
b) participação nos resultados			
c) remuneração por participação em reuniões			
d) comissões			
e) outros			
III – Total da Remuneração (I + II)	142.453,08	136.495,35	141.149,56
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			

Fonte: Sigam-Web (Sistema de Gestão de Recursos Humanos) e Relatório Gestão anos anteriores.

* média mensal em efetivo exercício.

Quadro A.3.3.2 - Síntese da Remuneração dos Administradores

IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO			
Órgão: Conselho Fiscal			
Remuneração dos Administradores	EXERCÍCIO		
	2012	2011	2010
Número de membros:	5 T, 1S	3 T, 4 S	3 T, 2S
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)			
a) salário ou pró-labore	75.915,97	75.207,08	70.574,75
b) benefícios diretos e indiretos			
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	0	0	0
a) bonus			
b) participação nos resultados			
c) remuneração por participação em reuniões			
d) comissões			
e) outros			
III – Total da Remuneração (I + II)	75.915,97	75.207,08	70.574,75
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			

Fonte: Sigam-Web (Sistema de Gestão de Recursos Humanos) e Relatório Gestão anos anteriores.

3.3.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

Não aplicável à natureza jurídica da TRENSURB.

Quadro A.3.4 - Detalhamentos dos itens da Remuneração Variável dos Administradores -N.A.

3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO

A atividade do Sistema de Correição da TRENSURB está regulamentada pela Norma de Procedimentos Gerais -NPG - PES-701, na qual constam as responsabilidades de cada unidade organizacional, comissões e empregados.

3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

A TRENSURB está adotando medidas para estar em consonância com os preceitos contidos nos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria Geral da União – CGU, tendo em vista que a Norma que regulamenta a atividade de correição foi publicada em outubro de 2012.

Para tanto estamos providenciando o Acesso ao Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD). O prazo interno para adequação ao sistema é 23/05/2013.

4 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMA DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ

4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da Unidade

Os Programas inscritos na Lei do Plano Plurianual da União (PPA) para o período de 2012 a 2015, Lei nº 12.593/2012 não estão sob a responsabilidade da TRENSURB.

4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Abaixo descrevemos as ações que estão vinculadas aos Objetivos do Programa Temático de Mobilidade Urbana e Trânsito e programa Planejamento Urbano que a TRENSURB se enquadra, porém não estão sob sua responsabilidade.

As informações detalhadas de cada ação, estão descritas no item 4.1.4.

Objetivo: 0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

Identificação da Ação	
Código	10T9 - 15.453.2048.10T9.0043
Descrição	Implantação do Projeto de Eficiência Energética do Sistema de Trens Urbanos de POA

Identificação da Ação	
Código	5174 - 15.453.2048.5174.0043
Descrição	Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS

Identificação da Ação	
Código	14TT - 15.453.2048.14TT.0101
Descrição	Modernização e Recuperação do Sistema de Trens Urbanos – Nacional (Crédito Extraordinário)

Identificação da Ação	
Código	7L64-0056 - 15.453.2048.7L64.0056
Descrição	Expansão e Melhoria da Malha Metroferroviária do Sistema de Trens Urbanos de Poa - Implantação do Trecho SL/NH do Sistema de Trens Urbanos na Região Metropolitana de Porto Alegre

Identificação da Ação	
Código	7L64-0103 - 15.453.2048.7L64.0103
Descrição	Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de POA – Trecho SL-NH do Sistema de Trens Urbanos da RMPA - No Estado do Rio Grande do Sul (Crédito Extraordinário)

Identificação da Ação	
Código	7L64-0101 – 15.453.2048.7L64.0101
Descrição	Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de POA – Trecho SL-NH do Sistema de Trens Urbanos da RMPA - No Município de Porto Alegre - RS

Identificação da Ação	
Código	13US – 15.453.2048.13US.0101
Descrição	Implantação do Sistema de Veículos Sobre Trilhos Elevados - Aeromóvel

Identificação da Ação	
Código	10SS - 15.453.2048.10SS.0001
Descrição	Apoio a Projetos de Sistemas de Transporte Coletivo Urbano - Nacional

Objetivo: 0580 - Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal.

Identificação da Ação	
Código	1034 - 15.453.2048.1034.0101
Descrição	Adequação dos Sistemas de Trens Urbanos de POA à Acessibilidade Universal (Decreto n.º 5.296 de 2004)

Identificação da Ação	
Código	14TS – 15.453.2048.14TS.0101
Descrição	Adequação dos Sistemas de Trens a Acessibilidade Universal - Nacional (Crédito Extraordinário)

Objetivo: 0584 - Fomentar ações estruturantes para o fortalecimento institucional, promovendo a regulação do setor, a pesquisa, a implantação de sistemas de informação, a elaboração de projetos e planos de Transporte, de Mobilidade Urbana e Trânsito e a capacitação institucional dos agentes públicos e sociais para os sistemas de mobilidade urbana, de forma integrada e sustentável.

Identificação da Ação	
Código	10SR - 15.453.2048.10SR.0001
Descrição	Apoio à Elaboração de Projetos de Sistemas Integrados de Transporte Coletivo Urbano - Nacional (Subterrâneo Canoas)

Identificação da Ação	
Código	20YB – 15.453.2048.20YB.0101
Descrição	Fomento a Expansão e ao Fortalecimento de Sistemas de Trens Urbanos - Nacional (Crédito Extraordinário)

Objetivo: 0589 - Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social.

Identificação da Ação	
Código	1D73 – 15.451.2054.1D73.0001
Descrição	Apoio à política nacional de desenvolvimento urbano - nacional (subterrâneo Canoas)

4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.3 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	027X					
Descrição	Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS					
Objetivo	0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível					
Órgão ou Unidade Responsável	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
123.412.000	429.026.731	424.618.501	164.799.869	49.085.089	259.818.632	115.714.779
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	7L64-0056 - Expansão e Melhoria da Malha Metroferroviária do Sistema de Trens Urbanos de POA - Implantação do Trecho SL/NH do Sistema de Trens Urbanos na Região Metropolitana de Porto Alegre	Percentual de Execução Física	100%	95,58%	123.412.000	150.195.871
2	7L64-0101 - Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de POA - Trecho SL-NH do Sistema de Trens Urbanos da RMPA - No Município de Porto Alegre - RS (Crédito Extraordinário)	Percentual de Execução Física	-	70,28%	-	10.422.630
3	7L64-0103 - Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de POA - Trecho SL-NH do Sistema de Trens Urbanos da RMPA - No Estado do Rio Grande do Sul (Crédito Extraordinário)	Percentual de Execução Física	-	100%	-	260.000.000
4	13US - Implantação do Sistema de Veículos Sobre Trilhos Elevados - Aeromóvel (Crédito Extraordinário)	Percentual de Execução Física	-	100%	-	4.000.000

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira) e SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento)

As informações e análises de cada ação, estão descritas no item 4.1.4.

Abaixo descrevemos as ações que estão vinculadas as Iniciativas do Programa Temático de Mobilidade Urbana e Trânsito e programa Planejamento Urbano que a TRENSURB se enquadra, porém não estão sob sua responsabilidade.

Iniciativa: 029W - Apoiar a implantação e adequação de infraestrutura urbana para propiciar acessibilidade às pessoas com restrição de mobilidade e deficiência.

Identificação da Ação	
Código	1034 - 15.453.2048.1034.0101
Descrição	Adequação dos Sistemas de Trens Urbanos de POA à Acessibilidade Universal (Decreto n.º 5.296 de 2004)

Identificação da Ação	
Código	14TS – 15.453.2048.14TS.0101
Descrição	Adequação dos Sistemas de Trens a Acessibilidade Universal - Nacional (Crédito Extraordinário)

Iniciativa: 0283 - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos.

Identificação da Ação	
Código	10T9 - 15.453.2048.10T9.0043
Descrição	Implantação do Projeto de Eficiência Energética do Sistema de Trens Urbanos de POA

Identificação da Ação	
Código	5174 - 15.453.2048.5174.0043
Descrição	Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS

Identificação da Ação	
Código	14TT – 15.453.2048.14TT.0101
Descrição	Modernização e Recuperação do Sistema de Trens Urbanos – Nacional (Crédito Extraordinário)

Iniciativa: 027W - Apoiar implantação, modernização e complementação de sistemas de transporte público coletivo, incluindo a aquisição de veículos e equipamentos.

Identificação da Ação	
Código	10SS - 15.453.2048.10SS.0001
Descrição	Apoio a Projetos de Sistemas de Transporte Coletivo Urbano - Nacional

Iniciativa: 02AS - Apoiar a capacitação e o desenvolvimento institucional para gestão de sistemas de mobilidade urbana e de transporte sobre trilhos, o fomento à elaboração de Planos Diretores de Transporte e da Mobilidade Urbana, e a elaboração de projetos de infraestrutura da mobilidade urbana, trânsito e transporte sobre trilhos.

Identificação da Ação	
Código	10SR - 15.453.2048.10SR.0001
Descrição	Apoio à Elaboração de Projetos de Sistemas Integrados de Transporte Coletivo Urbano - Nacional (Subterrâneo Canoas)

Identificação da Ação	
Código	20YB – 15.453.2048.20YB.0101
Descrição	Fomento a Expansão e ao Fortalecimento de Sistemas de Trens Urbanos - Nacional (Crédito Extraordinário)

Iniciativa: 02B4 - Fortalecimento da gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social

Identificação da Ação	
Código	1D73 – 15.451.2054.1D73.0001
Descrição	Apoio à política nacional de desenvolvimento urbano - nacional (subterrâneo Canoas)

As informações detalhadas de cada ação, estão descritas no capítulo a seguir.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

PROGRAMA 2048 - MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Quadro A.4.4 - Ações vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	1034 - 15.453.2048.1034.0101					
Descrição	Adequação dos Sistemas de Trens Urbanos de Porto Alegre à Acessibilidade Universal (Decreto n.º 5.296 de 2004)					
Iniciativa	029W - Apoiar a implantação e adequação de infraestrutura urbana para propiciar acessibilidade às pessoas com restrição de mobilidade e deficiência					
Unidade Responsável	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
300.000	300.000	300.000	-	-	300.000	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Propiciar aos sistemas de trens urbanos, administrados e operados pelo Governo Federal, condições de acessibilidade universal para pessoas com restrição de mobilidade e portadoras de deficiências.	Percentual de Execução Física	4%	4%	300.000	300.000

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira) e SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento)

A Adequação dos Sistemas de Trens Urbanos de Porto Alegre à Acessibilidade Universal contempla os projetos e as obras necessárias para prover a todos os cidadãos plenas condições de acesso e utilização do sistema através da reforma e adequação das estações, acessos, terminais, sistemas e áreas administrativas.

A meta de tornar todo o Sistema TRENSURB acessível inclui a adequação do Pátio, estações e trens de acordo com as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000, assim como o Decreto nº 5.296/2004. Este decreto fixou o prazo para a adequação total até o ano de 2014 para as empresas de administração pública, independente da relação custo/benefício em termos econômico-financeiros.

A Lei Orçamentária definiu o valor de R\$ 300.000,00 para essa ação não havendo créditos adicionais para a mesma. O seu percentual de execução financeira foi de 100%, sendo que todo o montante foi empenhado como parte de um projeto de engenharia que teve um custo de R\$ 829.160,10, para substituição da cobertura, recuperação estrutural de pilares e pintura da Estação Esteio. Em razão do baixo valor disponibilizado para esta ação o cronograma físico não tem avanços significativos durante o ano.

A fonte originária para o financiamento desta Ação é a fonte 0250 (Recursos Próprios) e seu produto é Projeto executado.

Quadro A.4.4.1 - Ações vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		5174 - 15.453.2048.5174.0043				
Descrição		Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS				
Iniciativa		0283 - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos.				
Unidade Responsável		56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A				
Unidade Orçamentária		56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
150.000	150.000	150.000	-	-	150.000	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Proporcionar à população da Região Metropolitana de Porto Alegre um sistema metro ferroviário de superfície modernizado eficiente e confortável, visando à melhoria da mobilidade urbana, da qualidade de vida e da redução do tempo e do custo dos deslocamentos.	Percentual de Execução Física	1%	1%	150.000	150.000

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira) e SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento)

Com os poucos recursos aprovados para esta ação no exercício, a maneira encontrada para otimização deste montante, foi utilizá-lo como parte de um projeto de engenharia homologado em R\$ 829.160,10, para substituição da cobertura, recuperação estrutural de pilares e pintura da Estação Esteio. Além das Modernizações das Estações, as projeções para o ano de 2012 englobavam projetos de modernização da frota, das subestações, da via do sistema e do pátio de manutenção.

A Lei Orçamentária Anual fixou o valor de R\$ 150.000,00 para essa ação, não havendo pedidos de créditos adicionais, devido à condição estabelecida do oferecimento de créditos em compensação. O percentual de execução financeira dessa ação atingiu o patamar de 100%, sendo que o valor total da ação foi empenhado no projeto acima descrito.

A fonte 0250 (Recursos Próprios) foi utilizada para o financiamento dessa ação e o seu produto é Sistema Modernizado.

Quadro A.4.4.2 - Ações vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	10T9 - 15.453.2048.10T9.0043					
Descrição	Implantação do Projeto de Eficiência Energética do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre					
Iniciativa	0283 - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos.					
Unidade Responsável	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
150.000	150.000	150.000	-	-	150.000	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Reduzir os custos de operação e manutenção dos sistemas operacionais e prediais, promovendo a melhoria de desempenho por meio da utilização de energia elétrica de modo racional e eficiente.	Percentual de Execução Física	2%	2%	150.000	150.000

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira) e SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento)

Esta ação envolve toda a atualização tecnológica de sistemas operacionais e prediais com a implantação das melhorias no ajuste da contratação de Energia Elétrica, conversão de energia de frenagem dos trens para realimentação do sistema, sincronização de todo o sistema de tração dos trens, controle conjugado de demanda, e modernização predial.

No ano de 2012, os recursos disponibilizados para esta ação, foram utilizados como parte integrante de um projeto de engenharia avaliado em R\$ 1.293.041,22, destinados à contratação de serviços de modernização e atualização tecnológica do parque de grupos geradores diesel – GGD's.

A Lei Orçamentária estabeleceu o valor de R\$ 150.000,00 para essa ação, não havendo créditos adicionais para a mesma. O seu percentual de execução financeira foi de 100%, sendo que todo o montante foi empenhado no projeto acima descrito.

A fonte de financiamento para essa Ação é a 0250 (Recursos Próprios), sendo seu produto Projeto executado.

Quadro A.4.4.3 - Ações vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	7L64 - 15.453.2048.7L64.0056					
Descrição	Expansão e Melhoria da Malha Metro ferroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - Implantação do Trecho SL/NH do Sistema de Trens Urbanos na Região Metropolitana de Porto Alegre					
Iniciativa	027X - Expansão e melhoria da malha metroviária do sistema de trens urbanos de Porto Alegre - RS					
Unidade Responsável	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
123.412.000	150.195.871	150.195.871	116.048.669	333.889	34.147.202	115.714.779
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Concluir a implantação da Linha 1, estendendo a operação do metrô desde São Leopoldo até Novo Hamburgo (3ª etapa). A 1ª etapa, entre Porto Alegre e Sapucaia do Sul foi concluída em 1985 e a 2ª etapa, até São Leopoldo foi concluída em 2000. A geração de empregos e atração de indústrias, principalmente no setor calçadista, criou, na região metropolitana, um importante pólo econômico no eixo norte, compreendendo os municípios de São Leopoldo, Novo Hamburgo, e cidades vizinhas. Enquanto São Leopoldo e Canoas destacam-se como principais centros educacionais da região, Novo Hamburgo apresenta características industriais e forte setor de serviços. A necessidade de suprir os deslocamentos entre esses dois pólos, e deles com Porto Alegre, justifica esta ampliação da Linha 1, além de constituir-se em importante alternativa à BR-116, no que tange ao seu atual estado de saturação. Constituir-se-á ainda em importante fator de otimização dos investimentos anteriores, pelo maior aproveitamento das instalações e equipamentos existentes e redução dos custos operacionais.	Percentual de Execução Física	100%	95,58%	123.412.000	150.195.871

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira) e SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento)

A partir da sua inclusão no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), a obra tem se caracterizado por um ritmo acelerado, desde o começo de sua execução em fevereiro de 2009, conforme destacado nos balanços periódicos das obras inscritas no PAC. Toda em elevado, a obra tem uma extensão de 9,3 km com cinco novas e modernas estações.

Beneficiará diretamente 30 mil usuários do transporte público e está gerando 1,2 mil empregos diretos e indiretos. O custo total de implantação do empreendimento está orçado em R\$ 948.630.523,02, tendo sido executado, até dezembro de 2012, 95,58% do total da obra (percentual acumulado).

Objetivando dar um retorno mais imediato à comunidade usuária, a obra foi planejada em duas etapas de implantação, com o que em 03 de julho de 2012 teve início a operação comercial das duas primeiras estações – Rio dos Sinos, ainda em São Leopoldo e Santo Afonso, a primeira estação em Novo Hamburgo.

Registra-se igualmente que em dezembro/2012 foi concluído e entregue à circulação de veículos o Novo Sistema Viário, lindeiro ao Elevado Metroviário, em São Leopoldo, composto da Av. Mauá, em pista dupla, numa extensão aproximada de 3,5km.

Essa demanda foi aditada à obra em atendimento a pleito formal do Município e que, submetido ao exame do GEPAC, teve sua realização aprovada e os recursos disponibilizados ao final de 2011. Igualmente encontra-se concluída e operando a subestação de Energia de Tração – SE Liberdade, desde dezembro/2012.

A segunda etapa de implantação inclui a execução de mais três estações – Industrial (civil / 100%), FENAC (civil / 99,55%) e Novo Hamburgo (civil / 99,46%).

O Elevado Metroviário está 100% concluído; Vias Férreas 99,29% e os Sistemas Operacionais, ao longo da via, apresentam uma execução acumulada de 82,94% - Rede Aérea, Sinalização, Telecomunicações, Cabos e Equipamentos de Via.

Encontra-se em fase de conclusão as obras de Canalização do Arroio Luiz Rau, demanda encaminhada pela P. M. Novo Hamburgo, e igualmente analisada e aprovada pelo GEPAC, ao final de 2011.

O contrato tem seu encerramento previsto para agosto/2013, em razão de recente aditamento do escopo de Atualização Tecnológica do Centro de Controle Operacional, formalizado em dezembro/2012.

O planejamento está analisando a viabilização de uma operação parcial até a estação FENAC, antecipando-se à conclusão final – Estação Novo Hamburgo, ao término do contrato.

A Lei Orçamentária definiu o valor de R\$ 123.412.000,00 para essa ação com um acréscimo de R\$ 26.783.871, provenientes a abertura para a mesma. Essa ação teve êxito em sua plenitude, atingindo 100% da totalidade de sua meta financeira.

A fonte orçamentária para o financiamento dessa Ação é a 0100 (Recursos do Tesouro Nacional) e seu produto é Trecho implantado.

Quadro A.4.4.4 - Ações vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	10SS - 15.453.2048.10SS.0001					
Descrição	Apoio a Projetos de Sistemas de Transporte Coletivo Urbano - Nacional					
Iniciativa	027W – Apoiar a implantação, modernização e complementação de sistemas de transporte público coletivo, incluindo a aquisição de veículos e equipamentos					
Unidade Responsável	56101 - Ministério das Cidades					
Unidade Orçamentária	56101 - Ministério das Cidades					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	4.174.000	4.174.000	1.976.237	349.641	2.197.763	1.626.596
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Apoiar projetos de priorização da circulação do transporte coletivo urbano em cidades de médio e grande porte	Percentual de Execução Física	-	100%	-	4.174.000

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira) e SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento)

Ação descentralizada pelo Ministério das Cidades para a TRENSURB, que juntamente com a ação 13US, servem de auxílio financeiro na implantação, execução e construção do projeto piloto de ligação da Estação Aeroporto da TRENSURB ao Aeroporto Internacional Salgado Filho, através de um sistema de veículos sobre trilhos elevados – Aeromóvel. Destaque este concedido conforme solicitação SISPAAC nº 00105/2012, empenhado em sua totalidade para as empresas responsáveis, com término previsto para conclusão da obra no segundo semestre de 2013.

A fonte de financiamento para essa Ação provém do Tesouro Nacional e seu produto é Sistema apoiado.

Quadro A.4.4.5 - Ações vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	7L64 - 15.453.2048.7L64.0103					
Descrição	Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de POA – Trecho SL-NH do Sistema de Trens Urbanos da RMPA - No Estado do Rio Grande do Sul (Crédito Extraordinário)					
Iniciativa	027X - Expansão e melhoria da malha metroviária do sistema de trens urbanos de Porto Alegre - RS					
Unidade Responsável	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	260.000.000	260.000.000	48.751.200	48.751.200	211.248.800	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Concluir a implantação da Linha 1, estendendo a operação do metrô desde São Leopoldo até Novo Hamburgo (3ª etapa)	Percentual de Execução Física	-	100%	-	260.000.000

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira) e SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento)

Crédito concedido para a renovação da frota com a aquisição de 15 novos TUE's (trem unidades elétricas) de 4 carros cada um, com fornecimento do projeto e equipamentos sobressalentes, através de processo licitatório na modalidade de Regime Diferenciado de Contratação, sendo vencedor do certame o Consórcio FROTA POA, com o contrato sob nº 08.170.064/2012.

Os recursos para esta aquisição foram concedidos através de um crédito extraordinário oriundos da Lei 12.729 de 18/10/2012, (Medida Provisória 573/2012), e foram empenhados em sua integralidade para o vencedor acima destacado.

A fonte de recursos para o financiamento desta ação é proveniente do Tesouro Nacional (fonte 300) e seu produto é Trecho implantado.

Quadro A.4.4.6 - Ações vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	10SR - 15.453.2048.10SR.0001					
Descrição	Apoio à Elaboração de Projetos de Sistemas Integrados de Transporte Coletivo Urbano - Nacional (Subterrâneo Canoas)					
Iniciativa	02AS - Apoiar a capacitação e o desenvolvimento institucional para gestão de sistemas de mobilidade urbana e de transporte sobre trilhos, o fomento à elaboração de planos diretores de transporte e da mobilidade urbana, e a elaboração de projetos de infraestrutura da mobilidade urbana, trânsito e transporte sobre trilhos					
Unidade Responsável	56101 - Ministério das Cidades					
Unidade Orçamentária	56101 - Ministério das Cidades					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	1.000.000	1.000.000	-	-	1.000.000	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Apoiar a elaboração de projetos de sistemas integrados de transporte coletivo urbano que ofereçam maior acessibilidade e mobilidade à população das cidades brasileiras, por meio de modalidades de transporte seguras, rápidas, confiáveis e de capacidade adequada, que possibilitem a racionalização do sistema local de transporte, equacionando os problemas decorrentes da atual saturação dos acessos aos centros das maiores cidades brasileiras, bem como elaboração de Planos Diretores de Transporte e da Mobilidade Urbana, incluindo elaboração de planos setoriais de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.	Unidade	-	100%	-	1.000.000

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira) e SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento)

Descentralização de ação do Ministério das Cidades destinada a execução de estudos para a elaboração de plano funcional e consequentes projetos básicos e executivos da variante da Linha 1 da TRENSURB em Canoas-RS (Rebaixamento da Estação Canoas), através da modalidade de licitação concorrência, tendo como vencedor do certame a Empresa Bourscheid Eng^a e Meio Ambiente S/A.

Contratação esta composta também pela ação 1D73, descentralizada pelo Ministério das Cidades com o propósito de juntamente com a ação referida, compor os valores necessários para a execução deste projeto.

A fonte de financiamento para essa Ação é originária do Tesouro Nacional (0100) e seu produto é Projeto elaborado.

Quadro A.4.4.7 - Ações vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	13US – 15.453.2048.13US.0101					
Descrição	Implantação do Sistema de Veículos Sobre Trilhos Elevados - Aeromóvel					
Iniciativa	027X - Expansão e melhoria da malha metroviária do sistema de trens urbanos de Porto Alegre - RS					
Unidade Responsável	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	4.000.000	4.000.000	-	-	4.000.000	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Aumentar sensivelmente a capilaridade do sistema metroviário troncal da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e, em consequência, elevar a taxa de ocupação dos carros do metrô, aprimorando a eficiência do serviço ofertado.	Percentual de Execução Física	-	100%	-	4.000.000

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira) e SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento)

O projeto contempla a implantação de 1 km de via elevada, a construção de duas estações de embarque e desembarque, a aquisição de dois veículos (150 e 300 lugares) e operação 100% automatizada. A estrutura do projeto contempla o pacote tecnológico, via elevada, material rodante e estações. Devido às interferências identificadas do primeiro trecho na obra, a ação foi replanejada para terminar no segundo semestre de 2013.

Como esta ação teve duração de 12 meses e teve seu término em 2011, a Lei Orçamentária Anual de 2012, não fixou valores para o exercício, porém, com a publicação da Medida Provisória 598 de 27/12/2012, foi aberto um crédito extraordinário no valor de R\$ 4.000.000,00, para a conclusão das obras do referido projeto. O recurso foi utilizado em sua totalidade como complemento orçamentário e financeiro, juntamente com a ação 10SS citada acima.

A fonte de recursos para financiamento dessa Ação é oriunda do Tesouro Nacional (100) e seu produto é Sistema implantado.

Quadro A.4.4.8 - Ações vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	7L64 - 15.453.2048.7L64.0101					
Descrição	Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de POA – Trecho SL-NH do Sistema de Trens Urbanos da RMPA - No Município de Porto Alegre - RS					
Iniciativa	027X - Expansão e melhoria da malha metroviária do sistema de trens urbanos de Porto Alegre - RS					
Unidade Responsável	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	14.830.860	10.422.630	-	-	10.422.630	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Concluir a implantação da Linha 1, estendendo a operação do metrô desde São Leopoldo até Novo Hamburgo (3ª etapa).	Percentual de Execução Física	-	70,28%	-	10.422.630

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira) e SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento)

A lei orçamentária não definiu valor para essa ação nesse localizador (0101), no entanto, através de um crédito extraordinário, publicado na Medida Provisória 598/2012, foi concedido um aporte orçamentário de R\$ 14.830.860,00. O recurso foi utilizado como complemento financeiro e orçamentário, juntamente com a ação 7L64-0056 citada acima, para a conclusão da obra de expansão até Novo Hamburgo, no que tange a execução por regime de empreitada de serviços e fornecimento para a extensão norte da linha 1 – Trecho SL/ NH. Esses recursos foram integralmente utilizados no exercício.

Durante o transcurso da execução do contrato, houve a necessidade de um conjunto de serviços complementares ao escopo contratado, superveniente ao contexto do Acórdão 2450/2007, e decorrentes de adequações e/ou inserções compulsórias de serviços novos, em relação ao Projeto Básico que balizou a concorrência nº04/2001 e subsequente proposta de negociação firmada entre TRENSURB e o Consórcio Nova Via.

Conforme foi citado acima na ação 7L64-0056, a TRENSURB foi atendida no seu pedido de crédito suplementar de R\$ 26.783.870,45, concedido nesse exercício. Desse recurso, o valor de R\$ 4.334.075,77 foi solicitado para pagamento de uma despesa referente ao atendimento da Resolução Conama nº 371/06, que determina o repasse aos órgãos ambientais indicados pela CECA – Câmara Estadual de Compensação Ambiental do valor de 0,5% aplicado sobre o valor total atualizado do empreendimento. Trata-se, portanto, de uma despesa compulsória e extracontratual.

Como não foi possível a utilização desse recurso para essa finalidade por dificuldades na contratação, já que a CECA e as Prefeituras de São Leopoldo e Novo Hamburgo, não conseguiram, em tempo hábil, determinar a maneira e o prazo em que estes recursos seriam aplicados para a compensação ambiental do impacto que a obra traz a estes municípios, a TRENSURB foi obrigada a aguardar a determinação destes órgãos públicos, para fazer o repasse do valor.

Assim, o recurso de crédito adicional anteriormente mencionado de R\$ 4.334.075,77 foi empenhado no final do ano para o contrato nº 08.070.037/2007 do Consórcio Nova Via referente à obra de extensão da linha 1. Isso foi feito tendo em vista que o prazo para empenhar o crédito estava findando e não havia ainda a definição dos órgãos responsáveis sobre a forma de efetuar o empenho da despesa da Taxa Ambiental.

Optou-se, então, por solicitarmos a reabertura de parte desse crédito extraordinário no montante de R\$ 4.408.230 (valor atualizado) no próximo ano, tendo em vista que se trata de Medida Provisória publicada no último quadrimestre. Dessa forma, teremos tempo hábil para utilizar o recurso.

A fonte de financiamento para essa Ação é a 0100 (Recursos do Tesouro Nacional) e seu produto Trecho implantado.

Quadro A.4.4.9 - Ações vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	14TS – 15.453.2048.14TS.0101					
Descrição	Adequação dos Sistemas de Trens à Acessibilidade Universal - Nacional (Crédito Extraordinário)					
Iniciativa	029W - Apoiar a implantação e adequação de infraestrutura urbana para propiciar acessibilidade às pessoas com restrição de mobilidade e deficiência					
Unidade Responsável	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
	1.000.000	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Adequação dos sistemas de trens urbanos nas(os): 1) Estações: Adequação das rampas, instalação de elevadores, adequação de corrimões, peitoris, comunicação visual, sonora, comunicação em braile, diferenciação de piso (piso tátil direcional e de alerta), adequação de telefones públicos e bebedouros, revisão de normas operacionais, criação de sanitários acessíveis, altura de balcões de atendimento, treinamento dos empregados em linguagens por sinais (Libras), assentos preferenciais, área especial para embarque, eliminação de espaço e altura diferenciada entre trens e plataformas. 2) Entornos das Estações e Terminais: Calçadas (largura, condições de manutenção, rampas de acesso), eliminação/remanejamento de barreiras (telefones públicos, árvores, gelo baiano, barreiras tipo "capa cegos", lixeiras, extintores de incêndio, placas de comunicação), travessias com sinais sonoros. 3) Trens: Assentos especiais e locais para cadeiras de rodas, melhorias nas comunicações visuais e sonoras, nivelamento trem x plataforma, piso diferenciado, eliminação do espaço entre o trem e a plataforma. 4) Prédios Administrativos e Oficinas: Vagas de estacionamento preferenciais, calçadas de acesso, eliminação de barreiras, rampas de acesso, comunicação visual (braile e libras), piso diferenciado, sanitários acessíveis, mobiliário de recepção, assentos preferenciais, bebedouros. 5) Capacitação de Pessoal Operacional e Recepcionistas: Treinamento em Braile, Libras, atendimento a deficientes, revisão de normas incluindo acessibilidade ao cão guia.	Percentual de Execução	-	-	-	-

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira) e SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento)

Recursos originários da publicação de um crédito extraordinário através da Medida Provisória nº 598 de 27/12/2012, com os valores de R\$ 950.000,00 e R\$ 50.000,00 que totalizaram R\$ 1.000.000,00, distribuídos entre as fontes 100 (Tesouro Nacional) e 250 (Recursos Próprios), respectivamente. Crédito que compõe o Projeto de Lei Orçamentária 2013 - PLOA, publicado com caráter de antecipação da LOA 2013, cujos limites não foram disponibilizados em 2012, mas que foram reabertos no exercício de 2013 através de pedido no SIOP.

Quadro A.4.4.10 - Ações vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	14TT – 15.453.2048.14TT.0101					
Descrição	Modernização e Recuperação do Sistema de Trens Urbanos - Nacional (Crédito Extraordinário)					
Iniciativa	0283 - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos.					
Unidade Responsável	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	516.667	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Reduzir os custos de operação e manutenção dos sistemas operacionais e prediais, promovendo a melhoria de desempenho por meio da utilização de energia elétrica de modo racional e eficiente.	Percentual de Execução Física	-	-	-	-

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira) e SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento)

Recursos originários da publicação de um crédito extraordinário através da Medida Provisória nº 598 de 27/12/2012, com os valores de R\$ 416.66700,00 e R\$ 100.000,00 que totalizaram R\$ 516.667,00 distribuídos entre as fontes 100 (Tesouro Nacional) e 250 (Recursos Próprios), respectivamente.

Crédito que compõe o Projeto de Lei Orçamentária 2013 - PLOA, publicado com caráter de antecipação da LOA 2013, cujos limites não foram disponibilizados em 2012, mas que foram reabertos no exercício de 2013 através de pedido no SIOP.

Quadro A.4.4.11 - Ações vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		20YB – 15.453.2048.20YB.0101				
Descrição		Fomento a Expansão e ao Fortalecimento de Sistemas de Trens Urbanos – Nacional (Crédito Extraordinário)				
Iniciativa		02AS - Apoiar a capacitação e o desenvolvimento institucional para gestão de sistemas de mobilidade urbana e de transporte sobre trilhos, o fomento à elaboração de planos diretores de transporte e da mobilidade urbana, e a elaboração de projetos de infraestrutura da mobilidade urbana, trânsito e transporte sobre trilhos.				
Unidade Responsável		56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A				
Unidade Orçamentária		56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	666.667,00	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fomentar ações estruturantes para o fortalecimento institucional, promovendo a regulação do setor, a pesquisa, a implantação de sistemas de informação, a elaboração de projetos e planos de Transporte, de Mobilidade Urbana e Trânsito e a capacitação institucional dos agentes públicos e sociais para os sistemas de mobilidade urbana, de forma integrada e sustentável.	Percentual de Execução	-	-	-	-

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira) e SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento)

Recursos originários da publicação de um crédito extraordinário através da Medida Provisória nº 598 de 27/12/2012, com o valor de R\$ 666.667,00, com fonte de recursos oriunda do Tesouro Nacional (100).

Crédito que compõe o Projeto de Lei Orçamentária 2013 - PLOA, publicado com caráter de antecipação da LOA 2013, cujos limites não foram disponibilizados em 2012, mas que foram reabertos no exercício de 2013 através de solicitação no SIOP.

PROGRAMA 2054 - PLANEJAMENTO URBANO

Quadro A.4.4.12 - Ações vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	1D73 – 15.451.2054.1D73.0001					
Descrição	APOIO À POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - NACIONAL (SUBTERRÂNEO CANOAS)					
Iniciativa	02B4 - Fortalecimento da gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social					
Unidade Responsável	56101 - Ministério das Cidades					
Unidade Orçamentária	56101 - Ministério das Cidades					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	408.549	408.549	-	-	408.549	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Contribuir para o desenvolvimento urbano, mediante aporte de recursos destinados à implementação de projetos caracterizados por ações que visem priorizar a ampliação do atendimento à população aos serviços de saneamento, abastecimento de água, coleta de esgoto e lixo, transporte público, acessibilidade, regularização fundiária, acesso à moradia e urbanização, dentre outros caracterizados como desenvolvimento urbano.	Unidade	-	100%	-	408.549

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira) e SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento)

Descentralização de ação do Ministério das Cidades destinada a execução de estudos para a elaboração de plano funcional e consequentes projetos básicos e executivos da variante da Linha 1 da TRENSURB em Canoas-RS (Rebaixamento da Estação Canoas), através da modalidade de licitação concorrência, tendo como vencedor do certame a Empresa Bourscheid Eng^a e Meio Ambiente S/A.

Contratação está composta também pela ação 10SR, descentralizada pelo Ministério das Cidades com o propósito de juntamente com a ação referida, compor os valores necessários para a execução deste projeto, sendo que os recursos disponibilizados foram empenhados em sua integralidade.

A fonte de financiamento para essa Ação é proveniente do Tesouro Nacional (0100) e seu produto é Projeto apoiado.

4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Os Programas inscritos na Lei do Plano Plurianual da União (PPA) para o período de 2012 a 2015, Lei nº 12.593/2012 não estão sob a responsabilidade da TRENSURB.

4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

PROGRAMA 2116 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES

Quadro A.4.6.1 - Ações vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	20TP – 15.122.2116.20TP.0043					
Descrição	Pagamento de Pessoal Ativo da União					
Unidade Responsável	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
85.315.150	89.882.868	86.948.295	86.948.295	230.385	-	86.717.910
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União	-	-	-	85.315.150	86.948.295

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira) e SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento)

A Lei Orçamentária Anual fixou para o exercício de 2012, o valor de R\$ 85.315.150,00, destinados ao pagamento dos gastos com pessoal e encargos sociais, ocorre que este crédito não foi suficiente para o atendimento de todas as despesas e tornou-se imperioso a solicitação de abertura de crédito adicional para essa ação no valor de R\$ 4.567.718,00. Com este crédito, a Empresa pode honrar todos os seus compromissos com a folha de pagamento de seus empregados e também com os encargos por ela gerados.

A fonte de recursos para atendimento dessa ação é proveniente de créditos do Tesouro Nacional (100).

Quadro A.4.6.2 - Ações vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	0110 – 15.122.2116.0110.0043					
Descrição	Contribuição à Previdência Privada					
Unidade Responsável	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.799.300	2.799.300	1.684.957	1.684.957	-	-	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assegurar que as autarquias, as fundações, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União possam contribuir como patrocinadoras às entidades fechadas de previdência privada nos termos da Lei 8.020/90 e alterações	-	-	-	2.799.300	1.684.957

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira) e SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento)

Esta ação é composta por um plano de aposentadoria complementar de previdência privada aos empregados, criado com a finalidade proporcionar ao empregado aposentado uma renda adicional que complemente o valor recebido pela previdência oficial. O Plano é administrado pela BB Previdência, onde a Empresa contribui com 50% no valor da mensalidade de cada empregado. Esta ação não possui uma adesão compulsória e depende do interesse do empregado.

A Lei Orçamentária definiu o valor de R\$ 2.799.300,00 para essa ação e não houve a necessidade de créditos adicionais para a mesma. A fonte de financiamento para essa Ação é a fonte 100 (Recursos do Tesouro Nacional).

Quadro A.4.6.3 - Ações vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2000 – 15.122.2116.2000.0043					
Descrição	Administração da Unidade					
Unidade Responsável	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
12.622.779	12.622.779	12.491.714	11.127.722	426.292	1.363.992	10.701.430
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação nem a ações nem a programas finalísticos.	-	-	-	12.622.779	12.491.714

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira) e SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento)

A atividade padronizada “Administração da Unidade”, é constituída no sentido de enquadrar as despesas de natureza administrativa que não podem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas à determinada ação finalística, não devem ser apropriadas nesta ação.

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros; manutenção e conservação de bens móveis e imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

A Lei Orçamentária Anual estipulou o valor de R\$ 12.622.779,00 para essa ação, não havendo a abertura de créditos adicionais, haja vista a necessidade de se oferecer créditos em contrapartida.

Para as despesas de capital a ação obteve uma dotação orçamentária de R\$ 475.254,00, que foi executada em sua totalidade.

Cabe ressaltar que essa ação foi contingenciada em R\$ 3.000.000,00, para atender ao Decreto nº 7.680/12 e a Portaria MP nº 49, que impôs cortes ao Orçamento de 2012, estabelecendo limites para movimentação de empenho no exercício, afetando de forma significativa a execução das despesas após sua liberação em julho de 2012. Os recursos de custeio e investimento foram executados com recursos da fonte 250 (recursos próprios).

Quadro A.4.6.4 - Ações vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2843 – 15.453.2116.2843.0043				
Descrição		Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros				
Unidade Responsável		56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A				
Unidade Orçamentária		56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
69.843.278	69.843.278	67.807.217	59.144.351	2.804.400	8.662.866	56.339.951
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Garantir o funcionamento com qualidade dos sistemas de trens urbanos de Recife, Belo Horizonte, Salvador, João Pessoa, Maceió, Natal e Porto Alegre, otimizar o atual padrão de serviço e atender as condições de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência, obedecendo aos padrões técnicos estabelecidos de segurança e confiabilidade.	Unidade	186.975	172.635	69.843.278	69.843.278

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira) e SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento)

Com 27 anos de funcionamento a TRENSURB prioriza a manutenção dos trens e dos serviços nas estações, obtendo-se altos índices de aprovação, conforme comprovado na pesquisa de satisfação.

A medição do desempenho da manutenção é obtida através do Índice de Quilometragem Média Percorrida por Ocorrência de Avarias da Frota – MKBF, onde o resultado é expresso em quilômetros por avaria, o que significa que se busca aumentar sempre esse índice. A quilometragem média entre avarias demonstra a qualidade do serviço de manutenção dos trens, o que impacta diretamente no serviço ofertado à população e permite analisar e agir proativamente sobre avarias que se repetem e que passam a necessitar ações preventivas, alterando a programação das manutenções existentes.

A revisão geral dos trens: A cada 600 mil quilômetros de circulação o que equivale a, aproximadamente, 05 (cinco) anos de uso dos trens, a TRENSURB realiza um trabalho de manutenção preventiva incluindo adequações e algumas modernizações necessárias.

Os dados de passageiros transportados são obtidos através da medição nos bloqueios de entrada nas estações. Os dados obtidos são utilizados para diversas análises gerenciais que permitem, por exemplo, redimensionar a oferta de trens, ajustar intervalos entre trens, aumentar o conforto e a segurança dos passageiros. Foram transportados 51.930.877 passageiros (bloqueios de entrada) em 2012, sendo 1,87% superior a quantidade de Passageiros Transportados em 2011.

A execução orçamentária da ação, levando-se em conta o que foi Executado, sobre o valor final das dotações autorizadas (LOA + Créditos), foi praticamente integral, com 97,08% realizado no ano.

Cabe ressaltar que o Decreto nº 7.680/12 e a Portaria MP nº 49, contingenciaram esta ação em R\$ 17.667.509,00; R\$ 16.667.509,00 saindo dos recursos de custeio e R\$ 1.000.000,00 dos

recursos de investimento, estabelecendo ainda limites mensais para movimentação de empenho no exercício. Estes bloqueios anuais prejudicaram a execução orçamentária da Unidade, fazendo com que se deixasse de realizar projetos importantes pela falta de recursos orçamentários.

Com o estorno parcial desse contingenciamento no mês de julho no montante de R\$ 12.000.000,00, sendo R\$ 11.000.000,00 de custeio e R\$ 1.000.000,00 de investimento, pode-se resgatar algumas demandas que estavam represadas. Dentre elas, podemos ressaltar a parte de um projeto de engenharia que teve um custo de R\$ 829.160,10, para substituição da cobertura, recuperação estrutural de pilares e pintura da Estação Esteio, que foi empenhada em R\$ 379.160,10 nessa ação e em outras duas ações (5174 – Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre e 1034 - Adequação dos Sistemas de Trens Urbanos de POA à Acessibilidade Universal). No mês dezembro ocorreu mais uma liberação de crédito, mas com o tempo exíguo, deixou-se de atender outras necessidades, explicando assim o motivo pelo qual essa ação não executou em 100% sua meta financeira.

Quadro A.4.6.5 - Ações vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		4641 – 15.131.2116.4641.0043				
Descrição		Publicidade de Utilidade Pública				
Unidade Responsável		56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A				
Unidade Orçamentária		56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
100.000	100.000	100.000	55.440	3.749	44.560	51.691
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.	-	-	-	100.000	100.000

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira) e SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento)

A Gerência de Comunicação Social acompanha diariamente as notícias veiculadas em jornais, emissoras de rádio e televisão da Região Metropolitana de Porto Alegre, considerando seu impacto sobre a imagem da empresa e o volume financeiro que a mídia espontânea representa para a TRENSURB. Buscando divulgar as ações e realizações da empresa para a comunidade e a sociedade, foram produzidos textos, imagens e sugestões de pauta para os veículos de comunicação e mídia em geral, com o objetivo de atender os propósitos da Missão, Visão e Valores, que compõe a Gestão Estratégica da TRENSURB gerando mídia espontânea nos diversos veículos de comunicação da região, do Estado e do País.

Em função do volume reduzido de recursos orçamentários para publicidade no ano de 2012, o investimento na marca da empresa foi muito baixo, contanto apenas com o esforço de mídia espontânea.

A Lei Orçamentária Anual fixou o valor de R\$ 100.000,00 para essa ação não havendo solicitação de créditos adicionais, levando-se em conta que com os recursos orçamentários reduzidos, e tendo que oferecer créditos em contrapartida, optou-se por utilizar os recursos disponíveis em outras ações.

Os recursos disponíveis foram totalmente empenhados para a empresa E-21 Agência de Multicomunicação sob os termos do contrato nº 01.120.036/2008, que é responsável por toda a publicidade institucional e de utilidade pública da empresa.

A fonte de financiamento para essa Ação é a 0250 (Recursos Próprios). Esta Ação não tem produto, pois não existe previsão física.

Quadro A.4.6.6 - Ações vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2010 – 15.365.2116.2010.0043				
Descrição		Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados				
Unidade Responsável		56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A				
Unidade Orçamentária		56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
384.000	424.000	405.933	405.933	-	-	405.933
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.	Unidade	168	163	384.000	405.933

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira) e SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento)

Esta ação, controlada administrativamente pela empresa, beneficia os empregados que possuem filhos menores de 07 anos de idade, assim como dependentes com necessidades especiais em qualquer idade.

A Lei Orçamentária definiu o valor de R\$ 384.000,00 para essa ação sendo que no decorrer do exercício houve a necessidade da solicitação de um crédito adicional no valor de R\$ 40.000,00, para que se pudesse cumprir com as obrigações patronais.

A meta financeira foi superada em 5,71% em razão da incorporação do crédito adicional mencionado anteriormente.

A execução orçamentária da ação, levando-se em conta o que foi Executado sobre o valor final das dotações autorizadas, alcançou 95,73% no ano, existindo um saldo residual não empenhado de R\$ 18.067,00. Não houve inscrição de créditos em restos a pagar, pois todos os compromissos foram pagos no decorrer do exercício.

A fonte de financiamento para essa Ação é a 0100 (Recursos do Tesouro Nacional) e o produto é Criança atendida.

Quadro A.4.6.7 - Ações vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2011 – 15.331.2116.2011.0043				
Descrição		Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados				
Unidade Responsável		56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A				
Unidade Orçamentária		56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
480.000	540.000	429.340	429.340	149	-	429.190
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.	Unidade	570	282	480.000	429.340

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira) e SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento)

Esta ação controla administrativamente a compra de vales transporte para os empregados e estagiários. Em 2012 houve a previsão de fornecimento mensal de auxílio-transporte para 570 empregados, sendo que em média 282 usufruíram deste benefício, representando 49,47% de realização sobre a previsão. Na previsão de 2012 estão incluídas as admissões previstas para o ano, porém nem todos os novos contratados utilizam do benefício oferecido, não existindo possibilidade de gestão por parte da empresa.

A Lei Orçamentária fixou o crédito de R\$ 480.000,00 para essa ação, que no decorrer do exercício não se mostrou suficiente para atender todos os compromissos gerando assim a necessidade da solicitação de crédito adicional no valor de R\$ 60.000,0, totalizando R\$ 540.000,00. A meta financeira alcançou 89,44% de sua totalidade.

A fonte de financiamento para essa Ação é a 0100 (Recursos do Tesouro Nacional) e o produto é Servidor beneficiado.

Quadro A.4.6.8 - Ações vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		20CW – 15.301.2116.20CW.0043				
Descrição		Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos				
Unidade Responsável		56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A				
Unidade Orçamentária		56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
141.605	141.605	141.605	141.605	-	-	141.605
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Proporcionar aos servidores e empregados condições pra manutenção da saúde física e mental	Unidade	787	684	141.605	141.605

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira) e SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento)

A Lei Orçamentária Anual fixou o valor de R\$ 141.605,00 para essa ação, não havendo a necessidade de créditos adicionais para a mesma. A execução orçamentária e financeira da ação, levando-se em conta o que foi empenhado sobre o valor final das dotações autorizadas (LOA + Créditos), alcançou 100,00% no ano, não existindo nenhum um saldo residual a empenhar. Não houve também inscrição de empenhos em restos a Pagar, pois os recursos foram liquidados e pagos no decorrer do exercício.

No ano de 2012, 684 empregados realizaram Exames Periódicos, o que representou o cumprimento de 86,91% da previsão inicial. Em relação ao ano anterior este número teve aumentos significativos, reflexo das ações realizadas como a convocação através de Correspondência Interna mediante assinatura do empregado convocado.

A fonte de financiamento para essa Ação é a 0100 (Recursos do Tesouro Nacional) e o produto dessa Ação é Servidor beneficiado.

Quadro A.4.6.9 - Ações vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2012 – 15.306.2116.2012.0043				
Descrição		Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados				
Unidade Responsável		56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A				
Unidade Orçamentária		56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.360.000	6.430.000	6.430.000	6.377.198	466.413	52.802	5.910.785
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.	Unidade	1.062	1.003	6.360.000	6.430.000

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira) e SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento)

Esta Ação é controlada administrativamente pela empresa, na qual disponibiliza o auxílio alimentação aos seus empregados.

Em 2012 houve a previsão de fornecimento de alimentação para 1.062 beneficiários, sendo que em média 1.003 usufruíram deste benefício, o que representa 94,44% de realização sobre a previsão. A projeção foi realizada com base na tendência do ano anterior, não existindo a possibilidade de gestão por parte da empresa.

A Lei Orçamentária definiu o valor de R\$ 6.360.000,00 para essa ação, havendo no decorrer do exercício a necessidade de um crédito adicional no valor de R\$ 70.000,00.

A meta financeira foi superada em 1,10% em razão da incorporação do crédito adicional mencionado anteriormente.

A execução orçamentária da ação, levando-se em conta o que foi Executado sobre o valor final das dotações autorizadas, alcançou 100,00% no ano, não existindo nenhum um saldo residual não empenhado.

A fonte de financiamento para essa Ação é a 0100 (Recursos do Tesouro Nacional). O produto desta ação é Servidor beneficiado.

Quadro A.4.6.10 - Ações vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2004 – 15.301.2116.2004.0043					
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes.					
Unidade Responsável	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.972.000	3.315.864	3.315.864	3.210.819	103.096	105.045	3.107.723
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Proporcionar aos servidores, empregados, dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.	Unidade	3.102	2.480	3.972.000	3.315.864

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira) e SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento)

A Assistência Médica aos empregados é realizada através de contrato com a UNIMED, na modalidade empresarial de pré-pagamento a preços acessíveis, onde a Empresa arca com 50% da mensalidade. São oferecidos aos empregados e dependentes, serviços e consultas em todas as especialidades médicas, exames laboratoriais, radiológicos e hospitalização em leitos “coletivos”, desde sua implantação, em novembro de 2008. A grande vantagem deste plano, além da qualidade dos serviços é a perspectiva de levá-lo, para a aposentadoria pagando 100% da mensalidade.

A assistência odontológica é realizada pelo Serviço Social da Indústria - SESI em sua sede ou em uma Unidade Móvel instalada na empresa. O convênio com o SESI existe desde a fundação da empresa, há 25 anos, e, em outubro de 2010, houve a mudança no sistema de atendimento, passando a ser efetuado através de cartão magnético, o que trouxe mais comodidade ao empregado.

Faz parte dessa ação os serviços de atendimento psicológico a todos os empregados, os quais são prestados pela empresa Equilíbrio - Centro de Psicoterapia. Também inclui-se nessa ação o contrato com a Empresa Urgetrauma, que oferece toda a assistência aos empregados “frequentadores” do Centro de Bem Estar e Saúde da Empresa (academia).

No ano de 2012, 2.480 empregados e dependentes, em média, utilizaram mensalmente o benefício, o que representou o cumprimento de 79,95% da previsão inicial. Cabe salientar que a adesão ao plano não é obrigatória, não existindo possibilidade de gestão por parte da empresa.

Com respeito a meta financeira, foram executados 83,48% do orçamento previsto. Este resultado está atrelado aos remanejamentos efetuados para atender a falta de dotação orçamentária as ações 2011 – Auxílio Transporte e 2010 – Assistência Pré Escolar e o cancelamento de crédito no valor de R\$ 556.136, que totalizaram R\$ 656.136,00 de recursos retirados dessa ação.

A fonte de financiamento para essa Ação é a 0100 (Recursos do Tesouro Nacional) e o produto é Pessoa beneficiada.

Quadro A.4.6.11 - Ações vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		6438 – 15.128.2116.6438.0043				
Descrição		Capacitação de Recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos				
Unidade Responsável		56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A				
Unidade Orçamentária		56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
100.000	100.000	99.617	99.617	-	-	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Capacitar e treinar empregados com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, da produtividade em suas atribuições, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.	Unidade	133	713	100.000	100.000

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira) e SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento)

No ano de 2012 foram elaborados 164 projetos de treinamento, sendo que 137 foram executados, 10 ainda estão em execução ou a executar em 2013 e os demais 17 foram cancelados por impossibilidade de contratação. Os motivos de cancelamento se deram por solicitação do participante e/ou por solicitação do fornecedor (falta de quórum) e/ou pelo não atendimento aos requisitos de habilitação para contratação.

Além dos projetos elaborados no ano de 2012, houve a continuidade de 02 projetos de treinamentos internos, abertos em 2011, “Retorno à UO – SEOPE” e “Atualização CCO”.

Destaques 2012

Treinamentos Obrigatórios:

Brigada de Incêndio

Contratação de Cursos de Capacitação Técnica para empregados da TRENSURB – SENAI:

Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade - NR 10 Básico

Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade - NR 10 Reciclagem

Curso Complementar - Segurança no Sistema Elétrico de Potência (SEP) e em suas proximidades - NR 10 Avançado

NR 33 – Supervisor de Entrada

NR 35 – Trabalho em Altura

Treinamentos de Especialização – In Company:

Sistema de Registro de Preços

Sistema SISPRO - Patrimônio

Licitações: questões polêmicas

Treinamentos voltados para Operacionalização da Expansão do Metrô:

Posto de Controle Local - Ênfase em Operação

Operação e Manutenção do Sistema de Manutenção Ininterrupta "no-break" de Sinalização

Operação e Manutenção de Retificadores 24Vcc

Operação e Manutenção das Máquinas de Chave - Sistema de Sinalização

Sistemas de Manutenção - Manutenção PCL

Painel de Média Tensão Sistema 6,6Kv

RELÉ REC 670

Programa de Absorção do Conhecimento - Tecnologia do Sistema Aeromóvel

Treinamentos de Atualização:

- Operação:

Atualização de Operação de POS e Controle de Estoques do Cartão Unitário – Supervisores

Atualização de Operação de POS e Controle de Estoques do Cartão Unitário e ASO

Atualização CCO

- Manutenção:

Normas de Procedimento Geral – SENERG, NPG-MAN-101, NPG-MAN 103, NPG-MAN-107, NPG-MAN-113, NPG-MAN-114, NPG-MAN-115.

Análise Preliminar de Risco - NPG PES 605

Sistema de Bilhetagem Eletrônica – Manutenção

Treinamentos de Qualificação:

Manutenção na parte mecânica e eletrônica dos bloqueios FOCA

Manutenção do Subsistema de Escadas Rolantes

Manutenção de Elevadores

Congressos e Seminários:

I Congresso Metroferroviário Brasileiro

5º Congresso Internacional de Inovação - Economia Criativa: Idéias e IDEAIS gerando riquezas

IX Seminário Nacional Metroferroviário

13º Congresso Internacional da Gestão

Outros:

NPG-PES-701: Inovação, Agilidade e Padronização na Regulamentação de Pessoal

Integração e Capacitação de Novos Empregados – Aproximadamente 76 participantes

Programa de Atualização Permanente (PAPE) – Aproximadamente 101 participantes

Total de Empregados Treinados

Em 2012 foram treinados 713 empregados. Destes, 316 são da Operação, 177 da Manutenção e 220 do Administrativo. Considerando que houve a participação de um mesmo empregado em mais de um treinamento obteve-se o quantitativo de 1.527 participações, o que gerou 25.406 horas de treinamento. Retifica-se o número previsto “133”, publicado na Lei 12.595/2012 - LOA, sendo o correto 733.

Quadro A.4.6.12 - Ações vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2000 – 15.122.2116.2000.0101				
Descrição		Administração da Unidade - Nacional (Crédito Extraordinário)				
Unidade Responsável		56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A				
Unidade Orçamentária		56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	599.999	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.	Esta Ação não tem produto, pois não existe previsão física.	-	-	-	-

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira) e SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento)

Essa ação recebeu um aporte orçamentário através de um crédito extraordinário presente na Medida Provisória nº 598 de 27/12/2012. Os valores de R\$ 333.333,00 e R\$ 266.666,00 que totalizaram R\$ 599.999,00 foram distribuídos entre as fontes 100 (Tesouro Nacional) e 250 (Recursos Próprios), respectivamente.

Esses recursos, com caráter de antecipação da LOA 2013, não chegaram a ficar efetivamente disponíveis para utilização, e como se tratam de créditos extraordinários, tiveram sua reabertura através de decreto para utilização no exercício de 2013.

Quadro A.4.6.13 - Ações vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2843 – 15.453.2116.2843.0101					
Descrição	Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros - Nacional (Crédito Extraordinário)					
Unidade Responsável	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	666.666	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Garantir o funcionamento com qualidade dos sistemas de trens urbanos de Recife, Belo Horizonte, Salvador, João Pessoa, Maceió, Natal e Porto Alegre, otimizar o atual padrão de serviço e atender as condições de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência, obedecendo aos padrões técnicos estabelecidos de segurança e confiabilidade.	Unidade	-	-	-	-

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira) e SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento)

Essa ação recebeu um aporte orçamentário através de um crédito extraordinário presente na Medida Provisória nº 598 de 27/12/2012. Os valores de R\$ 198.718,00, R\$ 1.282,00 e R\$ 466.666,00 que totalizaram R\$ 666.666,00 foram distribuídos entre as fontes 100 (Tesouro Nacional), 139 (Recursos do Tesouro – Outras Receitas Patrimoniais) e 250 (Recursos Próprios), respectivamente.

Esses recursos, com caráter de antecipação da LOA 2013, não chegaram a ficar efetivamente disponíveis para utilização e como se tratam de créditos extraordinários, tiveram sua reabertura através de decreto para utilização no exercício de 2013.

4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A	56201	275060

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira)

4.2.2 Programação de Despesas

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes							
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes			
		Exercícios		Exercícios		Exercícios			
		2012	2011	2012	2011	2012	2011		
LOA	Dotação proposta pela UO		206.242.029	346.263.522			91.335.891	90.477.919	
	PLOA		98.614.450	92.074.006			91.335.891	90.477.919	
	LOA		98.614.450	92.074.006			91.335.891	90.477.919	
CRÉDITOS	Suplementares		13.828.751	17.043.498			170.000		
	Especiais	Abertos							
		Reabertos							
	Extraordinários	Abertos							
		Reabertos							
	Créditos Cancelados						556.136	3.532.087	
Outras Operações						408.549			
Total				112.443.201	109.117.504			90.849.755	86.945.832

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira)

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital

Valores em
R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	144.089.771	232.656.298				
	PLOA	144.089.771	232.656.298				
	LOA	127.259.771	201.006.298				
CRÉDITOS	Suplementares	26.783.871	54.532.087				
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos	282.280.859				
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações		5.174.000					
Total		441.498.501	255.538.385				

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira)

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em
R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	189.950.341	436.741.441	144.089.771	232.656.298		
	PLOA	189.950.341	182.551.925	144.089.771	232.656.298		
	LOA	189.950.341	182.551.925	127.259.771	201.006.298		
CRÉDITOS	Suplementares	13.998.751	17.043.498	26.783.871	54.532.087		
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos			282.280.859		
		Reabertos					
Créditos Cancelados	556.136	3.532.087					
Outras Operações		408.549		5.174.000			
Total		204.913.777	203.127.510	441.498.501	255.538.385		

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira)

4.2.2.4 Análise Crítica

Primeiramente, a análise da programação orçamentária de 2012, deve levar em consideração que os dados informados no campo de “Dotação Proposta pela UO” informados pela empresa no sistema SIOP, são feitos com base em um limite orçamentário definido pela Secretaria Executiva do Ministério das Cidades. Assim, essa dotação proposta, não representa de forma fidedigna a real necessidade de recursos da empresa, pois existem necessidades de recursos, especialmente de investimentos, que estão “represados” há anos nos mais diversos Projetos, muitos provenientes de setores vitais para a empresa como as áreas de manutenção e operação, que não podem ser implementados justamente por falta de recursos orçamentários.

A análise da programação orçamentária de 2012 demonstra, no geral, que os recursos disponibilizados pela Lei Orçamentária nº 12.595/12 foram insuficientes para cobrir todas as despesas da empresa.

No grupo de despesas de Pessoal e Encargos Sociais, foram necessários créditos suplementares que totalizaram R\$ 13.828.751 (14,02% da dotação original). O montante final da dotação autorizada do grupo foi de R\$ 112.443.201. O maior orçamento desse grupo é da Ação “Pagamento de Pessoal Ativo da União” (20TP) que alcançou uma execução orçamentária de 96,74% e a Ação que apresentou o menor percentual de execução foi a de “Contribuição à Previdência Privada” (0110) com 60,19%, motivado por um acerto de valores ao qual a Empresa estava desembolsando recursos a maior que o estipulado. A execução total do grupo atingiu o percentual relevante de execução de 96,34%. Na comparação com o ano de 2011, verifica-se que não há grandes diferenças.

No grupo de Outras Despesas Correntes, o montante final da dotação autorizada do foi de R\$ 91.158.304,00. O maior orçamento desse grupo é da Ação 2843 - Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário, que alcançou uma execução orçamentária de 96,96%.

A execução orçamentária do grupo atingiu um percentual próximo ao total da utilização dos recursos, com 97,34%. Na comparação com o ano de 2011, verifica-se que as dotações são semelhantes, porém há uma diferença relevante nos créditos remanejados. Em 2011, na Ação 2843- Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário, ocorreu o cancelamento parcial da dotação transferindo recursos de custeio para investimento. Já em 2012, o maior cancelamento ocorreu na Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica, onde créditos foram remanejados ao longo do ano, para suplementação de dotação nas ações 2010 - Auxílio Creche e 2011 - Auxílio Transporte, valores estes que somaram R\$ 100.000,00.

No grupo Despesas de Capital, foram abertos créditos adicionais e extraordinários que totalizaram R\$ 309.064.730 (242% da dotação original). O montante final da dotação autorizada do grupo foi de R\$ 436.324.501. O maior orçamento desse grupo está localizado na Ação 7L64 - Expansão e Melhoria da Malha Metroferroviária, no localizador 0103, com R\$ 260.000.000,00 oriundos de um crédito extraordinário que teve sua execução orçamentária integralmente utilizada e que trata da renovação da frota com a aquisição de 15 novos TUE's (Trem Unidades Elétricas). A execução orçamentária do grupo atingiu 98,99%.

Na comparação com o ano de 2011, verifica-se que há diferenças bem significativas nas dotações iniciais (com 2011 superando em cerca de R\$ 90 milhões 2012), já as dotações finais de 2012 superam em torno de R\$ 180 milhões as dotações finais de 2011. Isso pode ser explicado pelo fato de a Ação 7L64 - Expansão e Melhoria da Malha Metroferroviária, ter recebido mais recursos orçamentários na LOA 2011 previamente solicitados e planejados e ainda ter sido alocado recursos para a Ação 13US - Implantação do Sistema de Veículos sobre Trilhos Elevados - Aeromóvel. Já o orçamento 2012 recebeu mais recursos oriundos de créditos suplementares e especialmente extraordinários, para as conclusões das Obras de Expansão da Linha 1 e de Implantação do Sistema Aeromóvel, além de vultoso crédito para a compra dos novos trens já mencionado acima.

4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	56201	56201	2004			100.000
	Recebidos	56201	56201	2010			40.000
		56201	56201	2011			60.000
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos	56000	56201	2012			70.000
		56000	56201	1D73			408.549
		56000	56201	20TP	4.567.718		
		56000	56201	0022	8.461.033		
		56000	56201	00H2	800.000		
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
Concedente	Recebedora	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras		6 – Amortização da Dívida		
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos	56000	56201	7L64	26.783.871		
		56000	56201	10SS	4.174.000		
		56000	56201	7L64	260.000.000		
		56000	56201	10SR	1.000.000		
		56000	56201	13US	4.000.000		
		56000	56201	7L64	14.830.860		
		56000	56201	20YB	666.667		
		56000	56201	14TS	1.000.000		
		56000	56201	14TT	516.667		
56000	56201	2000	599.999				
56000	56201	2843	666.666				

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira)

Análise Crítica

A execução orçamentária de 2012 se utilizou de créditos suplementares e extraordinários abertos no exercício, para o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Empresa.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais obtiveram cerca de R\$ 13 milhões em créditos suplementares no exercício. Por se tratarem de despesas obrigatórias, devem ser liquidadas no exercício para que a Empresa não venha pagar multas e correr o risco de os empregados ingressarem com ações na justiça do trabalho. A taxa de execução orçamentária foi de 98%, o que demonstra que foi efetivamente necessário a utilização desses créditos adicionais.

A taxa percentual do grupo Outras Despesas Correntes obteve uma execução orçamentária de 97%, o que poderia ser ainda maior, se não houvesse nenhuma restrição orçamentária ao longo do exercício.

As despesas de Investimentos obtiveram quase R\$ 309 milhões de créditos suplementares e, em especial, extraordinários. A taxa percentual de execução orçamentária chegou a 99%, demonstrando todo o empenho e necessidade da empresa em se modernizar e melhorar seus processos.

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	206.730.841	271.723.868	121.197.334	212.606.022
a) Convite	237.612	788.386	101.894	162.352
b) Tomada de Preços	2.477.131	2.207.942	1.395.069	750.938
c) Concorrência	170.687.668	232.967.384	119.700.371	183.136.163
d) Pregão	33.328.430	35.746.006		28.556.569
e) Concurso				
f) Consulta		14.150		
2. Contratações Diretas (g+h)	41.961.006	46.056.666	4.168.345	31.814.934
g) Dispensa	5.434.132	1.500.780	4.168.345	1.122.749
h) Inexigibilidade	36.526.874	44.555.886	28.785.590	30.692.185
3. Regime de Execução Especial	1.508	1.870	1.508	1.870
i) Suprimento de Fundos	1.508	1.870	1.508	1.870
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	88.805.923	87.518.276	88.707.482	84.746.749
j) Pagamento em Folha	88.627.961	87.361.620	88.397.575	84.590.093
k) Diárias	177.962	156.656	309.907	156.656
5. Outros	292.380.689	19.684.946	32.064.980	279.987
6. Total (1+2+3+4+5)	629.879.967	424.985.626	246.139.649	329.449.562

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira)

4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1. Despesas de Pessoal								
Vencimentos e Vantagens Fixas	58.748.122	56.658.866	58.748.122	56.658.866			58.517.736	55.474.540
Sentenças Judiciais	18.434.645	15.083.624	18.434.645	15.083.624			18.434.145	15.083.624
Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçam.	16.586.933	24.837.502	16.586.933	24.837.502			16.586.933	23.250.301
Demais elementos do grupo	14.559.943	6.594.547	14.559.943	6.594.547			14.530.149	6.594.547
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
Outros Serviços de Terceiros	72.212.439	69.898.685	67.452.392	52.905.092	4.815.992	12.903.748	64.939.217	54.879.520
Material de Consumo	11.904.004	12.390.110	8.898.566	6.564.776	3.005.438	4.335.703	7.695.846	7.635.180
Obrigações Tributárias e Contributivas	1.235.839	1.504.143	1.116.213	840.546	122.044	245.546	1.099.166	1.223.121
Demais elementos do grupo	3.377.052	1.292.659	2.206.684	2.543,705	528.110	71.671	2.728.474	1.214.407

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4. Investimentos								
Equipamentos e Materiais Permanentes	262.409.787	6.279.725	49.301.990	4.064.591	213.107.797	2.215.135	106.861.031	3.731.718
Obras e Instalações	159.089.811	228.962.801	107.544.561	177.920.750	51.545.250	51.042.051	541.739	177.556.765
Aquisição de Imóveis	10.628.706	12.231.618	10.499.126	11.121.171	129.580	4.900.000	10.499.126	11.121.171
Demais elementos do grupo	1.511.968	5.064.238	511.968	45.144	1.000.000	1.229.541	511.968	44.864
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira)

Análise crítica

A lei 12.595/2012 estimou a receita e fixou as despesas da TRENSURB para o exercício de 2012 e, entre outras coisas, estabeleceu valores que em sua maioria não seriam suficientes para a manutenção do custeio e das atividades administrativas e operacionais da Empresa. Entretanto, com o contingenciamento imposto pelo Decreto 7680/2012 e também com os limites de empenho e pagamento estabelecidos, a Empresa viu-se obrigada a deixar de executar diversas demandas represadas pela falta de recursos, fato este que contribuiu para que a dotação inicial se tornasse “suficiente” para suprir as despesas.

Entre as modalidades de licitação, não houve diferenças muito significativas entre os anos de 2011 e 2012, já nas outras modalidades de contratação ocorreu um acréscimo que é facilmente explicado, pela liberação de recursos extraordinários no valor de R\$ 260 milhões, empenhados sob o Regime Diferenciado de Contratação para a aquisição de novos TUE's (Trem Unidades Elétricas).

A execução orçamentária de 2012 apresentou em seus grupos de Despesas Correntes valores muito semelhantes ao ano anterior, demonstrando uma continuidade operacional e controle nos gastos de custeio e pessoal. Apenas podemos salientar que houve uma maior distribuição das despesas dentro dos grupos, tornado assim a execução um pouco mais homogênea no ano de 2012, indicando a pluralidade de atividades em suas diversas naturezas de despesas.

No grupo de Despesas de Capital, o destaque inicial vai para a execução das despesas com Equipamentos e Materiais Permanentes, pela já mencionada aquisição de novos trens. Já as despesas com as Obras e Instalações, com a aproximação do final das obras de expansão da Linha 1 até o Município de Novo Hamburgo, ocorreu uma pequena redução em seu ritmo, no tocante aos valores fixados na LOA, para a consecução das obras, em relação ao ano anterior.

Quanto aos aspectos negativos na gestão orçamentária, podemos citar a publicação do Decreto 7.680/2012, que impôs cortes nos limites orçamentários para a movimentação de empenho no exercício nas despesas de custeio e investimento.

No que diz respeito a eventos positivos na gestão orçamentária, podemos citar que mesmo com os mais de R\$ 309 milhões de créditos extraordinários e suplementares e os cortes impostos pelo Decreto 7.680/2012, pode-se realizar 98,29% de todos os recursos disponibilizados para o exercício. Nesse contexto e, ainda levando-se em conta todos os desafios decorrentes da falta de orçamento, dificuldades e complexidade de algumas contratações, como a aquisição dos Trens, além do contingenciamento de despesas, podemos destacar a eficácia na utilização dos recursos orçamentários disponíveis, como um fato de relevância na gestão de 2012.

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Conforme orientações quanto ao preenchimento dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2012 da Portaria TCU N° 150, de 03 de julho de 2012, não é necessário à discriminação dos quadros deste demonstrativo, pois são semelhantes aos quadros explanados no conjunto de demonstrativos associado à execução orçamentária de créditos originários da UJ.

4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação

Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação

Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
7. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)				
l) Convite				
m) Tomada de Preços				
n) Concorrência				
o) Pregão				
p) Concurso				
q) Consulta				
8. Contratações Diretas (g+h)				
r) Dispensa				
s) Inexigibilidade				
9. Regime de Execução Especial				
t) Suprimento de Fundos				
10. Pagamento de Pessoal (j+k)				
u) Pagamento em Folha				
v) Diárias				
11. Outros				
12. Total (1+2+3+4+5)				

4.2.4.2.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação

Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação
Valores em R\$
1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal								
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVO

5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Quadro A.5.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
212121100		PESSOAL A PG POR INSUF. DE CRÉDITOS/RECURSOS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
275060	221.793.210-15	85.704,91	85.704,91		0,00
275060	420.021.170-04	44.038,51	44.038,51		0,00
275060	295.787.360-53	288.023,00	288.023,00		0,00
275060	411.109.009-53	85.266,37			85.266,37
275060	254.678.320-34	128.179,27			128.179,27
275060	400.384.080-15	161.460,06			161.460,06
275060	239.148.900-53	337.705,93	337.705,93		0,00
275060	296.417.130-00	140.953,34			140.953,34
275060	209.850.370-91	9.756,83			9.756,83
275060	378.883.820-53	32.891,75			32.891,75
275060	414.753.050-87	223.121,62			223.121,62
275060	163.549.310-20	37.022,94	37.022,94		0,00
275060	264.152.080-04	6.763,33	6.763,33		0,00
275060	187.577.740-72	137.383,12	137.383,12		0,00
275060	157.430.470-49	51.990,39			51.990,39
275060	397.894.030-20	324.841,10	324.841,10		0,00
275060	440.193.350-87	88.027,39	88.027,39		0,00
275060	281.216.940-00	4.763,21			4.763,21
275060	422.827.480-34	119.415,74			119.415,74
275060	403.733.630-87	240.360,34			240.360,34
275060	214.610.900-91	231.776,13			231.776,13
275060	441.524.690-72	172.886,19			172.886,19
275060	394.842.620-15	151.999,85			151.999,85
275060	428.237.730-53	353.031,07	353.031,07		0,00
275060	160.945.650-53	9.059,24	9.059,24		0,00
275060	240.471.040-00	161.265,00			161.265,00
275060	168.415.140-68	125.077,60			125.077,60
275060	416.993.350-87	12.939,84			12.939,84
275060	143.313.570-15	60.493,17			60.493,17
275060	457.000.010-04	476.948,96	476.948,96		0,00
275060	298.201.620-68	38.280,49			38.280,49
275060	383.748.110-72	163.578,73			163.578,73

275060	500.133.270-20	13.959,99	13.959,99		0,00
275060	460.688.560-20	531.905,29			531.905,29
275060	365.534.840-15	322.549,96			322.549,96
275060	166.965.490-72	84.808,18			84.808,18
275060	346.218.060-68	138.523,94			138.523,94
275060	259.210.370-87	206.341,09	206.341,09		0,00
275060	375.320.900-78	28.769,31			28.769,31
275060	349.183.290-04	34.010,73			34.010,73
275060	965.960.820-91	37.217,82			37.217,82
275060	419.183.800-82	208.322,14	208.322,14		0,00
275060	276.063.410-87	160.907,60			160.907,60
275060	407.727.210-68	124.409,48			124.409,48
275060	289.323.580-87	242.764,73			242.764,73
275060	261.834.980-68	21.169,81	21.169,81		0,00
275060	262.425.400-53	174.667,77			174.667,77
275060	261.948.720-04	233.778,15			233.778,15
275060	315.644.020-53	58.808,59			58.808,59
275060	257.200.400-30	217.847,70			217.847,70
275060	002.208.250-68	36.058,99			36.058,99
275060	209.956.950-91	12.014,86			12.014,86
275060	293.002.310-49	533.317,08			533.317,08
275060	436.213.330-53	199.829,42			199.829,42
275060	388.348.550-00	54.821,41			54.821,41
275060	448.488.620-00	299.924,72			299.924,72
275060	193.435.230-68	136.667,05			136.667,05
275060	428.195.390-68	501.144,90	501.144,90		0,00
275060	558.400.000-00	486.581,18			486.581,18
275060	191.234.000-30	112.657,72			112.657,72
275060	381.815.250-00	184.050,30			184.050,30
275060	292.850.700-00	0,00		33.419,90	33.419,90
275060	262.550.020-15	0,00		39.065,83	39.065,83
275060	467.389.910-53	0,00		570.867,49	570.867,49
275060	262.986.860-53	0,00		8.340,17	8.340,17
275060	264.704.700-68	0,00		42.118,51	42.118,51
275060	183.496.760-00	0,00		176.778,59	176.778,59
275060	387.263.600-63	0,00		1.021.489,24	1.021.489,24
275060	253.439.710-91	0,00		3.699,79	3.699,79
275060	519.298.990-68	0,00		172.962,32	172.962,32
TOTAL		9.902.835,33	3.139.487,43	2.068.741,84	8.832.089,74

Razões: A obrigatoriedade deste registro ocorreu em razão dos valores confiscados pela Justiça do Trabalho para garantia de penhoras em moeda corrente em ações ajuizadas referente a Reclamatórias Trabalhistas. Considerando que a dotação orçamentária aprovada para este Programa de Trabalho é da Fonte de Recurso do Tesouro Nacional e os valores sacados pela Justiça foram da Fonte de Recursos Próprios (receita da venda de bilhetes) sem dotação orçamentária para este fim.

Justificativas: Desta forma foi impossível fazer o registro contábil da apropriação desta despesa, conforme determina a legislação que rege a Lei 4.320/64 o que nos obrigou a efetuarmos os registros na conta 212121100 – Pessoal a Pagar por Insuficiência de Crédito. Para confirmarmos a legalidade dos registros efetuamos consulta ao órgão superior através da mensagem nº. 2011/1878914 e recebemos a resposta favorável ao registro através da mensagem nº. 2012/0025438 da Coordenadoria de Contabilidade da STN, esclarecendo que nos casos em que a sentença for favorável aos empregados deverá ser efetuado este registro.

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira)

5.1.2 Análise Crítica

As despesas da TRENSURB com ações judiciais, tanto pagamento de sentenças transitadas em julgado, quanto de depósitos recursais e custas processuais, por se tratarem de despesas de pessoal, estão previstas na Lei Orçamentária para serem realizadas com recursos provenientes do Tesouro Nacional (Fonte 0100). Contudo, desde 2010 a Justiça do Trabalho tem realizado penhoras de crédito diretamente na empresa que realiza a conferência diária da venda de bilhetes, obrigando que o recolhimento seja feito em conta específica com a devida comprovação. Esta prática gera este problema de registro de insuficiência de fundos, uma vez que não existe possibilidade de emissão empenho destas despesas na fonte 0250 – Recursos Próprios, já que orçamentariamente e financeiramente estão previstas na fonte 0100 – Tesouro Nacional.

Assim que o mandado é recebido a área jurídica adota as providências necessárias para regularização do processo, ou seja, quando possível, providencia o pagamento da ação e a liberação da penhora. Entretanto, como a liberação financeira só é realizada após a instrumentalização do processo no sistema de acompanhamento processual (Process), regulamentado pela Portaria nº546 emitida pelo Ministério das Cidades no dia 28/12/2009, nem sempre é realizado de forma rápida, visto que muitos processos ainda não se encontram nas fases definidas pela mencionada portaria.

Esta modalidade de penhora esta sendo adotada por diversos juízes da 4ª região do TRT, fato que eleva o valor registrado no passivo por insuficiência de créditos, sendo que a UJ não tem condições de prever esta situação.

5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	6.304.131,95	230.221,43	5.818.587,32	231.006,55
2010	10.040.765,34	53.008,76	9.842.297,56	145.456,43
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	76.943.395,97	1.266.240,27	71.025.152,21	10.159.922,90
2010	70.620.521,45	4.542.119,24	70.893.590,54	5.621.231,65
...				

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira)

5.2.2 Análise Crítica

O expediente de restos a pagar é utilizado pela TRENSURB, para saldar os compromissos assumidos com as empresas contratadas, no que tange ao pagamento das notas fiscais com

vencimento em janeiro, porém com mês de competência em dezembro e para que não causem um grande impacto no orçamento do ano subsequente. É utilizado também na aquisição de serviços e materiais em que é empenhado o valor total da despesa, mas que tem sua vigência por mais de um exercício.

A existência de restos a pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro, ocorre devido a contratações de obras, bens e serviços que envolvam grandes somas de recursos e projetos. Estas contratações por se tratarem de aquisições de bens e serviços, demandam um tempo para contratação, e, por conseguinte, a ordem de início dos serviços. Também requerem aditivos contratuais e garantias que geralmente tem um prazo de doze meses.

Os eventos positivos da gestão de restos a pagar para a empresa estão no fato de que se estes recursos não fossem transferidos de um exercício para outro, causaria um grande transtorno na execução da despesa no ano subsequente, pois teríamos que empenhar novamente uma despesa que já havia sido provisionada, deixando assim de utilizar o orçamento anual, nas despesas que já estavam previstas quando da elaboração de proposta orçamentária.

5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro A.5.3 – Caracterização dos Instrumentos de transferências vigentes no exercício de referencia

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre R/S - TRENSURB									
CNPJ: 90.976.853/0001-56					UG/GESTÃO: 275060				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
4	001/2009	89814693/0001-60	0	0	0	34.900.000,00	14/12/2009	13/12/2013	1
<p>LEGENDA</p> <p>Modalidade:</p> <p>1- Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso</p> <p>Situação da Transferência:</p> <p>1 - Adimplentes 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado</p>									
Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira)									

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três últimos Exercícios

Quadro A.5.4 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre R/S - TRENSURB						
CNPJ: 90.976.853/0001-56						
UG/GESTÃO: 275060						
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montante Repassado em cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso	0	0	0	0	4.900.000,00	13.000.000,00
Totais						

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira)

5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

Quadro A.5.5 – Resumo dos Instrumentos de Transferências que Vigerão em 2013 e Exercícios Seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre R/S - TRENSURB					
CNPJ: 90.976.853/0001-56			UG/GESTÃO: 275060		
Modalidade	Qtd. De Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio					
Contrato de Repasse					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso	1	0	34.900.000,00	0	100%
Totais	1		34.900.000,00	0	

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira)

5.3.4 Informações Sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Não ocorreu neste período.

Quadro A.5.6 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ NA Modalidade de Convênio, Termos de Cooperação e de Contratos de Repasse – N.A.

5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Não ocorreu neste período.

Quadro A.5.7 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse – N.A.

5.3.6 Análise Crítica

No exercício de 2010 a TRENSURB repassou para a Prefeitura o valor de R\$ 13.000.000,00, como parte de um montante maior de R\$ 30.000.000,00, decorrente da desapropriação de imóveis referente ao TERMO DE COMPROMISSO firmado entre TRENSURB, PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO e SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO do MINISTÉRIO DAS CIDADES (na condição de agente interveniente), recursos estes, destinados à realização de obras, serviços e implantação de infraestrutura em área própria do município de São Leopoldo/RS, bem como a construção de unidades habitacionais para o reassentamento de famílias interferentes com a faixa de implantação da obra, (ocupações irregulares), em especial com o Sistema Viário de Entorno. As obras são vistoriadas pela Superintendência de Desenvolvimento e Expansão, através Gerência de Projetos e obras que envia técnicos in loco para fiscalizar o andamento do projeto.

Em 2011, foi firmado o primeiro termo aditivo em que são partes os mesmos integrantes, com o intuito de repassar a importância de R\$ 4.900.000,00, aos recursos financeiros originais, passando o valor global do termo para R\$ 34.900.000,00. O Aditivo está baseado na correspondência do Município OFGABPREF 257/11 e amparado nas justificativas técnicas que instruem o processo nº 2502/2009.

Em 2012 houve um aditivo, mas apenas para prorrogar o prazo, não ocorreu nenhuma transferência de recursos neste exercício.

5.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS

Não aplicável à natureza jurídica da TRENSURB.

5.5. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ

Não aplicável à natureza jurídica da TRENSURB.

6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	1186	1103	80	97
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1186	1103		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1186	1103	80	97
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem vínculo com Administração Pública	23	25		
4. Total de Servidores (1+2+3)	1209	1128*	80**	97**

Fonte: *CAGED (Cadastro geral de empregados e desempregados)

Fonte: ** SISAC (Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissões e Concessões)

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.2 - Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ - Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	14
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	10
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis) RE 382 e RE 1089 (Cedência autorizada pelo MP. Amparo Legal: Parágrafo 6º Art. 93 Lei 8112/90); RE 110 (CC. Amparo Legal: Decreto 2355/87 e Decreto 2410/88); RE 1082 (Requisitado pela AGU. Amparo Legal: Art. 47 da Lei Complementar nº 73 de 10/02/93, c/c o Artigo 5º da Lei 8682/93)	4
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De ofício, no interesse da Administração	
3.2. A pedido, a critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em pessoa da família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	4
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	1
5.4. Interesses particulares	3
5.5. Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo) Licença Eleitoral Remunerada (Art. 1º, inciso II, alínea I da Lei Complementar nº 64/1990).	4
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	22

Fonte: Sigam-Web (Sistema de Gestão de Recursos Humanos)

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro A.6.3 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de Dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	23	25	5	4
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo	23	25	5	4
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas				
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	135	132	132	132
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	158	157	137	136

Fonte: Sigam-Web (Sistema de Gestão de Recursos Humanos)

O provimento dos Cargos de Confiança de Gabinete da Presidência e Gerência Jurídica estão autorizados em duas modalidades: servidor de carreira vinculado ao órgão ou empregado sem vínculo.

Atualmente as Funções Gratificadas Gabinete de Presidência e Gerência Jurídica são ocupadas por servidores sem vínculo.

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segunda a Idade

Quadro A.6.4 Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	145	150	206	421	51
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior*	3	7	6	8	1
2.3. Funções gratificadas	10	23	22	70	5
3. Totais (1+2)	158	180	234	499	57

Fonte: Sigam-Web (Sistema de Gestão de Recursos Humanos)

* Cargos em Comissão- sob regime de trabalho da legislação trabalhista em vigor .

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segunda a Escolaridade

Quadro A.6.5 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira			74	89	625	170	15		
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior			1	1	8	14	1		
2.3. Funções gratificadas			0	6	62	46	16		
3. Totais (1+2)			74	96	695	230	32		

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Sigam-Web (Sistema de Gestão de Recursos Humanos)

* Cargos em Comissão- sob regime de trabalho da legislação trabalhista em vigor .

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.6 - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2012	30.066.260,90	470.873,17	4.460.816,32	14.331.780,75	567.259,56	0,00	5.051.426,24	0,00	18.434.644,97	73.383.061,92
	2011	28.770.937,70	293.367,83	4.216.247,87	13.748.937,17	538.937,41	3.327,76	5.775.297,80	0,00	15.083.624,15	68.430.677,69
	2010	28.986.186,82	435.040,64	4.432.824,62	12.149.773,63	735.288,89	0,00	7.667.359,54	0,00	7.092.667,64	61.499.141,78
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	388.395,01	0,00	35.657,60	20.933,23	0,00	0,00	14.025,03	0,00	0,00	459.010,86
	2011	357.931,99	0,00	32.860,86	19.291,37	0,00	0,00	12.925,00	0,00	0,00	423.009,22
	2010	287.719,77	0,00	27.840,38	36.762,59	0,00	0,00	126.845,64	0,00	0,00	479.168,38
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										

Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercícios	2012		779.711,46							779.711,46
	2011		620.750,27							620.750,27
	2010		1.126.122,79							1.126.122,79
Servidores ocupantes de Funções gratificadas										
Exercícios	2012		7.283.536,35							7.283.536,35
	2011		6.357.600,22							6.357.600,22
	2010		4.275.456,00							4.275.456,00

Fonte: Sigam-Web (Sistema de Gestão de Recursos Humanos)

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira)

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Qualificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Não aplicável a natureza jurídica da TRENSURB.

Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de Dezembro - N.A.

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões pagas pela Unidade Jurisdicionada

Não aplicável a natureza jurídica da TRENSURB.

Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12 - N.A.

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

O Setor de Pessoal no processo de admissão na fase de checagem dos pré-requisitos verifica se o candidato já exerce algum cargo público que seja vedado a acumulação. No caso afirmativo o candidato deverá apresentar a exoneração no Diário Oficial ou desligamento da empresa anterior na carteira de trabalho. Na fase final da admissão o candidato declara formalmente que não exerce cargo público em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Ao final do processo de admissão esta declaração assinada é arquivada na pasta funcional.

6.1.6 Providências Adotadas nos casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não ocorreu neste período.

6.1.7 Informações sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	80	66	80	66
Concessão de aposentadoria	-	-	-	-
Concessão de pensão civil	-	-	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
Totais	80	66	80	66

Fonte: Sigam-Web (Sistema de Gestão de Recursos Humanos)

Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	97	126	97	126
Cancelamento de concessão	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento	2	-	2	-
Totais	99	126	99	126

Fonte: Sigam-Web (Sistema de Gestão de Recursos Humanos)

Quadro A.6.11 – Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	3	20	15	42
Concessão de aposentadoria	-	-	-	-
Concessão de pensão civil	-	-	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
Total	3	20	15	42
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	18	25	22	32
Cancelamento de concessão	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	1	-	1
Total	18	26	22	33

Fonte: Sigam-Web (Sistema de Gestão de Recursos Humanos)

6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio Físico

Não aplicável a natureza jurídica da TRENSURB.

Quadro A.6.12- Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art.14 da IN TCU 55/2007) - N.O.**6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos**

Não ocorreu neste período.

Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro - N.A.

6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Acidentes de trabalho e Doenças Ocupacionais

Indicadores: Taxa de frequência e Taxa de Gravidade de acidentes de trabalho.

Tem como objetivo classificar a empresa utilizando-se a taxa de frequência e a taxa de gravidade, conforme o número de acidentes do trabalho e dias perdidos de acordo com os padrões estabelecidos pela Organização Internacional do Trabalho.

Meta: Retornar ao conceito “MUITO BOA” na taxa de frequência e retornar ao conceito “MUITO BOA” na taxa de gravidade de acidentes de trabalho

Tabela IX -Padrões OIT (Organização Internacional do Trabalho)

CONCEITO	TAXA DE FREQUENCIA	TAXA DE GRAVIDADE
MUITO BOA	0 A 20	0 A 500
BOA	20 A 40	500 A 1000
REGULAR	40 A 60	1000 A 2000
PÉSSIMA	ACIMA DE 60	ACIMA DE 2000

Fonte: OIT (Organização Internacional do Trabalho)

Tabela X -Histórico Taxa de Frequência e de Gravidade de Acidentes de Trabalho

ANO	TAXA DE FREQUENCIA	CONCEITO	TAXA DE GRAVIDADE	CONCEITO
2010	13,68	MUITO BOA	287,17	MUITO BOA
2011	16,52	MUITO BOA	3006,92	PÉSSIMA
2012	38,93	BOA	2328,33	PÉSSIMA

Fonte: SESET (Setor de Higiene e Segurança do Trabalho)

A tabela a seguir demonstra o quantitativo de Acidentes de Trabalho por ano, tipo, número absoluto e número de empregados.

Tabela XI -Quantitativos Acidentes de Trabalho

ANO	COM AFASTAMENTO	SEM AFASTAMENTO	TRAJETO	DOENÇAS DO TRABALHO	TOTAL	MÉDIA DE EMPREGADOS
2010	23	12	11	0	46	1091
2011	26	14	9	0	49	1085
2012	63	13	6	10	92	1103

Fonte: SESET (Setor de Higiene e Segurança do Trabalho)

Verifica-se a elevação da Taxa de Frequência de Acidentes de Trabalho no ano de 2012 em relação aos anos anteriores. Tal aumento ocorreu por dois motivos, sendo eles:

1. Até o ano de 2011, contabilizávamos apenas acidentes de trabalho e não doenças ocupacionais e do trabalho. Como o INSS tem convertido diversos benefícios previdenciários de código B31 (auxílio doença previdenciário) em código B91 (auxílio doença acidentário), ou seja, em doenças ocupacionais e do trabalho, essas doenças devem passar a ser contabilizadas nas estatísticas de acidentes de trabalho. No ano de 2012, tivemos 10 doenças ocupacionais e do trabalho.

2. Até o ano de 2011, não havia um consenso em relação à emissão de CAT's por estresse pós-traumático decorrente de assaltos nas estações. Em 2012, em reunião entre SESET e Clínica Equilíbrio (clínica de atendimento psicológico que presta serviço para a TRENSURB), ficou definida a emissão de CAT para todos os funcionários vitimados nos assaltos. No ano, tivemos 39 CAT's decorrentes de assaltos nas estações. Importante destacar que, neste âmbito, o SESET pouco pode atuar.

Embora a Taxa de Frequência tenha se elevado, entende-se que houve uma evolução, pois acidentes e doenças deixaram de ser subnotificados, e passou-se a agir para evitá-los.

Também se verifica a elevação da Taxa de Gravidade de Acidentes de Trabalho em 2012 em relação aos anos anteriores (exceto quanto ao ano de 2011, em que houve um acidente de trabalho fatal) pelos mesmos motivos expostos em relação à Taxa de Frequência. A contabilização dos dias não trabalhados em decorrência de assaltos nas estações e, especialmente, em consequência de doenças ocupacionais e doenças do trabalho (muitas vezes meses ou até mesmo anos de afastamento do trabalho), tem gerado uma Taxa de Gravidade muito elevada.

Para buscar a redução das ocorrências de acidentes de trabalho, o SESET tem realizado ações de caráter ativo e passivo. Em relação à prevenção ativa, o setor realiza inspeções periódicas nas áreas e treinamentos de instrução e conscientização. Em relação à prevenção passiva, realiza a análise dos acidentes de trabalho e, quando cabível, encaminha sugestões de melhorias, cabendo às Gerências e aos Setores envolvidos a efetivação das medidas propostas.

Com o intuito de reduzir os assaltos nas estações e, conseqüentemente, as CAT's por estresse pós-traumático, a TRENSURB tem atuado na substituição dos bilhetes de papel por cartão eletrônico, bem como criou, em 2012, um Grupo de Trabalho para estudar a melhoria do padrão das cabinas de controle das estações, visando tanto questões de segurança quanto questões ergonômicas.

Absenteísmo

O índice de absenteísmo tem como objeto medir percentualmente a quantidade de horas em que o empregado deixa de exercer suas funções por faltas justificadas ou não, com exceção dos seguintes eventos: aposentadoria por invalidez, afastados por doenças e acidentes (atestados maiores que 15 dias), liberados para o sindicato, contratos suspensos e licenças não remuneradas.

Meta: Manter o decréscimo do índice em análise.

Tabela XII - Índice de Absenteísmo

Ano	2010	2011	2012
Absenteísmo (%)	1,35	3,37	4,74

Fonte: SGE (Sistema de Gestão Estratégia)

Rotatividade (turnover)

O indicador de rotatividade de pessoal mede a relação entre desligamentos (voluntários ou involuntários) e admissões.

Tabela XIII - Rotatividade anual

Ano	2010	2011	2012
Rotatividade (%)	12,55	10,03	9,60

Fonte: SEPES (Setor de Pessoal)

Tabela XIV - Admissões e desligamentos

Ano	2010	2011	2012
Admissões	213	106	80
Desligamentos	61	173	97

SISAC (Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissões e Concessões)

Satisfação e Motivação dos Empregados

A pesquisa de clima organizacional auferiu o índice de satisfação dos empregados. O resultado da pesquisa é obtido através de pergunta direta e segmentada por cargo, sexo, tempo de empresa e setor. Os objetos mensurados são: relações de trabalho, condições físicas de trabalho, comunicação interna, benefícios, salário, imagem da empresa, liderança, motivação, valorização do empregado, desenvolvimento e orientação para resultados.

Meta: Aumentar os índices alcançados.

Tabela XV - Pesquisa de Clima Organizacional - Índice Geral

ANO	MÉDIAS (%)
2009	70
2011	54
2013	Prevista para 2º semestre*.

Fonte: GEREH (Gerência de Recursos Humanos)

*A cada Pesquisa de Clima Organizacional realizada busca-se melhorias no processo de aplicação do instrumento e mensuração do “clima” existente na empresa, bem como a comparação com os resultados da pesquisa anterior. A partir daí são elaborados planos de ação de acordo com os resultados apontados. A última pesquisa foi realizada em 2011 e a próxima está prevista para o segundo semestre de 2013 cumprindo um ciclo bianual.

Desempenho Funcional

A avaliação é realizada anualmente nos empregados com mais de 12 (doze) meses no cargo, padrão e processo com desempenho satisfatório.

O desempenho dos empregados é medido através do Instrumento aferidor de desempenho (IA), onde o empregado é avaliado pelo seu superior imediato, de acordo com as regras definidas em Resolução da Diretoria Executiva.

6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão
Não ocorreu neste período.

Quadro A 6.14- Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada - N.O.

6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

Não ocorreu neste período.

Quadro A.6.15 – Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência da Realização de Concurso Público ou de Provimento Adicional Autorizados - N.O.

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Não ocorreu neste período.

Quadro A.6.16 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de Terceirizados - N.O.

6.2.4 - Informações sobre a contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.17 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – TRENSURB														
UG/Gestão: 275060							CNPJ: : 90.976.853/0001-56							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)		Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
						Início	Fim	F		M		S		
								P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	07.120.030/2008	AZ SERVIÇOS LTDA	07.725.673/0001-58	24/11/2008	23/11/2013	11	11					P
2011	L	O	01.120.011/2011	FORTE SUL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA	07.454.361/0001-57	17/03/2011	16/03/2013	13	13					P
2008	L	O	07.120.011/2008-E	INCONFIDÊNCIA LOC DE VEÍC E MÃO-DE-OBRA LTDA.	87.252.938/0001-87	12/06/2008	11/06/2013	120	120					P
2008	V	E	07.120.001/2008-A	SELTEC VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA	92.653.666/0001-67	18/01/2008	17/07/2013			21	21			P
2008	L	O	07.120.006/2008-A	LIMPADORA SANTO AUGUSTO LTDA	00.976.595/0001-15	26/05/2008	26/05/2012	18	18					E

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: SEACO (Setor de Administração de Contratos)

6.2.5 - Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Não ocorreu neste período.

Quadro A.6.18 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra – N.O.

6.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.6.19 - Composição do quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	176	190	186	185	460.234,39
1.1 Área Fim	2	3	3	6	8.742,58
1.2 Área Meio	174	187	183	179	451.491,81
2. Nível Médio	174	159	163	157	407.778,91
2.1 Área Fim	20	20	22	21	51.831,01
2.2 Área Meio	154	139	141	136	355.947,90
3. Total (1+2)	350	349	349	342	868.013,30

Fonte: Sistema SIAFI referente ao pagamento da bolsa auxílio dos estagiários.

7 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL – Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997.

NORMA DE PROCEDIMENTO GERAL NPG – APOIO ADMINISTRATIVO APA

NPG-APA-101 - CONTROLE DE UTILIZAÇÃO, CONDUÇÃO E MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS RODOVIÁRIOS.

NPG-APA-113 MULTAS DE TRÂNSITO.

UO Responsável: Setor de Apoio Administrativo – SEAPO

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

Os veículos são adaptados com equipamentos especiais como guinchos, elevadores e rodeiros para realização das atividades de manutenção em via férrea e movimentação de trilhos e dormentes.

c) **Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral:**

VEÍCULOS DE MANUTENÇÃO

4 veículos rodoviários equipados com guincho;

3 veículos rodoferroviários equipados com plataforma, rodeiros e guincho.

d) **Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra:**

Veículos rodoviários: 12.000 km

Veículos rodoferroviários: 2.750 km.

Fonte: Formulário de Autorização de Saída de Veículos

Sistema de Gerenciamento de utilização/movimentação de Veículos – SIGEV.

UO Responsável: Setor de Apoio Administrativo – SEAPO

e) **Idade média da frota, por grupo de veículos:**

Veículos rodoviários: 28 anos

Veículos rodoferroviários: 15 anos.

UO Responsável: Setor de Contabilidade e Patrimônio – SECOP

f) **Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros):**

Veículos rodoviários: R\$ 29.800,00

Veículos rodoferroviários: R\$ 13.200,00.

UO's Responsáveis: Setor de Apoio Administrativo – SEAPO e Setor de Oficina - SEOFI

g) Plano de substituição da frota:

Sim, há previsão de Requerimento de Abertura de Projetos para veículos de manutenção para o ano de 2013.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

Quando da necessidade, há mais de 10 anos, devido a peculiaridade da utilização optou-se pela aquisição de veículos especiais.

UO Responsável: Setor de Apoio Administrativo – SEAPO

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:

A gestão é realizada através dos seguintes controles:

Sistema de Gerenciamento de utilização/movimentação de Veículos – SIGEV.

Abastecimento através de Cartão Corporativo em rede de postos credenciada.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de Terceiros

a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte:

Renovação permanente da frota de veículos automotores sejam camionetes ou de passeio, eliminação da oficina de manutenção e seus respectivos controles e insumos. Redução de pessoal da oficina.

UO Responsável: Setor de Apoio Administrativo – SEAPO

b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte:

CRS - Comercial de Veículos Ltda. / CNPJ 93969707-0001/91 e Rural Rental Service Ltda. / CNPJ 93.969.707-0001-91

UO Responsável: Setor de Apoio Administrativo – SEAPO

c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão:

CONTRATADO	LICITAÇÃO	CONTRATO	VIGÊNCIA	VALOR CONTRATO	R\$ ACUMULADO
CRS - COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA	Pregão Presencial nº 034/2008.	01.120.031/2008	12 meses	R\$ 346.336,66	R\$ 1.270.059,16
RURAL RENTAL SERVICE LTDA	Pregão Eletrônico nº 297/2010	01.120.067/2010	12 meses	R\$ 260.000,00	R\$ 430.483,95
CRS - COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA	Pregão Eletrônico nº 131/2009.	01.120.023/2009	12 meses	R\$ 394.686,72	R\$ 1.364.227,54

UO Responsável: Setor de Apoio Administrativo – SEAPO

d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL – Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997.

NORMA DE PROCEDIMENTO GERAL – APOIO ADMINISTRATIVO

NPG-APA-101: CONTROLE DE UTILIZAÇÃO, CONDUÇÃO E MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS RODOVIÁRIOS.

NPG-APA-113 MULTAS DE TRÂNSITO.

UO Responsável: Setor de Apoio Administrativo – SEAPO

e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

Atender a mobilidade das diversas equipes de manutenção e de segurança patrimonial ao longo da via férrea e nas estações do metrô.

No deslocamento de pessoal nas atividades judiciais e administrativas

UO Responsável: Setor de Apoio Administrativo – SEAPO

f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral:

CONTRATADO	UTILIZAÇÃO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS
CRS - COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA (Sem Motorista)	Manutenção	13 veículos
RURAL RENTAL SERVICE LTDA (Sem Motorista)	Segurança	9 veículos
CRS - COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA (Com Motorista)	Administrativo	4 veículos

UO Responsável: Setor de Apoio Administrativo – SEAPO

g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra:

CONTRATADO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	MÉDIA ANUAL KM
CRS - COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA (Sem Motorista)	13 veículos	157.364
RURAL RENTAL SERVICE LTDA	9 veículos	86.097
CRS - COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA (Com Motorista)	4 veículos	41.422

UO Responsável: Setor de Apoio Administrativo – SEAPO

h) Idade média anual, por grupo de veículos:

CONTRATADO	UTILIZAÇÃO	IDADE MÉDIA
CRS - COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA (Sem Motorista)	Manutenção	3 anos
RURAL RENTAL SERVICE LTDA (Sem Motorista)	Segurança	3 anos
CRS - COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA (Com Motorista)	Administrativo	3 anos

UO Responsável: Setor de Apoio Administrativo – SEAPO

i) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado:

CONTRATADO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	CONSUMO COMBUSTÍVEL	EMPREGADOS TERCEIRIZADOS
CRS - COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA (Sem Motorista)	13 veículos	R\$ 53.110,00	0
RURAL RENTAL SERVICE LTDA	9 veículos	R\$ 29.057,00	0
CRS - COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA (Com Motorista)	4 veículos	R\$ 0,00	4 Motoristas + 1 Supervisor

UO Responsável: Setor de Apoio Administrativo – SEAPO

j) Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente:

A gestão é realizada através dos seguintes controles:

Sistema de Gerenciamento de utilização/movimentação de Veículos – SIGEV.

Abastecimento através de Cartão Corporativo em rede de postos credenciada.

UO Responsável: Setor de Apoio Administrativo – SEAPO

7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.7.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1	03	03
	Município de Porto Alegre/RS	03	03
	Município 2		
	Município "n"		
	UF "n"		
	Município 1		
	Município 2		
	Município "n"		
Subtotal Brasil		03	03
EXTERIOR	PAÍS 1		
	Cidade 1		
	Cidade 2		
	Cidade "n"		
	PAÍS "n"		
	Cidade 1		
	Cidade 2		
	Cidade "n"		
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		03	03

Fonte: SECOP (Setor de Contabilidade e Patrimônio)

7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Não ocorreu neste período.

Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros - N.A.

7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis sob a Responsabilidade da UJ

Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
275060		10	4	n/a	n/a	n/a	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total							R\$ 0,00	R\$ 0,00
Especificações:								
Município de Porto Alegre – RS								
Processo Administrativo TRENSURB - Nº 1637/99								
Processo SPU - GRU/RS Nº 04902.001076/2008-13								
Cessão de Uso - Pátio Diretor Pestana – RFFSA								
Portaria Nº 308/MPO, de 29.09.2008 - DOU, Seção I de 1º. 10.2008								
03 Terrenos - Área Total com Benfeitorias - 108.692.658 m ²								
Área I - 70.194.188m ² , junto à Av. Ernesto Neugebauer, com:								
Prédio - A - 634.00m ²								
Prédio - B - 1.166.00m ²								
Registro de Imóveis de Porto Alegre - Matrícula 154959								
Área II - 12.910.00m ² , nesga central com confrontação com o lado Oeste da Área de Lazer da TRENSURB								
Registro de Imóveis de Porto Alegre - Matrícula 154960								
Área III - 25.588.47m ² , nesga do lado Leste (antigo Depósito de Trilhos e Prédio da Estação Diretor Pestana)								
Registro de Imóveis de Porto Alegre - Matrícula 154961								
Análise Crítica:								
<ul style="list-style-type: none"> • A Superintendência Comercial da TRENSURB está discutindo com a SPU/RS a melhor forma de obtenção da cessão definitiva de uso ou aquisição das áreas acima mencionadas. • Busca-se conhecer o valor da área junto à CEF para análise da possibilidade de compra. • Os valores registrados nas despesas de manutenção referem-se à taxa de coleta de lixo da área. • Em virtude de deficiências no Sistema de cadastro dos bens do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União, os bens da TRENSURB não estão cadastrados no SPIUnet. As pendências para permitir os registros estão sendo tratadas em conformidade com o requerido no Acórdão 7273/2010 do TCU, 2ª Câmara. 								
OBS: Há um único bem cadastrado para teste, que será retificado assim que o sistema for modificado.								

Fonte: SECOP (Setor de Contabilidade e Patrimônio)

REGIME: É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel, que deverá ser informado conforme a seguinte codificação:

1 – Aquicultura	12 – Em regularização – Outros
2 – Arrendamento	13 – Entrega – Adm. Federal Direta
3 – Cessão – Adm. Federal Indireta	14 – Esbulhado (Invadido)
4 – Cessão – Outros	15 – Imóvel Funcional
5 – Cessão – Prefeitura e Estados	16 – Irregular – Cessão
6 – Cessão Onerosa	17 – Irregular – Entrega
7 – Comodato	18 – Irregular – Outros
8 – Disponível para Alienação	20 – Locação para Terceiros
9 – Em processo de Alienação	21 – Uso em Serviço Público
10 – Em regularização – Cessão	22 – Usufruto Indígena
11 – Em regularização – Entrega	23 – Vago para Uso

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação:

1 – Novo	5 – Reparos Importantes
2 – Muito Bom	6 – Ruim
3 – Bom	7 – Muito Ruim (valor residual)
4 – Regular	8 – Sem Valor

Análise Crítica:

Os bens patrimoniais da TRENURB possuem registros que permitem sua localização. É monitorado pelo Setor de Contabilidade e Patrimônio (SECOP) nos sistemas informatizados PLACOMP e SISPRO módulo Patrimônio (cadastro dos bens, de centro de custo, de valores e de depreciação), SICOB (localização) e NOTES (informações de penhora); o inventário físico é feito sempre que há troca de comando nos setores e mandatoriamente ao final do exercício; todos os bens são identificados com plaquetas numeradas que são fixadas na incorporação do bem à TRENURB, assim como quando há baixa patrimonial dos bens leiloados, doados, ressarcidos, etc. Existe controle de movimentação dos bens entre os setores, em que se emite termo de responsabilidade aos chefes dos setores para a guarda dos bens móveis submetidos ao seu setor; na constatação de falta de algum bem, é aberto processo administrativo para apuração de responsabilidades e ressarcimentos. Os processos administrativos nos casos de furtos, roubos, perdas e danificações do patrimônio, assim como doações são instruídos pelo rito recomendado na OSI DIRAF 001/2005. Os descartes são identificados pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Inservíveis, que os relaciona e remete para deliberação da Diretoria Executiva (DIREX) e Conselho de Administração (CONSAD). Posteriormente sua destinação é tratada pela Gerência de Suprimentos (GESUP).

Realizou-se conferência total nos bens patrimoniais por parte dos representantes de cada área que fazem parte da Comissão Especial para Inventariar os Bens Patrimoniais definidos pela REP 0416/2012; houve leilão de bens móveis conforme processos 0572/2012 e 2641/2009; houve doação de bens móveis depreciados: doou-se veículos para o Corpo de Bombeiros Voluntários de Butiá e móveis (cadeiras, birôs, armários) para Prefeitura Municipal de Canoas e Associação Moradores Vila Bras.

A Administração atenta à convergência das Normas Brasileira de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade adequou a melhoria do controle dos bens patrimoniais em atendimento pleno das exigências advindas nas novas práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme as Leis 11.638/2007, 11.941/2009, e no cumprimento das obrigações acessórias e tributárias, constantes nos pronunciamentos do CPC e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, principalmente CPC 27 e ICPC 10.

8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Quadro A.8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input checked="" type="checkbox"/>	X monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
X	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
X	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
X	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)?
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.

	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
X	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: http://www.sisp.gov.br/
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
X	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
X	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(3) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(3) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(2) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
X	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
Questão 8 - Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): Dos meios de comunicação disponíveis aos usuários do sistema TRENSURB tem-se o GUIA DO USUÁRIO que apresenta os principais serviços como horário, tarifas, linha integração, intervalo entre trens entre outros e são distribuídos em todas as estações. Este Guia atende aos requisitos do Decreto nº 6.932/2009. Portanto caracteriza-se como Carta de Serviços ao Cidadão.	

Fonte: GEINF (Gerência de Informática)

9 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <p>Nas licitações para contratações de serviços de engenharia no que se refere a utilização e descarte de materiais é determinado para a execução dos serviços, que todos os materiais deverão ser armazenados em local apropriado, devendo ser abrigado e seco, todo o entulho deve ser removido diariamente e transportado para destinação adequada, não se admite o acúmulo nas dependências da TRENSURB, bem como, a contratada deverá se responsabilizar pela limpeza permanente dos locais reformados.</p> <p>Nas aquisições que envolvem processos de extração, por exemplo, de pedra britada para lastro ferroviário deve-se seguir as recomendações da NBR 5564/1991 da ABNT (Via férrea - Lastro Padrão) e também, especificações técnicas de propriedade física e de tolerâncias.</p>				X	
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p> <p>A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</p>				X	
<p>3. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? <p>Nos processos licitatórios de descarte, é exigência legal a apresentação das licenças ambientais em atendimento no que segue:</p> <p>Lubrificantes: Autorização da ANP, Licença Ambiental de Coletor. Resolução CONAMA 362/2005 – dispõe sobre as diretrizes para o recolhimento e destinação de Óleo Lubrificante Usado ou Contaminado – OLUC. Portaria ANP 125-Regulamenta a atividade de recolhimento, coleta e destinação final do óleo lubrificante usado ou contaminado. (Revogada pelas Resoluções ANP n°s 17, 18,19, e 20. Efeitos a partir de 19.6.2009). Portaria ANP 127- Regulamenta a atividade de coleta de óleo lubrificante usado. (Revogada pela Resolução ANP n° 20. Efeitos a partir de 19.6.2009).</p> <p>Madeira: Cumprimento da NBR 7511/2005 (especifica os requisitos e métodos de ensaio para produção e fornecimento de dormentes de madeira destinados à via férrea); • Lei n° 7804/89 - Licenciamento Ambiental do Fornecedor; • Lei n° 6938 de 31/08/1981 - necessidade de Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras (dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente). • Portaria Interministerial n° 292 de 28/04/1989 - exigência de registro de produtos e demais atividades ligadas ao setor (Disciplina as atividades relacionadas à preservação de madeira, registro obrigatório no IBAMA de empresas de fabricação e comércio de preservativos e preservação de madeiras); • Instrução Normativa n° 132, de 10 de novembro de 2006 - restrição de uso de alguns produtos químicos (Restrição ao uso do Lindano e Pentaclorofenol); Instrução Normativa IBAMA (IN) n° 5 de 20/10/1992 - estabelece e detalha os</p>					X

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis procedimentos para o registro de produtos preservativos de madeira (Disciplina os procedimentos no cumprimento do estabelecido pela Portaria Interministerial n. 292/1989); •Instrução Normativa nº 96/2006 - obrigação de registro no Cadastro Técnico Federal de Instrumentos de Defesa Ambiental (revogada pela Instrução Normativa n. 31/2009 que dispõe sobre o Cadastro Técnico Federal de Instrumentos de Defesa Ambiental); •Portaria 253/06 - exigência ao fornecedor de DOF em substituição a ATPF, para o controle de produtos e subprodutos de origem florestal; •Resolução CONAMA 237/97 - exigência de Licença de Operação do Fornecedor; •Decreto Estadual nº 35.439, de 18 de agosto de 1994 - Regulamenta a obrigatoriedade da manutenção e da formação de florestas próprias plantadas para os consumidores de matéria-prima florestal; (Verificar Aplicabilidade). •Lei Estadual nº 9519/92, de 21/01/92 - Código Florestal do Rio Grande do Sul.					
4. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Substituição gradativa das lâmpadas fluorescentes tubulares por Lâmpada Tubular Led 100% recicladas, isentas de mercúrio, não necessitam de reator e com um consumo aproximado de 1/8 das lâmpadas fluorescentes e com vida útil de até 50.000 horas. Em 2012 foram executadas as instalações de um novo sistema de iluminação automatizado em quatro plataformas das estações da TRENSURB, totalizando 12 estações desde 2009. Além do acionamento seletivo e em horários determinados, otimizando o aproveitamento da iluminação natural, foram substituídas as lâmpadas fluorescentes de 40W com vida útil em torno de 7.000 horas por lâmpadas fluorescentes de 28W com maior eficiência luminosa e com vida útil em torno de 22.000 horas. Neste último contrato foram substituídas 900 lâmpadas resultando em uma redução de 10.800 W de potência instalada.					X
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Cartuchos e Toner remanufaturado. O SERAM substituiu o papel dos Folders utilizados para distribuição no Projeto Estação Educar (trem de montar) por papel reciclado.					X
6. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Locação de veículos automotores bicombustíveis.				X	
	Sim (X)		Não ()		
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? Tintas remanufaturadas para impressoras, lâmpadas de led. As descrições fazem parte do objeto no projeto básico.					X
8. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
9. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
10. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
Em 2012 foram encaminhadas para reciclagem 45.5 toneladas de resíduos através do Programa de Coleta Seletiva da TRENSURB, o qual foi instituído em 2007.					
<p>11. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? <p>A TRENSURB tem como estratégia buscar sua sustentabilidade, sendo uma das ações o gerenciamento das contas de água e luz, com acompanhamento dos gestores. Campanhas visando a diminuição o consumo de água e energia elétrica, são desenvolvidas constantemente, como exemplo, no Dia Mundial da Água houve a distribuição de materiais gráficos mostrando estatísticas e chamando atenção para as diferentes utilidades da água, também foram realizadas ações em parceria com o Greenpeace e lançada matéria especial no Jornal interno com título: “Você limpa a água? Além disto, foram apresentados filmes, realizadas palestras e exposições que marcaram o Dia Mundial da Água na TRENSURB.</p> <p>A TRENSURB até 2012 possuía um Grupo de Trabalho de Gestão Ambiental que desenvolvia campanhas constantes de conscientização, quanto ao consumo de energia desenvolveu uma “Blits” no qual o objetivo foi entregar etiqueta de porta, em papel reciclável, com dicas de economia que trazia os dizeres: “Seja agente faça: apague as luzes ao sair da sala, desligue os computadores...”. Também foi realizada palestra aos empregados tratando da Eficientização Energética em casa e no trabalho. Porém como evolução a empresa criou o Setor de Responsabilidade Socioambiental (SERAM) a qual a partir de 2012 dá continuidade e amplia as atividades do GTGA.</p>					X
<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? <p>Balço Socioambiental editado desde 2000 possui edição anual, demonstrando todas as ações socioambientais realizadas pela TRENSURB. Anualmente o Seminário de Ética, Responsabilidade Social e Meio Ambiente conta com um conjunto de palestras e vem sendo realizado desde 2009, neste mesmo ano foi inaugurado o “Ecoponto”, que é utilizado para a coleta de óleo de cozinha, pilhas e baterias. A Intranet e o informativo interno – Notícias TRENSURB, levam a conhecimentos do público interno e visitantes, as ações desenvolvidas pela TRENSURB que visam conscientizar a necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais, além de outros temas.</p>					X
<p>Considerações Gerais:</p> <p>Os quesitos foram respondidos pela área de Suprimentos, pela Comissão Permanente de Licitação e o Setor de Responsabilidade Socioambiental.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

A TREN SURB tem como estratégia buscar sua sustentabilidade, sendo uma das ações o gerenciamento das contas de água e luz, com acompanhamento dos gestores.

Campanhas visando a diminuição o consumo de água e energia elétrica, são desenvolvidas constantemente, como exemplo, no Dia Mundial da Água houve a distribuição de materiais gráficos mostrando estatísticas e chamando atenção para as diferentes utilidades da água, também foram realizadas ações em parceria com o Greenpeace e lançada matéria especial no Jornal interno com título: “Você limpa a água? Além disto, foram apresentados filmes, realizadas palestras e exposições que marcaram o Dia Mundial da Água na TREN SURB.

A TREN SURB até 2012 possuía um Grupo de Trabalho de Gestão Ambiental que desenvolvia campanhas constantes de conscientização, quanto ao consumo de energia desenvolveu uma “Blits” no qual o objetivo foi entregar etiqueta de porta, em papel reciclável, com dicas de economia que trazia os dizeres: “Seja agente faça: apague as luzes ao sair da sala, desligue os computadores...”. Também foi realizada palestra aos empregados tratando da Eficientização Energética em casa e no trabalho. Porém como evolução a empresa criou o Setor de Responsabilidade Socioambiental (SERAM) a qual a partir de 2012 dá continuidade e amplia as atividades do GTGA.

Quadro A.9.2 - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Valores em R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)	2011			Comissão interna constituída por Resolução da Presidência para Implementação do programa A3P.		
				Criação do Setor de Responsabilidade Socioambiental (SERAM) que tem como principal atribuição estabelecer as políticas social e ambiental, além de acompanhá-las e monitorá-las através de ações que busquem a sustentabilidade nestes contextos.		
				Coleta seletiva. Descarte ecológico de lâmpadas fluorescentes.		
				Campanhas: Seminário de Ética, Responsabilidade Social e Meio Ambiente (anual).		
				Lançamento da campanha “A mudança começa em nós”. Conscientização para a mudança comportamental quanto aos hábitos relacionados à energia elétrica.		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (cento)	2.600	8.100	18.600	R\$4.739,00	R\$14.060,00	R\$31.290,00
Água	285293	303628	56758	R\$ 997.920,43	R\$1.131.784,62	R\$ 796.019,41
Energia Elétrica	7450674	6611317	6092736	R\$ 3.022.343,68	R\$ 2.256.215,84	R\$ 2.132.014,77
			Total	R\$ 4.025.003,11	R\$ 3.402.060,46	R\$ 2.959.324,18

Fonte: SERAM (Setor de Responsabilidade Socioambiental) e GESUP (Gerência de Suprimentos)

10 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Quadro A.10.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A					958
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	026.291/2008-6	756/2012 PL	1.8	DE	Of.264/2012-TCU/SECOB-4
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A					958
Descrição da Deliberação:					
1.8 Determinar à TRENSURB que, doravante, ao dar cumprimento ao item 9.3.2 do Acórdão 2.450/2007 – Plenário, mantenha a documentação elaborada em seu poder, a qual poderá ser requisitada pelo Tribunal oportunamente.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SUDEX/GEPRO					958
Síntese da providência adotada:					
Enviado para conhecimento da área responsável pelo SICAU (Sistema de Controle de Auditoria) da referida decisão.					
Síntese dos resultados obtidos					
ATENDIMENTO TOTAL					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A					958
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	014.182/2011-4	3001/2012 1ªCamara	9.3	DE	Of. 593/2012-TCU/SECEX-RS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A					958
Descrição da Deliberação:					
9.3. Autorizar a realização de auditoria na Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (TRENSURB) pela Secex-RS para avaliar os controles internos desenvolvidos na unidade jurídica para a condução e o acompanhamento dos processos trabalhistas.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
GEJUR					958
Síntese da providência adotada:					
A Auditoria foi realizada no mês de agosto/2012 pelos Auditores Federais de Controle Externo, onde foram disponibilizados os documento necessários para a realização da mesma.					
Síntese dos resultados obtidos					
ATENDIMENTO TOTAL					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A					958
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	007.077/2010-6	3290/2010 2°C.	1.4.4	DE	Of. 557/2010 TCU/SEMAG
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Descrição da Deliberação:					
<p>Dar conhecimento e adoção de medidas do Acórdão 7273/2010 no item 1.4.4 que determinou à CBTU e à TRENSURB que façam inventário completo e individualizado de todos os bens imóveis ainda não cadastrados no SPIUnet, adotando as providências legais e/ou administrativas cabíveis para sua regularização jurídica, de acordo com as características próprias de cada bem e de forma que eles se tornem aptos a serem cadastrados no SPIUnet. Ato contínuo procedam aos devidos cadastramentos dos imóveis no SPIUnet, na medida em que sua situação jurídica for sendo regularizada, informando a este Tribunal, nos próximos relatórios de gestão, as medidas que estão sendo adotadas.</p>					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
PRES e GECOP.					958
Justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>a) Inventário dos bens Imóveis: O Inventário de bens imóveis de 2012 foi entregue a Presidência e esta atualizado; Estamos trabalhando com afinco na regularização dos bens imóveis com pendências junto a cartórios, órgãos públicos municipais, para termos o título definitivo de propriedade, nesta situação temos 88 imóveis em processo de regularização, 212 já regularizados e 30 para regularizar.</p> <p>b) Cadastramentos dos bens imóveis no SPIUnet: Os bens imóveis da TRENSURB não estão cadastrados no SPIUnet, em virtude de deficiências no Sistema de cadastro dos bens do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União, pela situação e esclarecimentos abaixo. Assuntos tratados na reunião que resultou o referido Acórdão TCU Nº 7273/2010 continuam pendentes de atendimento por parte da SPU/MP que impedem o registro no SPIUNET são eles:</p> <p><i>“a) não há no SPIUnet a possibilidade de cadastramento de alguns “Tipo do imóvel, Tipo de vocação, Tipo de estrutura e Fator KP, etc.” para casos tais como: passarelas, subestações, pontes, viadutos, etc. que representam a realidade operacional da CBTU e da TRENSURB;”</i></p> <p><i>“b) durante a operação do SPIUnet, em diversos momentos ocorre à emissão de mensagem informando que o tempo da sessão expirou. Tal fato ocorre sempre que o usuário necessita de um tempo superior a 9 ou 10 minutos para registrar um imóvel. Sempre que o sistema cai, todos os dados informados são perdidos, exigindo que o processo seja reiniciado;”</i></p> <p><i>“c) não foi realizada uma verificação para atestar a existência dos bens advindos da Rede Ferroviária Federal cadastrados no Siafi. A ausência desta verificação causa insegurança no servidor responsável pelo cadastramento no SPIUnet;”</i></p> <p><i>“d) os bens que advêm da antiga Rede Ferroviária Federal e foram transferidos a TRENSURB e a CBTU não tem documentação com numeração de registro de imóveis, o que impede o cadastramento no sistema.”</i></p> <p><i>“f) os bens que já foram contabilizados no Siafi e caso sejam cadastrados no SPIUnet irão gerar duplicidade de registro no Siafi; e”.</i></p> <p><i>g) no SPIUnet, a “data da avaliação do imóvel!” deve ser sempre posterior a 1º/1/2000, sendo que muitos dos bens em questão foram avaliados em datas anteriores a esta.”</i></p>					

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

a) O Prazo de atendimento depende dos agentes externos, muito embora, estamos trabalhando com afinco na regularização dos bens imóveis com pendências junto a cartórios, órgãos públicos municipais, para termos o título definitivo de propriedade, nesta situação temos 88 imóveis em processo de regularização.

b) Quanto às melhorias no SPIUnet para que possamos efetuar os registros, a informação que temos da SPU conforme registrado no ref. Acórdão é que a mesma está aguardando orçamento para poder fazer as alterações necessárias para atender a nós e outros órgãos. A seguir transcrevemos o item 29 do Acórdão 3290/2010 – Processo 007.077.2010-6 que descreve esta situação “Ouvida à versão dos técnicos da CBTU e da Trensurb durante a reunião, esta Secretaria realizou outra reunião com técnicos da SPU, tendo verificado que praticamente todas as alegações enumeradas nas sublineas “a” a “g” mencionadas tem fundamento. A SPU também informou, mediante o Ofício nº 542/SPU/MP, de 7 de julho de 2010, acostado as fis. 33 dos autos, que as ações necessárias ao saneamento das pendências de registro imobiliário da CBTU e da Trensurb, por se tratarem de problemas pontuais, exigem aumento nos custos de manutenção do SPIUnet. Registrou que o desenvolvimento de um novo sistema para gestão dos bens da União aguarda negociação de um financiamento do Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio da União (PMGPU) com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cuja previsão de execução é de quatro anos.” Sendo assim concluímos que a providência para atendimento deste Acórdão está dependendo diretamente da SPU, para tanto reiterarmos nossas solicitações por meio da CE DIRAF 0046/2013 de 9 de maio de 2013 para Secretaria do Patrimônio da União –SPU solicitando agilização no processo de alteração do SPIUnet.

10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício
Quadro A.10.3 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201203886	3.1.1.1	e-mail/2012/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR -
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos que a empresa providencie o cadastro dos atos de admissão no SISAC e encaminhe ao Controle Interno a documentação comprobatória no prazo de 60 (sessenta) dias, conforme previsto no art. 7º da IN/TCU nº 55/2007.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Setor de Pessoal – SEPES			958
Síntese da providência adotada:			
Implantada a rotina de disponibilização das informações de admissões e demissões (SISAC) tanto em meio eletrônico quanto em meio físico definindo como prazo máximo a entrega em 60 (sessenta) dias.			
Síntese dos resultados obtidos			
ATENDIMENTO TOTAL			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201203886	3.2.1.1.	e-mail/2012/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR -
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos à Unidade que adequar os seus mecanismos de controle interno, afetos à entrega das Declarações de Bens e Rendas, de forma a assegurar o integral adimplemento das obrigações estabelecidas na Lei ⁰ 8.730/1993.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Setor de Pessoal – SEPES			958
Síntese da providência adotada:			
O controle implementado para entrega anual das declarações de bens e rendas ou autorizações de acesso eletrônico destas no site da Receita Federal do Brasil é realizado no formato manual. Gera-se um relatório no Sistema de Recursos Humanos - Sigam Web onde são identificados os empregados que ocuparam função de confiança, cargo comissionado ou cargo de Diretor realiza-se uma verificação daqueles que entregaram a Declaração de Bens e Rendas ou autorização de acesso eletrônico a estas. Aqueles que não entregaram realiza-se contato por e-mail e/ou por telefone. Os documentos entregues são arquivados no Setor de Pessoal.			
Síntese dos resultados obtidos			
ATENDIMENTO TOTAL			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	201203886	3.2.1.1	e-mail/2012/GAB/CGU Regional/RS/CGU-PR -
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos à TRENSURB que, para aqueles casos em que houve desatendimento da Lei nº 8.730/93, em relação à entrega das declarações de bens e rendas cabíveis para o exercício 2011, seja providenciada a entrega de tais declarações e o arquivamento das mesmas junto à Unidade.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Setor de Pessoal – SEPES			958
Síntese da providência adotada:			
No ano de 2011 foi seguida a recomendação de providenciar as declarações não entregues do ano, bem como o arquivamento na pasta funcional dos empregados.			
Síntese dos resultados obtidos			
ATENDIMENTO TOTAL			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	201203886	4.1.2.1	e-mail/2012/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR -
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos à Unidade que, doravante, se abstenha de utilizar sistemática de licitação diversa do Pregão, quando se tratar de bens e serviços comuns, a menos que reste caracterizada, em forma inequívoca, a inviabilidade de aplicação da referida modalidade licitatória.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Comissão Permanente de Licitações - COPEL			958
Síntese da providência adotada:			
Seguiremos a recomendação e doravante não adotaremos a sistemática de licitação diversa do pregão, quando se tratar de bens e serviços comuns, a menos que reste caracterizada a inviabilidade de aplicação da referida modalidade licitatória. Nos casos de bens e serviços comuns, onde a modalidade a ser adotada deve ser preferencialmente pregão eletrônico ou em último caso pregão presencial o referido processo será enviado ao SECOM (Setor de Compras) para que este execute o procedimento licitatório.			
Síntese dos resultados obtidos			
ATENDIMENTO TOTAL			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	201203886	4.2.2.1	e-mail/2012/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR -
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos à Unidade que, doravante, se abstenha de utilizar sistemática de licitação diversa do Pregão Eletrônico, quando se tratar de bens e serviços comuns, a menos que reste caracterizada a inviabilidade de aplicação desta sistemática do Pregão.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Setor de Compras - SECOM			958
Síntese da providência adotada:			
Esta UO absteve-se de utilizar sistemática de licitação diversa do Pregão Eletrônico, para contratação de bens e serviços comuns, excetuando-se os casos em que houve a inviabilidade de aplicação desta sistemática do Pregão.			
Síntese dos resultados obtidos			
ATENDIMENTO TOTAL			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	201203886	4.2.3.1	e-mail/2012/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR -
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos que a Empresa, por meio do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, aprimore o processo de planejamento, contratação e gestão das soluções de TI adotadas no âmbito da TRENSURB.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gerência de Informática - GEINF			958
Síntese da providência adotada:			
REP 0171/2011 – Constituição do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI. Desde então o CGTI tem se reunido periodicamente com reunião registradas em Atas. Pelas atribuições dadas ao CGTI e pelo conteúdo dos assuntos já tratados, resumidos na tabela e atas das reuniões, percebe-se que a partir da orientação da CGU e em atendimento à REP 00171/2011 o processo de planejamento, contratação e gestão das soluções de TI a serem adotadas no âmbito da TRENSURB foi amplamente modificado. O CGTI é passagem obrigatória dos processos de contratação de soluções de TI.			
Síntese dos resultados obtidos			
ATENDIMENTO TOTAL			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	201203886	4.3.2.1	e-mail/2012/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR -
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos à Unidade que, doravante, se abstenha de promover procedimentos licitatórios sem a precisa definição do objeto a ser executado pela licitantes, nos termos do § 4º, do art. 7º da Lei 8.666/93.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Comissão Permanente de Licitações - COPEL			958
Síntese da providência adotada:			
Seguiremos a recomendação e doravante não promoveremos procedimentos licitatórios sem a precisa definição do objeto a ser executado pelas licitantes. Orientaremos as áreas demandantes que na elaboração do Projeto Básico seja definido precisamente o objeto a ser executado nos termos do § 4º, do art. 7º da Lei 8.666/93.			
Síntese dos resultados obtidos			
ATENDIMENTO TOTAL			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	201203886	4.3.2.1	e-mail/2012/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR -
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos ainda à TRENSURB que somente promova contratações de obras e prestação de serviços mediante a prévia elaboração de orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários, nos termos do inc. II, do § 2º do art. 7º da Lei 8.666/93 c/c o inc. II, do § 2º do art. 40 da Lei 8.666/93.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Comissão Permanente de Licitações - COPEL			958
Síntese da providência adotada:			
Seguiremos a recomendação e não promoveremos a contratação de obras e prestação de serviços sem a prévia elaboração de orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários. Orientaremos as áreas demandantes que na elaboração do Projeto Básico, visando a contratação de obras e prestação de serviços, sejam incluídas planilhas orçamentárias que expressem a composição de todos os custos unitários, conforme os termos do inc. II, do § 2º do art. 7º da Lei 8.666/93 c/c o inc. II, do § 2º do art. 40 da lei 8.666/93.			
Síntese dos resultados obtidos			
ATENDIMENTO TOTAL			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	201203886	4.3.2.1	e-mail/2012/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR -
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos à Unidade que se abstenha de fazer uso da rubrica “verba” em suas planilhas demonstrativas de serviços e quantitativos, anexas aos instrumentos convocatórios, exceto para itens orçamentários específicos excepcionados pela jurisprudência do TCU.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Comissão Permanente de Licitações - COPEL – Setor de Projetos - SEPRO			958
Síntese da providência adotada:			
Seguiremos a recomendação e nos procedimentos licitatórios seguintes não utilizaremos a rubrica “verba” em planilhas demonstrativas de serviços e quantitativos, anexas aos instrumentos convocatórios. Orientaremos as áreas demandantes para que na elaboração do Projeto Básico se abstenham de fazer uso da rubrica “verba” em suas planilhas demonstrativas, exceto para itens orçamentários específicos excepcionados pelo TCU.			
Síntese dos resultados obtidos			
ATENDIMENTO TOTAL			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação completa:			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	201203886	4.3.2.1	e-mail/2012/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR -
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos ainda à Unidade que, no caso específico em análise, realize a abertura dos itens tratados como “verba”, com o objetivo de comprovar a compatibilidade dos valores contratados com preços referenciais de mercado para os serviços e quantitativos efetivamente executados.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Setor de Projetos - SEPRO			958
Síntese da providência adotada:			
Os itens 3.1 e 3.2 da planilha de medição, respectivamente relativos à mão de obra e materiais utilizados na recuperação estrutural da passarela estão devidamente abertos com o objetivo de comprovar a compatibilidade dos valores contratados com preços referenciais de mercado para os serviços efetivamente executados. As fontes de consulta são SINAPI e PLEO, com base de julho /2011, o que dá uma defasagem de 1,35% (mão de obra) e 1,21% (materiais), em relação à data da contratação e execução dos serviços, novembro/2010.			
Síntese dos resultados obtidos			
ATENDIMENTO TOTAL			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação completa:			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	201203886	4.3.2.2	e-mail/2012/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR -
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos à Unidade que, doravante, apense aos processos de Inexigibilidade de Licitação a justificativa do preço praticado, conforme determinado pela Lei 8.666/93.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Setor de Compras - SECOM			958
Síntese da providência adotada:			
Nos processos de Inexigibilidade de Licitação, conforme orientação vem sendo juntada ao processo a justificativa do preço praticado, conforme determinado pela Lei 8.666/93.			
Síntese dos resultados obtidos			
ATENDIMENTO TOTAL			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação completa:			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	201203886	4.3.2.2	e-mail/2012/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR -
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Descrição da Recomendação:			
Nos casos de Inexigibilidade de Licitação com fulcro no inc. I do art. 25 da Lei de Licitações (fornecedor exclusivo), recomendamos que o atendimento ao comando legal referido seja realizado por meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou privados, ou por outros meios equivalentes, nos termos da Orientação Normativa AGU nº 17.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Setor de Compras - SECOM			958
Síntese da providência adotada:			
Nos casos de Inexigibilidade de Licitação com fulcro no inc. I do art. 25 da Lei de Licitações (fornecedor exclusivo), tem-se realizado a comparação da proposta apresentada com os preços praticados pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou privados, ou por outros meios equivalentes, nos termos da Orientação Normativa AGU nº 17.			
Síntese dos resultados obtidos			
ATENDIMENTO TOTAL			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação completa:			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	201203886	4.4.2.1	e-mail/2012/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR -
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos à Unidade que adeque a sua sistemática de controle da execução do Termo de Compromisso nº 001/09, de modo a atender ao previsto no referido contrato em relação à suas atribuições e responsabilidades no processo de acompanhamento e fiscalização da execução do objeto			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gerência de Desenvolvimento e Engenharia - GEDEN			958
Síntese da providência adotada:			
Conforme exposto, a partir de julho/2012, passamos a adotar o novo procedimento proposto no MO-130/2012, na presunção de que assim estaríamos atendendo o apontado pela CGU. Ao final do MO-041/2013, de 21.02.13, informamos o estágio atual das obras, em que "consta-se que do conjunto de 7 (sete) contratos que asseguram a plena implementação do objeto firmado no Termo de Compromisso, 6 (seis) estão totalmente concluídos e disponibilizados aos respectivos usos, e o único pendente, tem previsão de conclusão em março/2013, com percentual executado de 91,29%.			
Síntese dos resultados obtidos			
ATENDIMENTO TOTAL			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação completa:			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação da Nota de Auditoria	Item do NA	Comunicação Expedida
01	201203886/01	01	e-mail/2012/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR -
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Descrição da Recomendação:			
Elaborar e implantar o Plano Estratégico ou Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PETI ou PDTI da TRENSURB.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gerência de Informática - GEINF			958
Síntese da providência adotada:			
Informamos que o Plano Diretor de Tecnologia da Informação para a TRENSURB foi aprovado em reunião da Diretoria Executiva realizada em 04/09/2012, conforme ata nº 966, de acordo com CI SUDEX 0034/2012.			
Síntese dos resultados obtidos			
ATENDIMENTO TOTAL			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação completa:			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação da Nota de Auditoria	Item do NA	Comunicação Expedida
02	201203886/01	03	e-mail/2012/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR -
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos que a TREN SURB busque alternativas para estabelecer um programa de manutenção preventiva para o equipamento ou a aquisição de outro equipamento para evitar a descontinuidade dos serviços prestados.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Setor de Oficina - SEOFI			958
Síntese da providência adotada:			
Reiteramos que, tecnicamente o sistema afetado pela avaria não necessita ser agregado a um plano de manutenção preventiva, pois a falha foi de natureza imprevista em um componente de alta confiabilidade. De qualquer forma incluiremos este item nos planos de manutenção programada destinados a este veículo			
Síntese dos resultados obtidos			
ATENDIMENTO TOTAL			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação completa:			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação da Nota de Auditoria	Item do NA	Comunicação Expedida
03	201203886/01	03	e-mail/2012/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR -
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos à Unidade que, doravante, se abstenha de efetuar contratações por meio de dispensa emergencial de licitação, quando for viável a execução de contratação por meio de regular processo licitatório.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Setor de Compras - SECOM			958
Síntese da providência adotada:			
Informo que a emergência da contratação é justificada pela Unidade Organizacional requerente no Projeto Básico, assim como a contratação na forma emergencial e sua justificativa passam pelo aval da Gerência Jurídica (que emite parecer). Informo que atenderemos a recomendação dada pela CGU de abster-nos de efetuar contratações por meio de dispensa emergencial de licitação quando for viável a execução de contratação por meio de regular processo licitatório.			
Síntese dos resultados obtidos			
ATENDIMENTO TOTAL			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação completa:			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação da Nota de Auditoria	Item do NA	Comunicação Expedida
04	201203886/01	04	e-mail/2012/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR -
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos à Unidade que, doravante, se abstenha de efetuar contratações por meio de inexigibilidade de licitação, em situações que não reste adequadamente caracterizada a natureza singular do objeto; e a notória especialização do contratado.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gerência Jurídica - GEJUR			958
Síntese da providência adotada:			
Todavia compreendemos a divergência de interpretação formulada pela área técnica da Controladoria Geral da União, no item da nota de auditoria supracitada e estamos acolhendo a recomendação de abster-se de efetuar contratações por meio de inexigibilidade de licitação, em situações que não reste adequadamente caracterizada a natureza singular do objeto; e a notória especialização do contratado, de forma imediata			
Síntese dos resultados obtidos			
ATENDIMENTO TOTAL			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação da Nota de Auditoria	Item do NA	Comunicação Expedida
05	201203886/01	05	e-mail/2012/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR -
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos à Unidade que se abstenha, doravante, de realizar despesas com comemorações e festividades, a menos que reste configurada, em forma inequívoca, a relação direta entre tais eventos e os propósitos institucionais da Unidade.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gerência de Orçamento e Finanças - GEORF			958
Síntese da providência adotada:			
Com relação a natureza das despesas passíveis de consecução, segundo as diretrizes e propósitos institucionais da TRENSURB, informamos que doravante a Empresa tomará as devidas precauções no sentido de não mais promover atividades de recreação e lazer, que visem uma maior integração da Empresa com os empregados, seus familiares, colaboradores e empresas terceirizadas.			
Síntese dos resultados obtidos			
ATENDIMENTO TOTAL			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.10.4 - Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201203886	2.1.1.1	e-mail/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR-
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos à Unidade que envide esforços na regularização da situação dos Bens Imóveis de Uso Especial sob sua responsabilidade, e no registro desses imóveis no sistema SPIUnet, de modo a atender, no menor prazo possível, as determinações contidas no Acórdão TCU nº 7273/2010 – 2ª Câmara.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Setor de Contabilidade - SECOP			958
Justificativa para o seu não cumprimento:			
<p>a) Inventário dos bens Imóveis: O Inventário de bens imóveis de 2012 foi entregue a Presidência e esta atualizado. Estamos trabalhando com afinco na regularização dos bens imóveis com pendências junto a cartórios, órgãos públicos municipais, para termos o título definitivo de propriedade, nesta situação temos 88 imóveis em processo de regularização, 212 já regularizados e 30 para regularizar.</p> <p>b) Cadastramentos dos bens imóveis no SPIUnet: Os bens imóveis da TRENSURB não estão cadastrados no SPIUnet, em virtude de deficiências no Sistema de cadastro dos bens do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União, pelas situação e esclarecimentos abaixo. Assuntos tratados na reunião que resultou o referido Acórdão TCU Nº 7273/2010 continuam pendentes de atendimento por parte da SPU/MP que impedem o registro no SPIUNET são eles:</p> <p><i>“a) não há no SPIUnet a possibilidade de cadastramento de alguns “Tipo do imóvel, Tipo de vocação, Tipo de estrutura e Fator KP, etc.” para casos tais como: passarelas, subestações, pontes, viadutos, etc. que representam a realidade operacional da CBTU e da TRENSURB;”</i></p> <p><i>“b) durante a operação do SPIUnet, em diversos momentos ocorre à emissão de mensagem informando que o tempo da sessão expirou. Tal fato ocorre sempre que o usuário necessite de um tempo superior a 9 ou 10 minutos para registrar um imóvel. Sempre que o sistema cai, todos os dados informados são perdidos, exigindo que o processo seja reiniciado;”</i></p> <p><i>“c) não foi realizada uma verificação para atestar a existência dos bens advindos da Rede Ferroviária Federal cadastrados no Siafi. A ausência desta verificação causa insegurança no servidor responsável pelo cadastramento no SPIUnet;”</i></p> <p><i>“d) os bens que advém da antiga Rede Ferroviária Federal e foram transferidos a TRENSURB e a CBTU não tem documentação com numeração de registro de imóveis, o que impede o cadastramento no sistema.”</i></p> <p><i>“f) os bens que já foram contabilizados no Siafi e caso sejam cadastrados no SPIUnet irão gerar duplicidade de registro no Siafi; e”.</i></p> <p><i>g) no SPIUnet, a “data da avaliação do imóvel!” deve ser sempre posterior a 1º/1/2000, sendo que muitos dos bens em questão foram avaliados em datas anteriores a esta.”</i></p>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<p>a) O Prazo de atendimento depende dos agentes externos, muito embora, estamos trabalhando com afinco na regularização dos bens imóveis com pendências junto a cartórios, órgãos públicos municipais, para termos o título definitivo de propriedade, nesta situação temos 88 imóveis em processo de regularização.</p> <p>b) Quanto às melhorias no SPIUnet para que possamos efetuar os registros, a informação que temos da SPU conforme registrado no ref. Acórdão é que a mesma está aguardando orçamento para poder fazer as alterações necessárias para</p>			

atender a nós e outros órgãos. A seguir transcrevemos o item 29 do Acórdão 3290/2010 – Processo 007.077.2010-6 que descreve esta situação “Ouvindo à versão dos técnicos da CBTU e da Trensurb durante a reunião, esta Secretaria realizou outra reunião com técnicos da SPU, tendo verificado que praticamente todas as alegações enumeradas nas sublineas "a" a "g" mencionadas tem fundamento. A SPU também informou, mediante o Ofício nº 542/SPU/MP, de 7 de julho de 2010, acostado as fis. 33 dos autos, que as ações necessárias ao saneamento das pendências de registro imobiliário da CBTU e da Trensurb, por se tratarem de problemas pontuais, exigem aumento nos custos de manutenção do SPIUnet. Registrou que o desenvolvimento de um novo sistema para gestão dos bens da União aguarda negociação de um financiamento do Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio da União (PMGPU) com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cuja previsão de execução é de quatro anos.” Sendo assim concluímos que a providência para atendimento deste Acórdão está dependendo diretamente da SPU, para tanto reiterarmos nossas solicitações por meio da CE DIRAF 0046/2013 de 9 de maio de 2013 para Secretaria do Patrimônio da União –SPU solicitando agilização no processo de alteração do SPIUnet.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação da Nota de Auditoria	Item do NA	Comunicação Expedida
02	201203886/01	02	e-mail/2012/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR -
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Descrição da Recomendação:			
Formalizar a Política de Segurança da Informação (PSI) e implementá-la por meio do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gerência de Informática - GEINF			958
Justificativa para o seu não cumprimento:			
O processo 3051/2012 referente a elaboração da Norma de Política de Segurança da Informação (NPG-INF-501), está tramitando internamente para aprovação prevista em DIREX, no 1º semestre de 2013.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

10.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A) ESTRUTURA E POSICIONAMENTO DA UNIDADE DE AUDITORIA NO ORGANOGRAMA DA UJ;

Conforme Estatuto art. 43 a auditoria interna está vinculada ao Conselho de Administração.

“Art. 43º - A TRENSURB terá em sua estrutura organizacional, uma unidade de Auditoria Interna, vinculada diretamente ao Presidente do Conselho de Administração, sob a responsabilidade de Chefe que somente será admitido ou dispensado por proposta da Diretoria Executiva aprovada pelo Conselho de Administração, vedada a delegação, em qualquer caso, a outro órgão da Sociedade.” (Organograma TRENSURB página 15).

B) TRABALHOS MAIS RELEVANTES REALIZADOS NO EXERCÍCIO E PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES;

Relatório nº: 337/12 – Folha de Pagamento

Áreas Auditadas: DIRAF/GEREH/SEPES

Período: 02/01/2012 a 27/01//2012

Constatações:

4.1 – Incidência de Adicional de Periculosidade sobre Férias

Constatação (1): verificamos que o adicional de periculosidade pago durante o período aquisitivo de férias não está sendo computado, nos casos em que o empregado deixa de ganhar este adicional no mês de concessão das férias, em desacordo com o art. 142 § 6º da CLT.

4.2 – Rescisões Contratuais

Constatação (1): verificamos que nas rescisões complementares dos empregados demitidos em abril/2008, dentre outras rescisões examinadas, não foram recolhidos os valores referente ao FGTS e INSS.

4.3 – Cálculo de Férias

Constatação (1): verificamos inconsistências nos pagamentos referentes às médias de horas extras e DSR incidentes sobre férias em Jul/2011. Verificamos que as divergências encontradas nas horas extras deve-se ao fato de que o sistema está buscando o período aquisitivo divergente, ou seja, se o período aquisitivo era de 27/12/2009 a 26/12/2010 e o sistema efetuou o cálculo de 16/10/2009 a 15/10/2010. Quanto ao descanso semanal remunerado - DSR o sistema não está buscando o mês calendário de férias, nem o mês de adiantamento de férias, nem a média do DSR.

Relatório nº: 338/12 - Balanço de 31/12/2011

Área Auditada: DIRAF/GEORF/SECOP

Período: 01/02/2012 a 05/03/2012

Constatações:

4.1.1 Assistência Médica - Plano Pré-pago

Constatação (1): verificamos o prolongamento do saldo desta conta devido a falhas nos controles internos e à ausência de norma interna que discipline o cancelamento no caso de inadimplemento de ex-empregados.

4.1.2.1 Infrações de Trânsito

Constatação (1): verificamos a pendência de valores antigos nesta conta referente a infrações de trânsito, que por ausência de uma planilha de controle de infrações não foi possível identificar os condutores.

4.2 – Adiantamento de Férias

Constatação (1): verificamos que não existe relatório com a conciliação da conta de Adiantamento de Férias.

4.3 – Adiantamento de Rescisões

Constatação (1): verificamos a existência de valores pendentes a 3 anos nesta conta referente a rescisões complementares de ex-empregados pagas em abril de 2008, cujos encargos não foram recolhidos, tampouco foi realizado o cálculo pelo SEPES dos valores referentes à FGTS, INSS e demais encargos sociais.

4.4 – Provisão para risco de Crédito – Adiantamento de salário, férias e outros.

Constatação (1): Verificamos a existência de valores provisionados na conta abaixo relacionada cujo saldo refere-se a valores com possibilidade remota de recebimento, sem definição da natureza do crédito, pensão paga e valores a receber desde 2003.

4.5 – Adiantamento a Fornecedores

Constatação (1): verificamos a existência de créditos pendentes de períodos anteriores referentes a pagamento a maior, baixa parcial de impostos recolhidos e devoluções de materiais.

Relatório nº: 339/12 – Contratos e Convênios

Áreas Auditadas: DIRAF/GEORF/SEACO - GEJUR

Período: 12/03/12 a 13/04/12

Constatações:

4.1 Garantia Contratual

Constatação (1): No contrato abaixo assinado não restou consignado cláusula de prestação de garantia contratual, embora nos instrumentos convocatórios houvesse tal previsão.

Constatação (2): Verificamos que a empresa contratada utiliza equipamentos de valor significativo na execução do objeto contratual que fazem parte do patrimônio da TRENSURB sem um documento formalizado de responsabilidade sobre o uso dos mesmos, fato que está em desacordo com a lei das licitações e gera risco de não haver ressarcimento caso aconteça um sinistro.

4.2 Termos de Cooperação Firmados pela TRENSURB

Constatação (1): Verificamos que os Termos de Cooperação da Real e da Vianova, assinados em agosto de 2011, estão na METROPLAN para aprovação desde aquela data e ainda não retornaram para a TRENSURB, situação que afeta o princípio da publicidade e está em desacordo com o artigo 116 da Lei 8.666/93, além de causar transtornos na execução do objeto avençado.

Constatação (2): Ausência do Termo de Encerramento Definitivo no processo 2070/2006 - Termo de Cooperação com a METROPLAN, assinado em 28/12/2006, sendo a última renovação assinada em 28/12/2009.

4.3 Seguro Garantia

Processo 0465/2007 - Limpeza TUE'S

Constatação (1): Verificamos que o seguro garantia do contrato com a empresa vencedora do certame não foi acionado quando a mesma faliu.

Constatação (2): Nos trabalhos de auditoria foi observado que nenhum seguro dos contratos que utilizem mão de obra possui de forma clara a cobertura das obrigações trabalhistas da contratada no caso de ocorrer inadimplência.

Relatório nº: 340/12 – Rede Aérea

Áreas Auditadas: DIROP/GESIS/SENERG

Período: 02/05/2012 a 12/07/2012

Constatações:

4.1 Veículos da Manutenção

Constatação (1): Verificamos que os veículos de manutenção apresentam claros sinais de envelhecimento, com vários problemas de ordem operacional e de segurança.

4.2. Manutenções nas obras civis que passam sobre a linha do trem

Constatação (1): Verificamos que a providência adotada não resolveu o problema, é evidente o rápido desgaste no pavimento e em breve o local voltará a ter infiltração que novamente colocará em risco a sustentação da rede aérea da TRENSURB, com a possibilidade de ocorrência de queda de placas de concreto nos cabos, por exemplo.

4.3 Desenergização da via (NR-10)

Constatação (1): Constatamos que na prática existe um cumprimento parcial da norma, dos seis procedimentos, efetivamente três são realizados: seccionamento, constatação da ausência de tensão e o aterramento temporário. O conceito existente é de apenas desligamento.

4.4. Piso das oficinas do SENERG

Constatação (1): O piso térreo do prédio onde se localiza o Setor de Energia – SENERG apresenta afundamento acentuado, situação que gera insegurança aos empregados e risco de danos às fiações elétricas.

4.5 Roupas FR (fire resistance) para uso em instalações elétricas

Constatação (1): Verificamos que não existe um estudo da resistência das vestimentas utilizadas pelos empregados da empresa nos serviços em áreas de risco elétrico, contrariando a Portaria 205/2011 do Ministério do Trabalho.

4.6 Indicadores - SENERG

Constatação (1): Constatamos que não foi realizada perícia técnica no TUE 104, o primeiro trem a ser envolvido no episódio. Este ficou parado na via durante todo o trabalho de restabelecimento da rede aérea sem o setor responsável pelo conserto ser acionado pelo centro de controle.

Constatação (2): Verificamos que 40% das proposições definidas continuam com prazo de atendimento pendente, situação que gera risco de acontecer às mesmas falhas na execução das ações em situações de emergência operacional.

4.7. Cursos de Capacitação Técnica para empregados do SENERG

Constatação (1): Constatamos que 42% da equipe do SENERG estão desatualizada nos cursos essenciais para trabalhos em instalações elétricas, contrariando o item 10.8.8.2 da Norma NR10.

Relatório nº: 341/2012 – Via Permanente

Área Auditada: DIROP/GEMAN/SEVIP

Período: 01/08/2012 a 15/10/2012

Equipe: 01 auditor

Constatações

4.1. Estrutura da SEVIP

Constatação (1): Verificamos que o efetivo de pessoal da SEVIP (principalmente com relação a técnicos em estradas) está aquém da necessidade para o cumprimento de suas atribuições definidas no Regimento Interno da TRENSURB, fato que pode prejudicar a qualidade da fiscalização nos trabalhos de manutenção da via.

4.2. Material sobre a via corrida

Constatação (1): Verificamos que não existe proteção da via contra o material depositado sob a guarda da associação (lixo reciclável), situação que compromete a manutenção da SEVIP. O lixo acaba sendo jogado nos trilhos, principalmente em dias de chuva, contaminando o lastro da linha férrea.

4.3 Acesso à via na Estação Farrapos –SEMAP

Constatação (1): Verificamos que na plataforma da Estação Farrapos não existe portão na escada que dá acesso a via sentido sul, condição que facilita a entrada de pessoas estranhas na linha do trem.

4.4 Veículos da manutenção

Constatação (1): O veículo Socadora Plasser, por problemas de peças de reposição e idade avançada, não está realizando a correção geométrica pesada da via permanente, situação que impede o serviço de nivelamento e alinhamento da via e prejudica a manutenção do SEVIP como um todo. Importante observar que a vida útil desse veículo já excedeu em mais de dez anos.

4.5. Bacia rodo ferroviária

Constatação (1): Verificamos a existência de uma comporta junto à casa de bombas que dá vazão a todo volume de água da área do DC Navegantes (volume esse de responsabilidade da administração municipal). O fato é que a estrutura não foi projetada para suportar o esgotamento pluvial dessa região e sim a água que entra apenas na área limítrofe do trem. A mesma comporta também recebe grande volume de resíduos clandestinos, muitos oriundos de empresas de produtos químicos, além do lixo das ruas que fica alojado junto às bombas de drenagem.

Constatação (2): O local da casa de bombas possui câmeras de segurança que são importantes para o registro de qualquer acontecimento no seu interior, porém não dificultam a entrada de meliantes. Verificamos que basta utilizar uma pequena escada para qualquer pessoa entrar nas dependências da TRENSURB.

4.6. Equipamentos de Proteção Individual

Constatação (1): Ausência de utilização de EPI nas atividades de manutenção da via permanente quanto à substituição de trilhos (corte solda e esmerilhamento – Trabalho a Quente). Os trabalhadores utilizam em tempo não integral apenas óculos de proteção que protege somente a visão, o rosto fica descoberto.

Relatório nº: 342/2012 - Indicadores

Área Auditada: GEPLA/SEPLA

Período: 03/09/2012 a 18/10/2012

Equipe: 1 auditor

Constatações:

4.1. Indicador “Índice de Satisfação Geral dos Usuários”

Constatação (1): Consta atualizado no Sistema de Gestão Estratégica (SGE) até 30/11/2011.

4.2 Indicador “Receita por Passageiro”

Constatação (1): No cálculo do referido indicador vem sendo utilizada, de forma inadequada, a informação do número de bilhetes vendidos quando o adequado seria o número de passageiros transportados.

Constatação (2): O referido indicador possui como UO responsável o Setor de Contabilidade (SECOP), sendo que o mesmo apenas fornece as variáveis para o cálculo do indicador, não possuindo nenhuma gerência sobre o mesmo.

4.3. Indicador “Custo por Passageiro”

Constatação (1): No cálculo do referido indicador vem sendo utilizada, de forma inadequada, a informação do número de bilhetes vendidos quando o adequado seria o número de passageiros transportados.

Constatação (2): O referido indicador possui como UO responsável o Setor de Contabilidade (SECOP), sendo que o mesmo apenas fornece as variáveis para o cálculo do indicador, não possuindo nenhuma gerência sobre o mesmo.

4.4. Índice de Satisfação dos Empregados

Constatação (1): Falta a atualização do resultado da pesquisa de clima organizacional no Sistema de Gestão Estratégica (SGE), visto que o ano de 2012 está sem informações.

Constatação (2): Falta a publicação do resultado da pesquisa de clima organizacional no painel “gestão à vista”, localizado no saguão do prédio administrativo da TRENSURB.

4.5 Unidades organizacionais sem indicadores do subtipo “gestão”

Constatação (1): Verificamos que algumas UO’s não apresentam indicadores do subtipo gestão, constando apenas informações vinculadas aos demais subtipos. Como exemplos, citamos abaixo unidades que apresentam somente “Qt. Horas-Extras” e “Qt. Periculosidade”.

Constatação (2): Verificamos que algumas UO’s possuem indicadores do tipo “setorial” e subtipo “gestão”, sendo que tais indicadores não apresentam dados relacionados à gestão da área. Como exemplos, os indicadores “receita por passageiro” e “custo por passageiro”, tratados como subtipo “gestão” da SECOP, apresentam dados que poderiam ser enquadrados no tipo “global” e subtipo “financeiro”.

Relatório nº: 343/2012 – Licitações e Compras

Área Auditada: DIRAF/GESUP/SECOM- COPEL

Período: 05/11/2012 a 18/12/12

Equipe: 1 auditor

Constatações:

4.1. Divergência no valor do edital X planilha

Constatação (1): Verificamos que no processo de tomada de preços 2472/12, que trata da contratação de serviços de engenharia para a substituição da cobertura, recuperação estrutural de pilares e pintura da estação Esteio, o valor do edital (fl. 175), não confere com a planilha anexa ao mesmo (fl. 188). Tal divergência ocasionou a desclassificação indevida do licitante Engear Engenharia e Construções Ltda (fl. 659), tendo sido revertida após recurso administrativo da mesma (fl. 669).

4.2 Contratação por dispensa devido à ausência de um contrato vigente para a demanda

Constatação (1): Constatamos que o processo de dispensa 2287/12, que trata de operação emergencial por ônibus (alagamento da bacia rodoferroviária), foi efetuado por não haver um contrato vigente para atendimento da demanda, pois se refere a uma situação recorrente.

4.3 Falta de registro dos processos no sistema Lotus Notes

Constatação (1): Os processos licitatórios das modalidades convite, tomada de preços e concorrência, bem como as atas de reunião, que são da responsabilidade da COPEL, não estão sendo registrados no sistema de acompanhamento de processos do Lotus Notes.

Relatório nº: 344/2012 – Material Rodante

Área Auditada: DIROP/GEMAN/SEOFI

Período: 05/11/2012 a 18/12/2012

Equipe: 1 auditor

Constatações:

4.1. Manutenção da nova frota

Constatação (1): Verificamos que a estrutura atual do SEOFI não está preparada para receber a manutenção dos novos trens. É indispensável à preparação do setor para o novo desafio de manter a frota em operação e para isso deve haver um rigoroso processo de planejamento que responda efetivamente aos fortes investimentos necessários, visto que o primeiro trem já chegará em meados de 2014 e um trabalho dessa magnitude demanda um tempo considerável.

4.2. Bolsas de Ar

Constatação (1): Constatamos que a vida útil das bolsas de ar já passou em mais de 10 anos, visto que as existentes nas composições ainda são originais de fábrica. Essa situação pode comprometer o bom funcionamento do sistema de suspensão dos trens.

4.3. Máquina de jateamento de peças

Constatação (1): A interdição da máquina de jateamento está comprometendo a manutenção de peças vitais para o funcionamento dos trens, principalmente os “abafadores de arco” (possuem a função de evitar curto circuito nos TUE’s em caso de pane).

4.4. Descarte de material

Constatação (1): Ausência de local adequado para armazenamento dos resíduos gerados pelo trabalho de manutenção dos trens, sendo alguns considerados perigosos, como solventes, querosene, tintas, etc., em desacordo com a NBR 12235/1992. Os materiais ficam ao relento e em contato direto com o solo.

C) RELAÇÃO ENTRE A QUANTIDADE DE RECOMENDAÇÕES FEITAS E A QUANTIDADE DE RECOMENDAÇÕES IMPLEMENTADAS PELA ALTA GERÊNCIA;

Processo	Relatório	Atividade	Recomendação	Atendimento	
				TOTAL	PARCIAL
1035/2012	338/2012	Balanço 31/12/2011	7	7	0
1075/2012	337/2012	RH – Folha de Pagamento	3	3	0
2026/2012	339/2012	Contratos e Convênios	6	6	0
2842/2012	340/2012	Rede Aérea	11	8	3
3913/2012	342/2012	Indicadores	8	5	3
3914/2012	341/2012	Via Permanente	7	4	3
0401/2013	343/2012	Licitações e Compras	3	2	1
0400/2013	344/2012	Material Rodante	4	0	4
TOTAL	-	-	49	35	14
%			100%	71%	29%

Das 49 Recomendações feitas por esta auditoria, 71% das recomendações foram atendidas no ano de 2012, as demais seguem em acompanhamento até a sua efetiva implementação.

D) DESCRIÇÃO DAS ROTINAS DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES GERENCIAIS DE IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES EXARADAS PELA AUDITORIA INTERNA;

Após o recebimento do relatório de Auditoria por parte da UO, a Diretoria responsável realiza uma reunião com as gerências envolvidas diretamente, para planejamento do cronograma para atendimento das recomendações de auditoria.

Da mesma forma como será descrito no item a seguir os encaminhamentos são acompanhados pelo SICAU que é o Sistema de Controle de Auditoria da AUDIN, caso o setor responsável pelo atendimento da recomendação não responda no prazo estipulado pela Auditoria, o mesmo encaminha um e-mail para UO superior que será alertada que a recomendação não foi atendida e deverá providenciar o atendimento.

E) INFORMAÇÃO DA EXISTÊNCIA OU NÃO DE SISTEMÁTICA E DE SISTEMA PARA MONITORAMENTO DOS RESULTADOS DECORRENTES DOS TRABALHOS DA AUDITORIA INTERNA;

O monitoramento dos trabalhos de auditoria interna acontece por meio de um sistema de gestão informatizado, denominado de Sistema de Controle de Auditoria - SICAU, onde são registrados todos os Relatórios de Auditoria e encaminhadas para as áreas às respectivas constatações e recomendações, sendo que as respostas dos gestores aos apontamentos realizados por ocasião da auditoria retornam eletronicamente, sendo impressas e arquivadas nos referidos processos, ficando uma cópia armazenada, para fins de acompanhamento dos relatórios até a sua finalização.

Os pontos são monitorados pelo SICAU que é Sistema de Controle de Auditoria que seguem o seguinte fluxo:

- a) A Recomendação é enviada para UO responsável (1) com prazo para atendimento.
- b) A(s) UO(s) imediatamente superior (es) recebe(m) uma cópia do encaminhamento;
- c) A resposta da UO é encaminhada para a Auditoria com cópia para as UO(s) superiores.
- d) Caso a UO responsável não responda dentro do prazo estipulado para atendimento, a UO imediatamente superior (2) recebe um e-mail em sua caixa postal cobrando a resposta.
- e) Caso a UO não responda no prazo estipulado, a UO superior (3) recebe um e-mail cobrando a resposta.
- f) Caso a UO (3) não responda o e-mail é encaminhado para caixa da Presidência.

Exemplo do Processo Implementado:

- (1) SEPES – Setor de Pessoal - UO responsável (dia para resposta)
- (2) GEREH – Gerência de Recursos Humanos – UO Superior (no mesmo dia que a área deixa de atender a Gerência recebe e-mail)
- (3) DIRAF – Diretoria de Administração e Finanças – UO Superior (05 dias corridos após o envio para os Gerentes)
- (4) PRES – Presidência (07 dias corridos após o envio para os Diretores)

Caso a UO responda, o e-mail é suspenso antes de ser enviado às UO's superiores.

O Sistema também possui um recurso para que a auditoria possa agendar seu monitoramento, sendo que no dia programado para acompanhamento de determinado Relatório, o mesmo dispara um e-mail para a caixa do Auditor responsável, alertando para o dia para cobrança do atendimento da recomendação.

F) COMO SE DÁ A CERTIFICAÇÃO DE QUE A ALTA GERÊNCIA TOMOU CONHECIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES FEITAS PELA AUDITORIA INTERNA E A ACEITAÇÃO DOS RISCOS PELA NÃO IMPLEMENTAÇÃO DE TAIS RECOMENDAÇÕES;

Durante o exercício, a Auditoria Interna dá ciência a Alta Gerência por meio de sistema eletrônico de acompanhamento de auditoria – SICAU e processo administrativo, ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal por meio de reuniões registradas em Atas, sobre as auditorias realizadas, as recomendações feitas e as respostas ou atitudes desenvolvidas pelos gestores em cada um dos itens apontados.

G) DESCRIÇÃO DA SISTEMÁTICA DE COMUNICAÇÃO À ALTA GERÊNCIA, AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AO COMITÊ DE AUDITORIA SOBRE RISCOS CONSIDERADOS ELEVADOS, MAS ASSUMIDOS PELA ALTA GERÊNCIA AO DECIDIR NÃO IMPLEMENTAR AS RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA INTERNA.

Da mesma forma como descrito anteriormente, a sistemática seria a mesma: a auditoria interna daria ciência das justificativas apresentadas, às Diretorias e ao Conselho de Administração, por meio de reuniões registradas em Atas, onde seria feito o registro das recomendações e possíveis consequências. Cumpre ressaltar que até o presente momento não existe nenhum registro desta situação.

10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDADA NA LEI Nº 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.10.5 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos (CONSAD, CONFINS)*	Obrigados a entregar a DBR	10	6	10
	Entregaram a DBR	9**	5**	10
	Não cumpriram a obrigação	1	1	0
Funções Comissionadas*** (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	CC:5 FG :135	CC:4 FG :135	CC:25 FG :135
	Entregaram a DBR	CC:5 FG :135	CC: 4 FG :135	CC:25 FG :135
	Não cumpriram a obrigação	CC:0 FG :0	CC: 0 FG :0	CC: 0 FG :0

Fonte: Sigam-Web (Sistema de Gestão de Recursos Humanos)

*Considerando conselheiros sem ficha financeira no período.

**1 Conselheiro comunicou-nos que seu DBR foi entregue no Ministério das Cidades.

***Diretores empregados e diretor sem vínculo já foram considerados nas funções de confiança conforme orientação item 10.5.

10.3.1.1. Análise Crítica

O controle da entrega anual das declarações de bens e rendas ou autorizações de acesso eletrônico destas no site da Receita Federal do Brasil é realizado manualmente. Gera-se um relatório no Sistema de Recursos Humanos - Sigam Web onde são identificados os empregados que ocuparam função de confiança, cargo comissionado ou cargo de Diretor realiza-se uma verificação daqueles que entregaram a Declaração de Bens e Rendas ou autorização de acesso eletrônico a estas. Aqueles que não entregaram realiza-se contato por e-mail e/ou por telefone. Os documentos entregues são arquivados no Setor de Pessoal.

10.4 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV



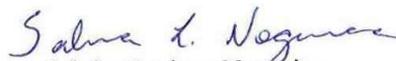
Ministério das
Cidades



Declaração

Eu, Sabrina Lechner Nogueira, CPF nº 998.695.270-00, Chefe do Setor de Administração de Contratos, exercido na Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2013.



Sabrina Lechner Nogueira
CPF nº 998.695.270-00

Chefe do Setor de Administração de Contratos - SEACO

11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.3 DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS (LEI 4.320/64)

Não aplicável à natureza jurídica da TRENSURB.

11.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTA EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI
6.404/76



Ministério das
Cidades



EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A - TRENSURB
Sociedade de Economia Mista - Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

DIRETORIA EXECUTIVA
SETOR DE CONTABILIDADE E PATRIMÔNIO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2012

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2013

Ministério das
CidadesEmpresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em Reals)

	NOTA	2012	2011
RECEITA BRUTA			
Serviço de transporte metroviário		71.069.239	66.370.623
Aluguéis, arrendamentos e concessões		3.623.630	3.617.767
		<u>74.692.869</u>	<u>69.988.390</u>
Tributos sobre a receita bruta		(4.304.452)	(4.013.354)
RECEITA LÍQUIDA		70.388.417	65.975.036
Custo dos serviços prestados		(136.926.004)	(121.050.913)
PREJUÍZO BRUTO		<u>(66.537.587)</u>	<u>(55.075.877)</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(62.787.055)	(57.190.102)
Outras receitas e despesas		(73.680.307)	(47.523.319)
Provisão/reversão ações trabalhistas	17a	(74.168.647)	(46.847.375)
Provisão/reversão ações cíveis	17b	(644.232)	(1.113.432)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		1.132.572	437.488
		<u>(136.467.362)</u>	<u>(104.713.421)</u>
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(203.004.949)	(159.789.299)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		<u>(41.055.403)</u>	<u>(42.595.787)</u>
Receitas financeiras		4.375.274	5.291.920
Despesas financeiras		(45.430.677)	(47.887.707)
SUBVENÇÕES DO TESOUREO NACIONAL		130.191.621	115.861.486
PREJUÍZO OPERACIONAL		(113.868.731)	(86.523.600)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(113.868.731)	(86.523.600)
PROVISÃO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(113.868.731)	(86.523.600)
Prejuízo por ação do capital social		<u>-0,0281</u>	<u>-0,0379</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

[Handwritten signatures and initials]

Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
 Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
 CNPJ 90.976.853/0001-56



Ministério das
 Cidades



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO
 (Valores expressos em Reais)

	NOTA	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		699.092.193	329.540.524	60.367.533	(211.830.320)	877.170.035
Créditos para futuro aumento de capital		-	284.814.539	-	-	284.814.539
Recursos recebidos		-	237.073.744	-	-	237.073.744
Atualização financeira		-	47.740.795	-	-	47.740.795
Aumento de Capital		-	-	-	-	-
Por incorporação de créditos		-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente		-	-	(2.718.017)	(82.405.393)	(85.123.410)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(86.523.600)	(86.523.600)
Ajuste avaliação patrimonial		-	-	(2.718.017)	4.118.207	1.400.191
Constituição de reserva do custo atribuído		-	-	-	-	-
Constituição IRP/JCSLL diferidos		-	-	-	-	-
Realização da reserva do custo atribuído		-	-	(4.118.207)	4.118.207	-
Realização IRP/JCSLL da reserva do custo atribuído		-	-	1.400.191	-	1.400.191
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		699.092.193	614.355.163	57.649.521	(294.235.713)	1.076.861.164
Créditos para futuro aumento de capital	19	-	215.809.469	-	-	215.809.469
Recursos recebidos		-	170.441.692	-	-	170.441.692
Atualização financeira		-	45.367.777	-	-	45.367.777
Aumento de Capital		411.598.212	(411.598.212)	-	-	-
Por incorporação de créditos		411.598.212	(411.598.212)	-	-	-
Total do resultado abrangente		-	-	(2.718.017)	(109.750.524)	(112.468.541)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(113.868.731)	(113.868.731)
Ajuste avaliação patrimonial		-	-	-	-	-
Constituição de reserva do custo atribuído	12	-	-	(2.718.017)	4.118.208	1.400.191
Constituição IRP/JCSLL diferidos		-	-	-	-	-
Realização da reserva do custo atribuído	12	-	-	(4.118.208)	4.118.208	-
Realização IRP/JCSLL da reserva do custo atribuído		-	-	1.400.190	-	1.400.190
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		1.110.690.405	418.566.419	54.937.504	(403.936.236)	1.130.202.093

[Handwritten signatures and initials]

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Ministério das
Cidades
 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
 Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
 CNPJ 90.976.853/0001-56

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 EM 31 DE DEZEMBRO
 (Valores expressos em Reais)

	NOTA	2012	2011
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO AJUSTADO POR:		(113.868.731)	(86.523.600)
Depreciação e amortização		13.822.891	12.388.437
Baixa de bens do ativo imobilizado		118.739	32.339
Juros atualização financeira sobre adiantamento capital	19b	45.367.777	47.740.795
Constituições/Reversão provisões trabalhistas e cíveis	17	74.812.878	47.960.807
		<u>20.253.554</u>	<u>21.598.778</u>
(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS			
Créditos pela venda de serviços		2.704.315	912.802
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagamento		(567.166)	5.810.273
Estoques		(2.054.094)	(91.284)
IRPJ e CSLL a recuperar		1.962.164	(1.260.231)
Demais contas de Ativo		(2.809.601)	(8.126.240)
		<u>(764.383)</u>	<u>(2.754.680)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS			
Fornecedores		48.407.363	(1.953.137)
Impostos e taxas a recolher		(304.203)	(718.883)
Contribuições sociais a recolher		827.137	(3.455.249)
Obrigações trabalhistas e provisões para férias		(65.177)	(63.206)
Credores por convênios e depósitos		806.783	(1.218.376)
Plano de previdência e pensão a empregados	18	(867.765)	(1.489.656)
Contingências trabalhistas e cíveis	17	(9.982.378)	(11.619.975)
		<u>38.821.761</u>	<u>(20.518.481)</u>
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais		58.310.933	(1.674.382)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		(221.086.185)	(238.708.162)
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos		(221.086.185)	(238.708.162)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recursos recebidos para aumento de capital		170.441.692	237.073.744
Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamento		170.441.692	237.073.744
REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
	4	7.666.440	(3.308.800)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		37.808.855	41.117.656
Caixa e equivalentes de caixa ao fim do exercício		45.475.295	37.808.855

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



Ministério das
Cidades
 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
 Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
 CNPJ 90.976.853/0001-56

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EM 31 DE DEZEMBRO
 (Valores expressos em Reais)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
RECEITAS		
Receita de transporte metroviário	71.069.239	66.370.623
Receita de aluguéis, arrendamentos e concessões	3.623.630	3.617.767
Outras receitas e despesas (líquidas)	1.132.303	437.488
Provisões trabalhistas e cíveis	<u>(74.812.878)</u>	<u>(47.960.807)</u>
	1.012.294	22.465.070
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais consumidos	(6.415.599)	(6.780.214)
Energia, serviços de terceiros, outras despesas operacionais	<u>(69.977.843)</u>	<u>(56.725.593)</u>
	(76.393.442)	(63.505.807)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(75.381.148)	(41.040.740)
Depreciação e amortização	<u>(13.822.891)</u>	<u>(12.388.437)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(89.204.039)	(53.429.176)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Subvenções para custeio	130.191.621	115.861.486
Receitas financeiras	<u>4.375.274</u>	<u>5.291.920</u>
	134.566.895	121.153.406
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>45.362.856</u>	<u>67.724.229</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>45.362.856</u>	<u>67.724.229</u>
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	70.435.284	63.782.403
Benefícios	11.485.611	11.115.913
FGTS	<u>5.026.133</u>	<u>7.742.015</u>
	86.947.028	82.640.332
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	21.643.966	20.680.502
Estaduais	1.711.479	1.591.929
Municipais	<u>338.486</u>	<u>281.359</u>
	23.693.931	22.553.790
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	62.900	146.912
Aluguéis	<u>3.159.951</u>	<u>1.166.001</u>
	3.222.851	1.312.913
Juros sobre adiantamento de capital	<u>45.367.777</u>	<u>47.740.795</u>
Prejuízo retido	<u>(113.868.731)</u>	<u>(86.623.600)</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

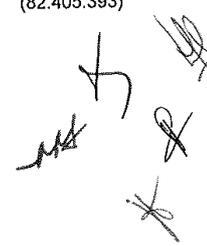
Ministério das
Cidades

Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em Reals)

	2012 R\$	2011 R\$
LUGRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(113.868.731)	(86.523.600)
Depreciação do custo atribuído	4.118.207	4.118.207
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(109.750.524)	(82.405.393)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



Ministério das
CidadesEmpresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A TREN SURB é uma sociedade de economia mista, de capital fechado, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como acionista controlador a União Federal, estando vinculada ao Ministério das Cidades, tendo por objeto:

- a) planejamento, implantação e prestação de serviço de trens urbanos na região metropolitana de Porto Alegre;
- b) desenvolvimento e implementação de atividades conexas ou complementares às descritas na alínea anterior.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 As demonstrações financeiras individuais da Empresa foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, e foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Empresa, cuja autorização para sua conclusão ocorreu em 22 de janeiro de 2013.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas para reconhecimento e mensuração de elementos do patrimônio e do resultado são as seguintes:

a) Apuração do resultado do exercício

O resultado é apropriado com base no regime de competência, sendo as receitas da prestação de serviço de transporte reconhecidas pela venda quando oriundas de bilhetes, e pela utilização quando oriundas da bilhetagem eletrônica Cartão SIM, TRI e TEU; as Subvenções do Tesouro Nacional recebidas são reconhecidas no resultado quando os recursos são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal e custeio devidamente empenhadas. Os custos dos serviços prestados envolvem custo de pessoal e encargos, depreciação e amortização, custo de energia elétrica de tração e serviços ligados à atividade de operação, manutenção e de sistemas metroviários.

b) Instrumentos Financeiros

b.1) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a

Ministério das
Cidades
 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
 Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
 CNPJ 90.976.853/0001-56

Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui aplicações financeiras e recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

b.2) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Representam valores em caixa, valores em trânsito oriundos de arrecadação e depósitos a liberar e aplicações de liquidez imediata, prontamente conversível, com baixo risco de variação no valor de mercado, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos no período.

d) Créditos

São avaliados pelo seu custo de aquisição ou valor de emissão ajustado ao valor provável de realização, quando aplicável.

e) Estoques

Os estoques de materiais de manutenção, consumo e bilhetes foram avaliados ao custo médio de aquisição, cujos valores não superam os de mercado.

f) Investimentos em participações societárias

Os investimentos em outras sociedades estão avaliados ao custo de aquisição, que não superam o seu valor de mercado.

g) Imobilizado e Intangível

São registrados pelo custo histórico de aquisição, ajustado pela depreciação e amortização calculado pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil econômica estimada, não havendo indícios de que o valor contábil supere o valor recuperável por uso ou por venda.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

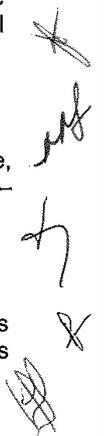
A administração definiu não determinar valores residuais, visto que os bens são de características próprias para atender as necessidades da empresa e que no final de sua vida útil não teriam qualquer valor comercial.

h) Ajuste a valor presente

As operações de longo prazo e de curto prazo existentes não exigiram ajustes a valor presente, pela natureza e características das operações da Sociedade, conforme disposto no CPC 12 – Ajuste a Valor Presente.

i) Provisão para contingências

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas nas demonstrações financeiras tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas em montantes





Ministério das Cidades


 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
 Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
 CNPJ 90.976.863/0001-56

considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis sendo atualizadas até as datas do Balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações da Gerência Jurídica desta Companhia.

j) Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por estimativas de perdas prováveis.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Caixa	9.950	8.200
Valores em trânsito	1.708.319	735.645
Aplicações de liquidez imediata	43.757.026	37.065.010
	<u>45.475.295</u>	<u>37.808.855</u>

Além dos numerários em espécie e valores em trânsito oriundos de arrecadações e depósitos a liberar, são considerados como equivalentes de caixa aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente conversível, com baixo risco de variação no valor de mercado e que não possuem restrições para sua utilização, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos no período.

5. CRÉDITOS PELA VENDA DE SERVIÇOS

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Venda de Bilhetes	2.127.092	5.004.436
Aluguéis, Arrendamentos, Concessões	541.742	368.713
	<u>2.668.834</u>	<u>5.373.149</u>

6. SUBVENÇÕES - SIAFI – CONTA COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

Registra o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender despesas, com vinculação de pagamento, previstas no orçamento, por fonte de recursos.

Ministério das
CidadesEmpresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56**7. ADIANTAMENTO DE FÉRIAS E PARCELAMENTO DE DÉBITO DE EMPREGADOS**

	2012		2011	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamento de férias	2.188.522		2.157.830	
Adiantamento por insuficiência de saldo, benefícios e outros	96.512		565.349	
Parcelamento de débitos de empregados	176.774	1.118.579	510.072	1.240.597
	2.461.808	1.118.579	3.233.251	1.240.597

a) Adiantamento por insuficiência de saldo, benefícios e outros

Compõe os Adiantamentos a empregados valores pagos por benefícios estipulados em acordo coletivo, onde os descontos ficam pendentes em consequência de afastamentos legais e/ou benefícios previdenciários; sendo tais valores ajustados por provisão para cobrir possíveis perdas na realização dos mesmos, conforme critérios estabelecidos pela área de recursos humanos.

b) Parcelamento de débito de empregados

Em decorrência das características dos Planos de Saúde pós-pago, existentes até 31/10/2008, o custo da assistência médica era suportado integralmente pela TRENSURB, inclusive a parcela destinada ao empregado, sendo ressarcida pelos mesmos, em percentuais definidos em acordo coletivo, mediante desconto mensal em folha, limitado ao máximo de 20% do salário-base, acumulando, dessa forma, débitos de empregados para com a Sociedade. Considerando a relevância dos valores registrados por empregado e os limites de desconto mensal permitidos, a área de recursos humanos elaborou a estimativa do montante a ser recebido no ativo circulante (R\$ 248.349) e não circulante (R\$ 1.513.038), ajustado por provisão quando a probabilidade de realização é considerada remota ou possível.

8. DIREITOS A RECEBER

	2012	2011
Convênio Pessoal Cedido	79.698	128.937
Depósitos e Cauções	193.831	200.513
Dívidas e Juros a Receber	633	633
Devedores Infração Legal e Contratual	262.897	-
	537.059	330.083

O valor de R\$ 262.896 referente a Devedores por Infração Legal e Contratual deve-se ao auto de infração da Receita Federal do Brasil (RFB) que se originou do processo fiscal nº 11080.728824/2012-63, onde a RFB apontou equívocos nas informações das bases de cálculo das notas fiscais emitidas pelos terceiros contratados quanto às contribuições sociais devidas por estes e recolhidas pela Trensurb na qualidade de substituta tributária. A TRENSURB está realizando cobrança administrativa junto aos terceiros.

Ministério das
Cidades
 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
 Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
 CNPJ 90.976.853/0001-56

9. ESTOQUES

Estoques de materiais de consumo e bilhetes	2012	2011
Material de TUES e veículos	5.063.324	3.976.869
Material da via permanente	449.448	575.751
Sistemas operacionais	1.984.294	1.416.721
Peças e acessórios de equipamentos	1.221.093	771.258
Materiais de expediente e administrativos	486.767	453.171
Bilhetes	417.624	374.685
	9.622.550	7.568.455

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2012	2011
Depósitos Judiciais Cíveis	12.890	12.134
Depósitos Judiciais Trabalhistas	14.726.684	10.144.769
Depósitos Judiciais S/ Aplicação Financeira	56.683	51.922
	14.796.257	10.208.825

Os Depósitos Judiciais sobre Aplicação Financeira correspondem a valores não disponíveis para uso da Sociedade por conta de bloqueio judicial para fazer garantia para processos trabalhistas.

11. PENHORA S/ RECEITA PRÓPRIA

A Penhora S/ Receita Própria de R\$ 8.832.089 (R\$ 9.902.835 em 2011) corresponde a valores em espécie, retirados da tesouraria da Trensurb pela a Justiça do Trabalho para fazer garantia para processos trabalhistas.

12. IMOBILIZADO

a) Composição do saldo

Contas	Taxa Média Anual Depreciação (%)	2012		Depreciação Acumulada	Valor Líquido 2012	Valor Líquido 2011
		Custo Corrigido				
Terrenos	-	39.719.356	-	-	39.719.356	31.823.114
Edificações, estações e depósitos	4	122.528.962	(32.375.288)	(32.375.288)	90.153.674	56.403.139
Obras de arte (passarelas e viadutos)	3	156.678.151	(45.296.108)	(45.296.108)	111.382.044	86.243.981
Via permanente	3	112.715.947	(38.813.793)	(38.813.793)	73.902.154	76.044.293
Sistemas operacionais	9	75.067.442	(43.139.510)	(43.139.510)	31.927.932	26.063.482
Veículos ferroviários	5	122.458.016	(70.759.981)	(70.759.981)	51.698.035	54.040.194
Veículos rodoviários	33	1.185.827	(1.062.731)	(1.062.731)	123.096	145.483
Equip. processamento de dados	22	6.239.027	(5.346.647)	(5.346.647)	892.381	1.194.502
Equipamentos, máquinas e instrumen	13	28.083.893	(18.633.020)	(18.633.020)	9.450.873	10.387.400
Instalações	11	1.844.623	(1.458.685)	(1.458.685)	385.938	320.858
Móveis e utensílios	10	6.137.767	(2.934.318)	(2.934.318)	3.203.449	2.423.891
Beneficórias em bens de terceiros	17	13.587.234	(6.293.484)	(6.293.484)	7.293.750	7.838.244
Imobilizado em curso	-	989.915.809	-	-	989.915.809	850.283.932
Importações em andamento	-	63.040	-	-	63.040	63.040
Almoxarifado de bens imobilizados	-	3.587.297	-	-	3.587.297	3.587.297
		1.679.792.391	(266.113.663)	(266.113.663)	1.413.678.828	1.206.842.851

Ministério das
CidadesEmpresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56**Movimentação do ano**

Saldo inicial	1.206.842.851
Adições	220.554.116
Baixas e Transferências	(118.739)
Depreciação	(13.599.400)
Saldo final	1.413.678.828

b) A companhia realizou em 2010, através de laudo técnico, a revisão do ativo imobilizado com a finalidade de atribuição de novo custo (mais valia) em acordo com as normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, Pronunciamento Técnico CPC 27 e Interpretação Técnica ICPC 10.

No exercício de 2010, a Administração da Companhia procedeu a revisão de alguns itens do imobilizado considerando o custo histórico como base de valor ajustado para refletir o “custo atribuído”, a partir de 01/01/2010, cujos efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva, gerando o valor de R\$ 95.584.173 no ativo não circulante imobilizado e de R\$ 63.085.555 líquido dos efeitos tributários (R\$ 32.498.618) no patrimônio líquido.

No exercício de 2012 a realização da reserva do custo atribuído foi no valor de R\$ 4.118.208 referente a depreciação e no valor de R\$ 1.400.191 referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, resultando os saldos nas contas de ajuste de avaliação patrimonial o valor de R\$ 54.931.503 (R\$ 57.649.521 em 2011) e provisão do imposto de renda e contribuição social diferida o valor de R\$ 28.298.047 (R\$ 29.698.238 em 2011).

c) A Administração da Companhia através de relatório de avaliação de bens do ativo imobilizado emitido por especialistas em 13/02/2013, não identificou a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (“Impairment”).

d) Os principais investimentos em ativo imobilizado no ano de 2012 estão classificados como imobilizado em curso e são referentes às obras de extensão do Trecho Norte da Linha 1, entre os municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo, as obras do Aeromóvel e o Adiantamento para aquisição de novos trens no valor de R\$ 48.751.200.

No ano de 2012 foi transferido do imobilizado em curso para o imobilizado definitivo o valor de R\$ 63.909.331 referente a valorização parcial das obras civis das duas estações já em funcionamento visto que ainda há serviços não concluídos. No tocante aos sistemas operacionais a transferência para o imobilizado definitivo ocorrerá em 2013 com base no aditamento contratual firmado em 27/12/2012.

e) O valor dos bens do ativo imobilizado dados em penhora ou em garantia em causas trabalhistas perfazem um total acumulado de R\$ 233.239.243 em 2012 (R\$ 200.914.574 em 2011).

f) Os ativos imobilizados estão cobertos por seguro contra incêndio, danos elétricos, vendaval e roubo. O tipo de cobertura e a extensão dos bens cobertos por seguro são determinados em função do valor e do grau de risco envolvidos, perfazendo um valor segurado de R\$ 8.046.200 (R\$ 9.966.200 em 2011). A redução do valor segurado deu-se em função dos veículos leiloados e desativados.

13. INTANGÍVEL

a) Os ativos intangíveis com vida útil indefinida correspondem ao direito de uso concedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre para utilização pela Sociedade e sua viabilidade operacional quando da constituição da TRENSURB, não sofrendo amortização, nem perda pelo valor recuperável.

Handwritten signature and initials:
S
K
A
R

Ministério das
Cidades
 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
 Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
 CNPJ 90.976.853/0001-56

b) Os ativos intangíveis com vida útil definida estão avaliados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, que não superam o seu valor recuperável por uso ou venda.

c) Nenhum dos ativos intangíveis foi gerado internamente.

Contas	Taxa anual amortização (%)	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
				2012	2011
Direito de uso de imóveis	Vida útil indefinida	1.374.204	-	1.374.204	1.374.204
Direito de uso de telefones	Vida útil indefinida	1.598	-	1.598	1.598
Marcas e patentes	10	4.872	(2.638)	2.234	2.701
Softwares	20	2.310.295	(1.691.719)	618.576	308.931
Outras despesas de informática	10	26.000	(20.148)	5.852	8.452
		3.716.867	(1.714.505)	2.002.462	1.693.884

Movimentação do ano

Saldo inicial	1.693.884
Adições	532.070
Baixas e Transferências	-
Depreciação	(223.492)
Saldo final	2.002.463

14. FORNECEDORES

Compõe o saldo da conta de fornecedores o faturamento do valor de R\$ 48.751.200, referente a 20% da concepção da aprovação básica do projeto conforme contrato nº 08.170.064/2012 que tem como objeto a aquisição de 15 trens unidade elétricos – TUE, de 4 carros cada um.

15. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Do saldo de R\$ 306.556 (R\$ 872.116 em 2011) das obrigações trabalhistas o valor de R\$ 290.341 (R\$ 864.974 em 2011) refere-se ao Bônus de Permanência e seus encargos, instituído pelo Programa de Repasse de Conhecimento que visa a retenção, aumento e disseminação dos conhecimentos inerentes aos negócios da Trensurb em decorrência da implantação do Plano de Renovação do Quadro de Pessoal.

16. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Compõe o saldo da conta de adiantamento de clientes o valor de R\$ 917.214, recebido da Associação de Transporte de Passageiros (ATP) a título de antecipação de crédito para pagamento das utilizações dos cartões SIM e TRI conforme partição tarifária entre as empresas participantes.

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Provisão para contingências trabalhistas

A provisão constituída para ações trabalhistas, vencíveis em curto prazo, compõe-se de R\$ 180.138.756 (R\$ 131.873.116 em 2011), para ações de empregados e de R\$ 2.264.358 (R\$ 1.531.154 em 2011), para ações de empregados de empresas terceirizadas.

A provisão constituída para ações trabalhistas, vencíveis a longo prazo, compõe-se de R\$ 49.011.195 (R\$ 34.300.723 em 2011), para ações de empregados e de 1.063.437 (R\$ 530.305 em 2011) para ações de empregados de empresas terceirizadas, cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Sociedade, é considerada provável.

Ministério das
Cidades
 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
 Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
 CNPJ 90.976.853/0001-56

A movimentação das provisões trabalhistas em 2012 e 2011 está composta como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
Saldo em 1.º de janeiro	133.404.270	79.855.851
(+) Provisões	55.280.244	64.347.377
(-) Pagamentos	(6.281.399)	(10.798.958)
Saldo em 31 de dezembro	<u>182.403.115</u>	<u>133.404.270</u>
	<u>Não Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Saldo em 1.º de janeiro	34.831.028	53.051.951
(+) Provisões	18.888.402	-
(-) Pagamentos	(3.644.798)	(720.921)
(-) Reversões	-	(17.500.002)
Saldo em 31 de dezembro	<u>50.074.632</u>	<u>34.831.028</u>
Total Provisionado	232.477.747	168.235.298

b) Provisão para contingências cíveis

Foram registradas no longo prazo, as ações cíveis, oriundas de ações de terceiros, cuja probabilidade de perda segundo a área jurídica da Sociedade, é considerada provável.

A movimentação das provisões cíveis em 2012 e 2011 está composta como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
Saldo em 1.º de janeiro	525.504	77.278
(+) Provisões	418.222	548.321
(-) Pagamentos	(56.180)	(100.095)
(-) Reversões	-	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>887.546</u>	<u>525.504</u>
	<u>Não Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Saldo em 1.º de janeiro	565.111	-
(+) Provisões	226.009	565.111
(-) Pagamentos	-	-
(-) Reversões	-	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>791.120</u>	<u>565.111</u>
Total Provisionado	1.678.666	1.090.615

Ministério das
Cidades

Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

A variação da conta de provisões cíveis refere às desapropriações ocorridas em função da Obra de Extensão do Trecho São Leopoldo/Novo Hamburgo.

18. PLANO DE PREVIDÊNCIA E PENSÃO A EMPREGADOS

a) Descrição Geral do Plano

A empresa é patrocinadora do Plano de Benefícios denominado TRENSURB PREV, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil (BB Previdência), na modalidade de Contribuição Variável, que assegura benefícios a seus participantes (empregados) por ocasião de aposentadoria, entrada em invalidez e morte.

Nessa modalidade, que conjuga características de Contribuição Definida e Benefício Definido, o plano é Contribuição Definida enquanto o participante (empregado) é ativo e torna-se um Benefício Definido quando da concessão de um benefício.

Na fase ativa o plano não traz qualquer risco de desequilíbrio. Quando da concessão do benefício, cujo valor é calculado com base no saldo de conta formada pelas contribuições patronais e individuais em favor do participante, o plano passa a ter risco, pois há a opção de renda vitalícia. O benefício é calculado com base em premissas atuariais (estabelecidas abaixo) e caso essas premissas não se concretizem (o assistido tenha uma sobrevida maior do que o esperado, por exemplo) pode haver um desequilíbrio no plano.

b) Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial

PREMISSAS ATUARIAIS	
Taxa de Juros Atuariais	5% a.a.
Taxa de Crescimento Salarial	zero
Indexador de Reajuste dos Benefícios do Plano	INPC
Tábua de Mortalidade Válidos	AT 83 M
Tábua de Mortalidade Inválidos	Ex-IAPC
Tábua de Entra em Invalidez	Hunter Conjugada com Álvaro Vindas

c) Conciliação Valor Presente (Obrigações Atuariais) e Ativos Líquidos do Plano

Em relação ao valor presente das obrigações atuariais do Plano e de seus ativos para cobertura dessas obrigações assumidas, os valores são:

	2012	2011
Passivos Atuariais (Valor Presente)		
Benefícios Concedidos	16.644.522	15.941.073
Benefícios a Conceder	18.872.348	14.295.886
	35.516.871	29.786.958
Ativos Líquidos		
Benefício Definido	3.701.511	2.940.567
Contribuição Definida	32.016.457	26.051.976
	35.717.968	28.992.543
Custo do Serviço Passado	638.046	1.002.784
Fundo Previdencial	536.496	488.166
Superávit/Déficit Atuarial	302.649	(279.757)

d) Política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais

Os ganhos e perdas atuariais compreendem as diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que ocorreu efetivamente. São contabilizadas através de reconhecimento de déficit ou superávit no Plano. Quando da ocorrência de déficit, este deve ser equacionado por meio de contribuições extraordinárias dos participantes e da patrocinadora, conforme disposições da Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CGPC n.º 26/2008. O superávit

Ministério das
Cidades
 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
 Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
 CNPJ 90.976.853/0001-56

verificado é reconhecido como reserva de contingência do plano, até o limite de 25% das Reservas Matemáticas. O que superar esse limite é alocado como Reserva Especial, que poderá ser utilizada para melhorias no Plano de Benefícios e/ou redução do Plano de Custeio, respeitadas as condições impostas pela Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CGPC n.º 26/2008. O passivo da patrocinadora corresponde a R\$ 111.834 em 31/12/2012 (R\$ 31.419 – parcela circulante e 80.415 – parcela não circulante) e R\$ 979.598 em 31/12/2011 (R\$ 874.890 – parcela circulante e R\$ 104.708 – parcela não circulante).

e) A redução do passivo referente ao plano de previdência e pensão de empregados R\$ 111.834 (R\$ 979.598 em 2011) refere-se a revisão do valor da dívida do TSP (Tempo de Serviço Passado) a qual considera apenas os participantes fundadores que atualmente estão ativos no Plano e recebem contribuição da patrocinadora.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social está representado por 4.047.259.871 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País. A composição acionária está assim representada:

Composição Acionária em	2012		2011	
	Quantidade	%	Quantidade	%
União Federal	4.038.800.585	99,7910	2.273.074.223	99,6292
Estado do Rio Grande do Sul	6.543.949	0,1617	6.543.949	0,2868
Município de Porto Alegre	1.915.337	0,0473	1.915.337	0,0840
Total	4.047.259.871	100,0000	2.281.533.509	100,0000

b) Adiantamentos para aumento de capital

Corresponde aos recursos recebidos da União para investimento e futuro aumento do Capital Social. Esses recursos são acrescidos dos valores de atualização financeira, pela taxa SELIC, conforme art. 2.º Dec. n.º 2.673 de 16/07/98, até sua efetiva incorporação ao capital social. O resultado dessa atualização foi levado à conta de despesas financeiras.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) a recuperar referem-se a retenções na fonte sobre a receita de aplicações financeiras e receita de aluguel a órgãos públicos.

	2012	2011
IRPJ	2.549.499	4.302.723
CSLL	2.921	211.861
	2.552.420	4.514.584

Ministério das
CidadesEmpresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

Embora existam prejuízos fiscais operacionais de R\$ 264.073.503 (R\$ 206.345.729 em 2011) e bases negativas de CSLL de R\$ 279.072.063 (R\$ 221.344.289 em 2011), não há probabilidade de lucros tributáveis futuros que permitam registrar, total ou parcialmente, ativos fiscais diferidos. Durante o exercício de 2012, os saldos das contas de IRPJ e CSLL a recuperar foram utilizados para compensar os valores a recolher de Cofins e Pasep.

21. CONCILIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COM BASE NA LEI Nº 6.404/76 E LEI Nº 4.320/64 - SIAFI

A TRENSURB é uma sociedade de economia mista sujeita às disposições da Lei nº 6.404/76 para fins contábeis e societários. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Sociedade é considerada também estatal dependente, vinculada ao Ministério das Cidades, que, por determinação legal, utiliza o Sistema de Administração Financeira Federal (SIAFI), modalidade total, para registro de toda sua execução orçamentária, financeira e patrimonial.

A escrituração contábil segundo a Lei nº 6.404/76 não contempla todas as necessidades de registro que a Lei nº 4.320/64 exige, seja em nomenclatura, em função de conta, entre circulante e não circulante, bem como em função dos Recursos a Receber e/ou Recursos Diferidos e registro de Restos a Pagar referente orçamento do exercício findo.

No quadro abaixo, demonstra-se os valores do exercício de 2012 que compõem a forma de contabilização em cada uma das leis mencionadas, esclarecendo a origem das diferenças apontadas, sendo que tais diferenças de valores referem-se a registros e apropriações necessárias para atender a cada uma das referidas Leis.

As diferenças apontadas em alguns casos referem-se ao pouco tempo disponível para os registros de ajustes contábeis disponibilizado pelos órgãos superiores para fechamento da contabilidade pública, até o dia 06.01.2013, que tem por base o sistema SIAFI, enquanto a contabilidade societária permite uma flexibilidade maior nos prazos de fechamento, o que possibilita uma melhor conciliação e conferência dos registros efetuados.

ATIVO	Nota	Lei 4.320/64	Lei 6.404/76	Diferenças
Circulante	a	79.304.437	70.589.352	8.715.085
Não Circulante	b	1.440.315.688	1.440.472.698	-157.010
Total do Ativo		1.519.620.125	1.511.062.050	8.558.075
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Lei 4.320/64	Lei 6.404/76	Diferenças
Circulante	c	539.306.089	251.615.743	287.690.346
Não Circulante		79.244.214	79.244.214	0
Patrimônio Líquido	d	901.069.822	1.180.202.093	279.132.271
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.519.620.125	1.511.062.050	8.558.075

- a) A diferença No Ativo Circulante de R\$ 8.715.085 à maior na contabilidade da Lei nº 4.320/64 ocorre em função da classificação entre Curto e Longo prazo, pois não há no Realizável à Longo Prazo, no SIAFI, contas cujas naturezas sejam aplicáveis às operações realizadas conforme a Lei nº 6.404/76, assim como, os ajustes efetuados na contabilidade societária após o prazo de encerramento para registro no SIAFI conforme demonstrativo abaixo:

Ministério das
Cidades
 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
 Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
 CNPJ 90.976.853/0001-56

VALOR	DESCRIÇÃO
8.832.090	Valor referente a apropriação da receita própria penhorada pela justiça do Trabalho registrada na contabilidade societária como Depósito judicial no Realizável Longo Prazo em contra partida com a Receita
(274.015)	Valor referente a tributos a compensar, já compensados em dez/2012 no SIAFI e somente compensado na contabilidade societária em 2013 com a elaboração do PERDCOMP.
157.010	Valor referente a registros de Depósitos Judiciais em contas do Circulante no SIAFI e no Não Circulante na contabilidade Societária por melhor adequação do termo da conta.
8.715.085	Total da Diferença no ATIVO CIRCULANTE entre os dois sistemas contábeis

- b) A diferença No Ativo não Circulante - Realizável a Longo Prazo de R\$ 157.010 à maior na contabilidade da Lei nº 6.404/76 ocorre em função da classificação entre Curto e Longo prazo, pois não há no Realizável à Longo Prazo, no SIAFI, contas cujas naturezas sejam aplicáveis às operações realizadas conforme a Lei nº 6.404/76, assim como, os ajustes efetuados na contabilidade societária após o prazo de encerramento para registro no SIAFI conforme demonstrativo abaixo:

VALOR	DESCRIÇÃO
157.010	Valor referente a registros de Depósitos Judiciais em contas do Circulante no SIAFI e no Não Circulante na contabilidade Societária por melhor adequação do termo da conta.
157.010	Total da Diferença no ATIVO NÃO CIRCULANTE entre os dois Sistemas

- c) A diferença no Passivo Circulante de R\$ 287.690.346 à maior na contabilidade da Lei nº 4.320/64 ocorreu devido à obrigatoriedade de registros cujas naturezas não sejam aplicáveis às operações realizadas conforme a Lei nº 6.404/76, tais como, o registro de Restos a Pagar não processados em liquidação que na contabilidade pública já foi registrada e levado para o resultado, assim como, os ajustes efetuados na contabilidade societária após o prazo de encerramento para registro no SIAFI conforme demonstrativo abaixo:

VALOR	DESCRIÇÃO
8.832.090	Valor registrado no SIAFI referente a Insuficiência de crédito dos valores confiscados pela Justiça do Trabalho para garantia de penhora em moeda corrente em ações ajuizadas referente a Reclamatórias Trabalhistas sem a devida dotação orçamentária e financeira aprovada para este Programa de Trabalho, considerando que os valores sacados pela Justiça foram da Fonte de Recursos Próprios (receita da venda de bilhetes) e a dotação orçamentária aprovada para este fim é fonte do Tesouro
3.586.415	Valor referente à obrigação de pagamento com Repasse do Termo de Compromisso do Ministério das Cidades com a Prefeitura de São Leopoldo registrado no SIAFI
(274.015)	Valor referente a tributos a compensar, já compensados em dez/2012 no SIAFI e somente compensado na contabilidade societária em 2013 com a elaboração do PERDCOMP.
266.716.479	Valor registrado em Restos a Pagar não processados em liquidação no SIAFI com contra partida de Resultado e que na contabilidade societária somente será registrada mediante a apresentação do documento fiscal com o Material e/ou serviço
8.829.377	Valor ajuste contábil por revisão da planilha encaminhada pela Gerencia Jurídica referente a processos cíveis após prazo de encerramento dos registros no SIAFI.
287.690.346	Total da Diferença no PASSIVO CIRCULANTE entre os dois sistemas contábeis

- d) A diferença no Patrimônio Líquido de R\$ 279.132.271 refere-se aos registros de ajustes com lançamentos de contrapartida na despesa ou receita, que foram efetuados no SIAFI sem registro na contabilidade societária por não estarem em conformidade com a legislação pertinente a esta contabilidade e esta composta abaixo:

Ministério das
Cidades
 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
 Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
 CNPJ 90.976.853/0001-56

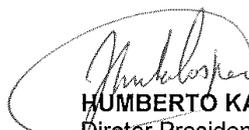
VALOR	DESCRIÇÃO
3.586.415	Valor referente à obrigação de pagamento com Repasse do Termo de Compromisso do Ministério das Cidades com a Prefeitura de São Leopoldo registrado no SIAFI
266.716.479	Valor registrado em Restos a Pagar não processados em liquidação no SIAFI com contra partida de Resultado e que na contabilidade societária somente será registrada mediante a apresentação do documento fiscal com o Material e/ou serviço
8.829.377	Valor ajuste contábil por revisão da planilha encaminhada pela Gerencia Jurídica referente a processos cíveis após prazo de encerramento dos registros no SIAFI.
279.132.271	Total da Diferença no PASSIVO CIRCULANTE entre os dois sistemas contábeis

22. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

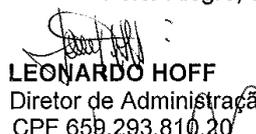
As remunerações pagas a administradores e a empregados no exercício foram as seguintes:

Remuneração	Maior	Menor	Média
Administradores	34.654	10.857	-
Empregados	32.521	1.000	3.328

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2012.



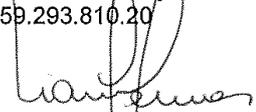
HUMBERTO KASPER
Diretor Presidente
CPF 334.129.440-68



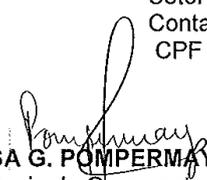
LEONARDO HOFF
Diretor de Administração e Finanças
CPF 659.293.810-20



PAULO RENATO DA ROSA AMARAL
Diretor de Operações
CPF 333.968.760-91



ELIANI DA SILVA MEDEIROS PEREIRA
Setor de Contabilidade e Patrimônio
Contadora CRC/RS 35.423
CPF 490.321.780-91



VANESSA G. POMPERMAYER MENEZES
Gerência de Orçamento e Finanças
Administradora - CRA-RS Nº 30.620
CPF 978.326.180-00

11.5 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS

11.5.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida

Quadro A.11.3 - Composição Acionária do Capital Social

UJ COMO INVESTIDA - POSIÇÃO EM 31/12/2012				
Denominação completa				
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.				
Ações Ordinárias (%)				
ACIONISTAS		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Governo	Tesouro Nacional	99,7910	96,6292	99,6292
	Outras Entidades Governamentais			
	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	0,1617	0,2868	0,2868
	Prefeitura Municipal de Porto Alegre	0,0473	0,0840	0,0840
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
% Governo		100	100	100
Free Float	Pessoas Físicas			
	Pessoas Jurídicas			
	Capital Estrangeiro			
	% free float			
Subtotal Ordinárias (%)		100	100	100
Ações Preferenciais (%)				
ACIONISTAS		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Governo	Tesouro Nacional			
	Outras Entidades Governamentais			
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
	% Governo			
Free Float	Pessoas Físicas			
	Pessoas Jurídicas			
	Capital Estrangeiro			
	% free float			
Subtotal Preferenciais (%)		0	0	0
Total		100%	100%	100%

SECOP (Setor de Contabilidade e Patrimônio)

11.5.2 Composição Acionária da UJ como Investidora

Quadro A.11.4 - Investimentos Permanentes em Outras Sociedades

INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES			
UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2012			
Denominação completa:			
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.			
Ações Ordinárias - %			
Investida	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012
Brasil Telecom S.A **	0,000001	0,000002	0,000002
Tractbel Energia S.A - *	0,000000	0,000000	0,000000
Vivo Participações S.A - Telefônica Brasil S.A *	0,000006	0,000007	0,000000
Total	0,000007	0,000009	0,000002
Ações Preferenciais - %			
Investida	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012
Brasil Telecom S.A **	0,000002	0,000019	0,000019
Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás - *	0,000000	0,000000	0,000000
Vivo Participações S.A – Telefônica Brasil S.A	0,000001	0,000007	0,000002
Total	0,000003	0,000026	0,000021

Fonte: SECOP (Setor de Contabilidade e Patrimônio)

* O número de ações dividido pelo total de ações da empresa conforme dados extraídos do Jornal do Comércio de 31 de Dezembro de 2012, não atinge o índice de seis dígitos após a vírgula, ou seja, o percentual no total de ações nas empresas investidas é insignificante.

** Não recebemos até a presente data extrato da posição acionária referente ao exercício de 2012 para que pudéssemos conferir os saldos das ações.

11.6 PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE



A world organization of accounting firms and business advisers



AUDITORES & CONSULTORES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012.

Eldorado do Sul, 20 de fevereiro de 2013.

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas de
EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A - TRENSURB
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações contábeis da EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A - TRENSURB, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A - TRENSURB é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da

Conhecimento que Gera Valor

Brasília - (61) 3321.5481	Fortaleza - (85) 3264.0159	Recife - (81) 3465.0036	Porto Alegre - (51) 3342.5858
Curitiba - (41) 3322.8284	Salvador - (71) 3351.6060	São Paulo - (11) 3819.2207	Rio de Janeiro - (21) 2539.2988

www.Audilink.com.br





Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A - TRENSURB, em 31 de dezembro de 2012, o resultado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. A administração da Companhia decidiu apresentar essa demonstração como informação suplementar às IFRS e legislação brasileira, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



AUDILINK & CIA. AUDITORES
CRC/RS-003688/F-0
NÉLSON CÂMARA DA SILVA
CONTADOR CRC/RS 23584/O-8 S-RS

Conhecimento que Gera Valor

Brasília - (61) 3321.5481
Curitiba - (41) 3322.8284

Fortaleza - (85) 3264.0159
Salvador - (71) 3351.6060

Recife - (81) 3465.0036
São Paulo - (11) 3819.2207

Porto Alegre - (51) 3342.5858
Rio de Janeiro - (21) 2539.2988

www.Audilink.com.br

12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ

É importante salientar ações e projetos que foram desenvolvidos ao longo do ano de 2012.

Reestruturação organizacional

A nova estrutura organizacional da TRENSURB aprovada em 25 de janeiro de 2012 conforme ata de reunião do Conselho de Administração nº 369 buscou aprimorar a existente, de maneira que os seus sistemas administrativos e operacionais mantenham-se atualizados e em consonância com o Planejamento da Empresa. Este novo formato teve sua implementação no mês de maio (Figura I).

Nesta ocasião criou-se o Setor de Responsabilidade Socioambiental (SERAM) em substituição ao antigo Setor de Relações Comunitárias (SEREL). Essa mudança ocorreu com o objetivo de dar caráter estrutural as questões ambientais, pois a relação com os aspectos sociais já estavam atendidos. Assim, este novo setor tem como principal atribuição estabelecer as políticas social e ambiental, além de acompanhá-las e monitorá-las através de ações que busquem a sustentabilidade nestes contextos.

A Gerência de Planejamento Corporativo assumiu a atribuição de Gestão de Projetos. Este processo é importante para classificar e priorizar os investimentos necessários com o recurso orçamentário destinado à Empresa. O controle dos projetos aprovados é atualizado mensalmente, por meio de um relatório específico que a área responsável pelo projeto presta as informações sobre o seu andamento e execução, sendo que estas informações atualizam a Diretoria Executiva.

A autorização para a realização dos projetos passa pela aprovação da Diretoria Executiva, desta forma, são definidas condicionantes para o desenvolvimento dos projetos, que se aprovados se classificam em projeto mandatório ou projeto concorrente. Os projetos mandatórios são aqueles prioritários respeitando o critério de classificação conforme disponibilidade orçamentária, enquanto os projetos concorrentes são aqueles que competem entre si pelo recurso orçamentário. Assim, para todo projeto que atenda as condicionantes estabelecidas é elaborada uma Requisição de Abertura de Projeto (RAP).

Por fim é importante citar também a constituição do Setor de Projetos de Sistemas e Inovação Tecnológica (SEITEC) cujo objetivo foi transferir para a gestão formal o processo de trabalho de nacionalização de peças e equipamentos e consequentemente a habilitação de fornecedores. Suas atribuições estão divididas em: atividades de estudos e projetos, atividades de execução de montagens de equipamentos e sistemas, atividades de inovação e tecnologia.

Em paralelo a alteração da estrutura organizacional, iniciou-se o projeto de reestruturação funcional das áreas de Operação, Manutenção e Administrativa o qual está em andamento e tem por objetivo fazer uma reforma na forma como trabalho é organizado em todos os setores da empresa, adaptando as atividades dos empregados às novas tecnologias e processos existentes. A base dessa importância apresenta-se em uma série de mudanças que devem ser implementadas pela empresa como forma de aproveitar melhor os Recursos Humanos disponíveis, gerando um melhor resultado para a TRENSURB.

Constituição do CQD (Comitê de Qualidade e Desempenho)

Através de Resolução da Presidência número 0201/2012 constituiu-se o Comitê de Qualidade e Desempenho (CQD) composto por uma equipe multissetorial, cuja finalidade principal é subsidiar a Diretoria Executiva na definição do IQD (Índice de Qualidade e Desempenho) das UO's, bem como através de assessorias acompanhar o processo de implantação do Sistema de Gestão Baseado em Indicadores de Desempenho, visando garantir a melhoria contínua e o atendimento das metas Empresariais. Como objetivos específicos, cita-se:

- Desenvolver o Programa Pró - Qualidade e Desempenho, que possui caráter estratégico, em razão de seu fundamento básico de garantir a implantação do Sistema de Gestão Baseado em Indicadores de Desempenho;
- Coordenar, apoiar, articular e avaliar as ações do Programa Pró - Qualidade e Desempenho;
- Propor ações corretivas e realinhamentos quando necessário.

Considerando a missão de implantar o Sistema de Gestão baseado em Indicadores de Desempenho, foi homologado por Resolução da Diretoria Executiva número 0007/2012 e 0010/2012 que a primeira etapa de avaliação da Progressão Salarial por Mérito consiste na avaliação do desempenho das Unidades Organizacionais quanto à respectiva implantação deste sistema e assim avaliar a efetividade da implementação das políticas decorrentes das estratégias da Empresa.

Dessa forma o percentual de 70% (setenta por cento) das promoções por mérito estará vinculadas diretamente ao desempenho das UO's, o qual é medido através do Índice de Qualidade e Desempenho (IQD). As UO's que obtiverem maior pontuação na avaliação terão proporcionalmente maior número de promoções de mérito relativamente às UO's com pontuação inferior na avaliação e a UO que não alcançar a pontuação mínima de 50% (cinquenta por cento) do IQD, somente participará do rateio proporcional de 30% (trinta por cento) do total das promoções, exclusivamente baseado na avaliação individual dos empregados da UO.

O IQD de cada UO é obtido analisando quatro atributos, os quais:

- a) Implantação do Sistema de Indicadores;
- b) Modo de gestão do Sistema de Indicadores;
- c) Plano de Melhorias;
- d) Resultados

No ano de 2012 o índice Geral da TRENSURB atingiu 91%, composto por:

- 98% para Implantação do Sistema de Indicadores;
- 91% para o Modo de gestão do Sistema de Indicadores;
- 80% para Plano de Melhorias;
- 85% para Resultados

Com base dos resultados obtidos nesta 1ª fase de trabalho, o método para o ano de 2013 sofrerá melhorias, porém será mantida a base de trabalho do ano avaliado.

PARTE B - CONTEÚDO ESPECÍFICO

(DN 119/2012 e DN 121/2012 - ANEXO II – TCU)

13 UNIDADES JURISDICIONADAS PATROCINADORAS DE ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

I - Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinada:

1) Nome: BB Previdência

2) Razão Social: BB Previdência Fundo de Pensão do Banco do Brasil

3) CNPJ: 00.544.659/0001-09

4) Demonstrativo Anual, contendo:

a) Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes; **R\$ 12.606.196,37**

b) Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes; **R\$ 1.084.149,99**

c) Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora (incluindo as contribuições referentes ao tempo de serviço passado do participante); **R\$ 1.674.745,05**

d) Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora; **Não se Aplica.**

e) Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições;

Não se Aplica.

f) Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal;

O valor total das Aplicações BB Previdência no ano de 2012 foram R\$ 28.725,74 (80,88%) em Renda fixa, R\$ 6.333.965,00 (17,83%) em Renda Variável e R\$ 308.231,90 (0,87%) em Investimentos Estruturados estando em conformidade com as estratégias de alocação da Política de Investimentos e com os limites estabelecidos no Capítulo VII da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de Setembro de 2009.

g) Síntese da manifestação da Secretaria de Previdência Complementar;

A Secretaria de Previdência Complementar foi extinta. Atualmente, de acordo com a Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, a entidade de fiscalização e supervisão das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar é a PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar. No ano de 2012, o Plano TRENSURB PREV não passou por nenhuma alteração regulamentar ou fiscalização, e não houve manifestação da referida Superintendência.

h) Avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar, evidenciado o retorno das aplicações, bem como sua conformidade com a Resolução 3792/2009, do Conselho Monetário Nacional;

A Política de Investimentos descreve a filosofia e as práticas de investimento da BB PREVIDÊNCIA. O documento é constituído por um conjunto de diretrizes de longo prazo que visam à preservação e melhoria da performance dos ativos financeiros, por meio de um processo prudente de investimentos.

As informações contidas na Política são encaminhadas à PREVIC no prazo de 30 dias contados da data de aprovação pelo Conselho Deliberativo. Além disso, contém os itens mínimos exigidos no parágrafo 3º do Capítulo V da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de Setembro de 2009, estando em conformidade com as exigências estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

5) Conclusões contidas no parecer da auditoria independente;

Opinião extraída do Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Empresa PWC – Price WaterHouse Coopers.

“Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da BB Previdência – Fundo de Pensão Banco do Brasil e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2012, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.”

6) Conclusões do último estudo atuarial;

“Parecer Atuarial do Plano

Qualidade da base cadastral:

A Avaliação Atuarial referente ao exercício de 2012 foi elaborada na posição 31/12/2012, utilizando o cadastro constante da base de dados da BB Previdência, posicionado em 31/10/2012 o qual, após testes de consistência, foi considerado como adequado para a Avaliação.

Variação do resultado:

O Plano TRENSURB PREV encontra-se superavitário em 2012. A variação positiva do resultado entre 2012 e 2011 é explicada principalmente pelo bom desempenho dos investimentos durante o exercício de 2012.

Natureza do resultado:

A situação econômica-atuarial do Plano TRENSURB PREV em 2012 encontra-se superavitária. O resultado obtido é de natureza Conjuntural.

O resultado acumulado tem origem em rentabilidades passadas acima da meta atuarial do Plano em alguns anos, o qual resultou em condições favoráveis para a redução da taxa de juros real e ainda para obter um resultado superavitário no fechamento do exercício. Este resultado poderá ser utilizado para fazer frente às incertezas futuras tanto quanto às oscilações de rentabilidades futuras, quanto a fatores biométricos que podem trazer desequilíbrio para o Plano.

Adequação dos métodos de financiamento:

O método de financiamento tem como objetivo estabelecer o nível e as épocas de realização das contribuições necessárias para a cobertura dos benefícios assegurados pelo regulamento do plano. Sendo que, na prática, corresponde a modelos orçamentários operacionais, definidos em função do fluxo financeiro e da acumulação de recursos necessária para a cobertura dos compromissos assumidos.

Ressalta-se que, independentemente do método de financiamento adotado, deve-se buscar sempre o equilíbrio atuarial do plano. No plano em questão o método de financiamento adotado é adequado.

Outros fatos relevantes:

-Taxa Real de Juros

A taxa de Juros do Plano TRENSURB PREV foi alterada de 6% a.a para 5%a.a. Essa redução está de acordo com a mudança de padrão e com a queda no nível da expectativa da taxa básica

de juros da economia. As expectativas do mercado, as boas condições do Plano advindas também do bom desempenho recente dos investimentos, aliadas à condição de amadurecimento do Plano, são circunstâncias favoráveis para revisão da taxa neste momento.

Além disso, as modificações ocorridas não comprometeram a saúde financeira do Plano, não havendo necessidade de implementação de contribuições extraordinárias de participantes ativos e assistidos para fazer frente a um possível déficit.

Tábuas:

Tábua de Entrada em Invalidez: utilizada a tábua Hunter conjugada com Álvaro Vindas. Utilizou-se as probabilidades da Hunter até a idade 63 e da idade 64 à 115 as probabilidades da Álvaro Vindas

A Tábua de mortalidade Geral utilizada é a AT-83 Masculina.”

II) Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanear as irregularidades verificadas.

Informamos que não houve fiscalização no plano da TRENSURB no exercício de 2012.